



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FOMENTO E INDUÇÃO DA INOVAÇÃO
DA FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA DE PROFESSORES COM
ENFASE NA EDUCAÇÃO INTEGRAL- PRILEI**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE
LICENCIATURA EM
CIÊNCIAS HUMANAS
E SOCIAIS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FOMENTO E INDUÇÃO DA INOVAÇÃO DA FORMAÇÃO
INICIAL CONTINUADA DE PROFESSORES COM ENFASE NA EDUCAÇÃO INTEGRAL-
PRILEI**

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências
Humanas e Sociais – PRILEI/PREG/UFPI

Projeto Pedagógico do Curso de
*Licenciatura em Ciências Humanas e
Sociais*, Universidade Federal do Piauí
Campus Ministro Petrônio Portela, no
município de *Teresina* – Piauí, a ser
implementado em 2026.1.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

GOVERNO FEDERAL
Luís Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Camilo Sobreira de Santana

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

REITORA
Profa. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

VICE-REITOR
Prof. Dr. Edmilson Miranda de Moura

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Prof. Dr. Marcos Antonio Tavares Lira

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO
Tec. Ma. Larissa Naiana Mendes de Sousa

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
Profa. Dra. Gardênia de Sousa Pinheiro

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO
Prof. Dr. Rodrigo de Melo souza Veras

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA
Profa. Dra. Waleska Ferreira de Albuquerque

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS
Prof. Dr. Emídio Marque de Matos Neto

COORDENADORA GERAL DE GRADUAÇÃO - CGRAD
Profa. Dra. Marli Clementino Gonçalves

COORDENADORA GERAL DE ESTÁGIO - CGE

Profa. Dra. Suely Carvalho Santiago Barreto

COORDENADORA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO - CGE

Tec. Esp. Rita de Cássia Alves da Silva

**COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO CURRICULAR -
CDAC**

Tec. Dra. Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA - DAA

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA COMPLEMENTAR - CAAC

Prof. Dr. Edivan Carvalho Vieira

COORDENADOR DE SELEÇÃO E PROGRAMAS ESPECIAIS - CSPE

Prof. Dr. Willian Mikio Kurita Matsumura

ASSESSORIA TÉCNICA E PEDAGÓGICA – CDAC/PREG

Coordenadora de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular - CDAC

Tec. Dra. Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

Adelaide Maria de Sousa Costa

Técnica em Assuntos Educacionais

Francisca Beatriz da Silva Sousa

Técnica em Assuntos Educacionais

Maira Danuse Santos de Oliveira

Técnica em Assuntos Educacionais

Vando Milhomem Santos

Assistente em Administração

**COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO –
PRILEI/PREG/UFPI**

Prof. Dra. Keylla Rejane Almeida Melo

**COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO -
PRILEI/PREG/UFPI**

Dr. Elmo de Souza Lima

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS - PRILEI/PREG/UFPI**

Prof. Dr. Agostinho Junior Holanda Coe

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – PRILEI/PREG/UFPI**

Profa. Dra. Antônia Dalva França Carvalho
(PRESIDENTE)

Prof. Dr. Agostinho Junior Holanda Coe
(VICE-PRESIDENTE)

Prof. Dr. Francisco Waldílio da Silva Sousa
(DOCENTE - MEMBRO)

Profa. Dra. Marli Clementino Gonçalves
(DOCENTE - MEMBRO)

Profa. Dra. Keylla Rejane Almeida Melo
(DOCENTE - MEMBRO)

Prof. Dr. Elmo de Souza Lima
(DOCENTE - MEMBRO)

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DO
PRILEI**

Antônia Dalva França Carvalho
Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha
Francisco das Chagas Amorim de Carvalho
Francisco Waldílio da Silva Sousa
Gardênia de Sousa Pinheiro
Keylla Rejane Almeida Melo
Liane Mendes Feitosa Soares
Manoel Vieira de Matos Neto
Marli Clementino Gonçalves
Ray Victor Guimarães Serra
Sandoel de Brito Vieira
Willian Mikio Kurita Matsumura

SUMÁRIO

1 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO	08
2 INTRODUÇÃO	10
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E SUAS TECNOLOGIAS FACE ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, NACIONAIS E/OU REGIONAIS E ÀS DEMANDAS	13
3.1 Comprovação da demanda: justificativa da necessidade social e institucional do curso	16
3.2 Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio	18
4. PERFIL DO EGRESSO	19
5. OBJETIVOS	21
5.1 Objetivo geral	21
5.2 Objetivos Específicos	21
6. CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROCESSO FORMATIVO: METODOLOGIA E AVALIAÇÃO.	22
6.1 Aspectos teóricos conceituais: Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana	23
6.2 Princípios	23
6.3 Base legal	25
6.4 Aspectos teóricos metodológicos	27
6.4.1 Pedagogia da Alternância	28
6.5 Sistemática de avaliação	30
6.5.1 Da avaliação do processo de ensino e aprendizagem	30
7 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS PERCURSOS FORMATIVOS	31
7.1 Dimensões do processo formativo	31
7.2 Alinhamento do curso à BNCC	32
7.3 Alinhamento do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica	34
7.4 Alinhamento do curso às normativas da Educação Integral	37
7.5 Inclusão do uso pedagógico das tecnologias e "inovação", de forma explícita, bem como de metodologias ativas e empreendedorismo	38
7.6 Articulação entre teoria e prática, por meio da residência docente, de estágios, de disciplinas e de práticas, desde o início da formação	41
7.7 Organização Curricular	43
7.7.1 Matriz Curricular	48
7.7.2 Fluxograma do curso	53
7.7.3 Ementas e bibliografias básica e complementar	54
8. REQUISITOS LEGAIS	86
8.1 Prática como componente curricular	86
8.2 O estágio supervisionado obrigatório	86
8.3 Trabalho de Conclusão de Curso	90
8.4 Atividade Curricular Complementar	90
8.5 Atividades Curriculares de Extensão	96
9 OUTRAS OPÇÕES DE APOIO À APRENDIZAGEM	98
9.1 Acessibilidade e Atendimento às pessoas com Necessidades Especiais	98
9.2 Tecnologias de Informação e Comunicação	99
9.3 Ingresso e Permanência	101
10. ESPECIFICIDADES DA FORMAÇÃO ACADÊMICA	104

10.1 Articulação com a Pós-Graduação	104
11. INFRAESTRUTURA	105
11.1 Recursos humanos	105
11.1.2 Docentes	105
11.1.3 Servidores Técnicos Administrativos	106
11.2 Recursos Materiais e Auxílio Financeiro para as saídas para a prática	106
11.2 Espaço físico: sala de aula, laboratórios e salas especiais	108
11.2.2 Biblioteca e acervo bibliográfico	108
11.2.3 Condições de acessibilidade	109
12 PLANO DE IMPLANTAÇÃO	110
13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DO CURSO	112
14 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO MONITORAMENTO DE PERMANÊNCIA	113
REFERÊNCIAS	119
ANEXOS	119
Anexo I – Regulamento do Estágio Supervisionado Obrigatório	120
Anexo II – Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso	134
Anexo III – Regulamento das Atividades Curriculares Complementares	138
Anexo IV – Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão	142

1 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

- **DENOMINAÇÃO DO CURSO:** Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais
- **MODALIDADE:** Presencial com base na Pedagogia da Alternância. Ou seja, está organizado em tempos e espaços diferentes e complementares: parte do curso é desenvolvida presencialmente em períodos intensivos de formação presencial na Universidade (Tempo Universidade – TU) e parte presencialmente em períodos intensivos de formação presencial no território onde vive o aluno (Tempo Comunidade – TC). Ambos os tempos interagem por meio de projetos de intervenções na realidade social e educacional do discente, a partir das atividades desenvolvidas na Universidade e com o acompanhamento dos docentes do curso, em forma de pesquisa-ação.
- **OBJETIVO:** Formar docentes para o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, oferecendo uma formação geral humanística, científica, ética e artística, utilizando estratégia metodológica de base interdisciplinar.
- **PROFISSIONAL FORMADO:** Licenciado(a) em Ciências Humanas e Sociais
- **PÚBLICO-ALVO:** alunos com bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sob o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa, e para os professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, sem qualificação adequada, priorizando os que não possuem curso superior;
- **FORMA DE INGRESSO:** ENEM e seleção em Edital específico do PRILEI/PREG/UFPI.
- **FORMA DE SELEÇÃO DOS PROFESSORES.** para ministrar as disciplinas de cada período serão selecionados professores por meio de edital específico no âmbito do PRILEI, cujos critérios incidirão sobre a formação (titulação), qualificação e experiência acadêmica e profissional dos candidatos, priorizando os servidores efetivos da instituição proponente com atuação na graduação e pós-graduação, em projetos de pesquisa e extensão. Não sendo preenchidas as demandas do período abrem-se vagas para candidatos externos, seguindo os mesmos critérios de seleção.
- **REGIME ACADÊMICO:** Crédito.
- **CARGA HORÁRIA:** 3.335 horas aula e horas relógio uma vez que na UFPI a hora aula é de 60 minutos, conforme Resolução CEPEX/UFPI 177/12.
- **DURAÇÃO DO CURSO:** 8 semestres (04 anos), conforme o Edital nº 03/2025-SEB/MEC do PRILEI.
- **TURNOS DO CURSO:** O Curso é integral pois está organizado de acordo com a modalidade da Pedagogia da Alternância.
- **VAGAS:** 40 vagas.

- **SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR**

COMPONENTES CURRICULARES	Carga horária (h)
Disciplinas Obrigatórias	2.160
Disciplinas Optativas	120
Trabalho de Conclusão de Curso	105
Atividades Complementares	200
Estágio Supervisionado Obrigatório	405
Atividades Curriculares de Extensão	345
TOTAL	3.335

2 INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), por intermédio da Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação (DIFOR/CGFORP), publica no DOU nº134, Seção 03 em 18 de julho de 2025º o Edital nº 03 MEC/SEB com a chamada para apresentação de propostas de cursos de Licenciaturas, na modalidade presencial, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei). Dentre seus propósitos o Programa intenciona promover a adequação da Pedagogia e das Licenciaturas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aos currículos e às matrizes estabelecidas pelas redes de ensino, às propostas pedagógicas curriculares das escolas de Educação Básica e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). E nesse sentido, ao oportunizar aos professores em serviço na rede pública oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, contribui para o alcance da Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE), e para elevar a qualidade da educação básica no País.

A Universidade Federal do Piauí que já desenvolve o Programa com oferta de cursos distintos em nível de graduação e pós-graduação, assim como desenvolve cursos de natureza interdisciplinar, no âmbito da educação do campo, comprometida com a formação humana e integral de professores com excelência para atuarem na educação básica ao longo de quase seis décadas, atendendo a este chamado desafiador apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais. O curso destina-se à formação inicial de 40 (quarenta) docentes, ofertada para alunos com bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sob o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa, e para os professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, sem qualificação adequada, priorizando os que não possuem curso superior.

O curso tem como escopo formar docentes para o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, oferecendo uma formação

geral humanística, científica, ética e artística, utilizando estratégia metodológica de base interdisciplinar. Trata-se, portanto, de uma licenciatura inovadora que integra saberes de distintas áreas epistemológicas articuladas com suas tecnologias, considerando à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Nesse sentido, colabora para a formação interdisciplinar de professores capazes de atuarem em escola de educação básica, promovendo simultaneamente a educação integral de seus alunos.

O curso tem natureza regular, presencial e tem como fundamento a metodologia da Pedagogia da Alternância apoiando-se em duas dimensões de alternância formativa integradas: o Tempo-Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC). As atividades de Tempo-Universidade serão realizadas durante semestre letivo, com base nas metodologias ativas de ensino, durante encontros sistemáticos no intervalo de cada tempo-universidade, parte constituinte das disciplinas e do Seminário Integrador. As atividades que configuram a dimensão Tempo-Comunidade serão realizadas no espaço socioprofissional do aluno, para que ele possa refletir sobre os problemas, discutir com a comunidade e colegas e levantar hipóteses acerca das soluções possíveis para realizar intervenções de natureza socioeducacional, acompanhado por um docente do curso. Esta dimensão se concretizará em sala de aula, a cada retorno para as atividades de Tempo-Universidade, mediante discussões e socializações.

A carga horária total do curso é de 3.335 horas aula e horas relógio uma vez que na UFPI a hora aula é de 60 minutos, conforme Resolução CEPEX/UFPI 177/12, e será integralizado em 8 semestres. Importante ressaltar que além de se organizar com base na Pedagogia da Alternância, faz uso pedagógico das tecnologias, das metodologias ativas, como forma de viabilizar a formação superior em serviço para professores da Educação Básica.

Os conteúdos estão distribuídos na matriz curricular caracterizada pelo regime de créditos de disciplinas. Nesse sentido, as disciplinas específicas, os temas transversais e os conteúdos de formação de professores que constituem a matriz do curso foram articulados para que os graduandos compreendam os conhecimentos produzidos pelas ciências humanas e sociais e suas tecnologias, assim como a

transformação didática destes saberes, articulando a teoria à prática, segundo prescrevem as diretrizes curriculares da educação nacional.

A sistemática de avaliação da aprendizagem priorizará as atividades realizadas durante todo o processo de ensino-aprendizagem, atendendo à Resolução nº 177/2012 CEPEX/UFPI, por disciplina e semestralmente. A avaliação das ações do projeto será contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta de formação de professores.

É nesse cenário que a Universidade Federal do Piauí no esforço de realizar sua missão de elaborar, sistematizar e disseminar os saberes das diversas áreas epistemológicas, colaborando com o desenvolvimento regional e nacional, propõe-se a realizar o Curso de Graduação, Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais com o objetivo de promover a formação de professores multidisciplinares, com base na Pedagogia da Alternância, para a docência nos ciclos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O curso será ofertado no Campus sede Ministro Petrônio Portella, na cidade de Teresina-PI que dispõe de uma infraestrutura, com espaços e laboratórios de excelência e de uma equipe técnica da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para implementação do curso. Ressalte-se que como a metodologia adotada será Pedagogia da Alternância, estes espaços físicos estarão mais disponíveis nas etapas de Tempo-Universidade, o que favorece a permanência e a frequência dos professores cursistas.

O Curso aqui proposto foi estruturado a partir das Diretrizes estabelecidas pelo PRILEI e pela Resolução CNE/CP Nº 4/2024 e baseado na perspectiva sócio histórica, cujo objetivo de maior relevância é promover um ensino voltado para a educação inclusiva e contextualizada, a partir de uma visão ampla de ciências, respeitando a diversidade e as especificidades das ciências humanas e sociais e visando à formação inicial de professores da educação básica nestes campos de saber e o emprego de novas tecnologias na prática docente. A arquitetura curricular visa ao cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade que concebe o aluno como protagonista do processo formativo. com o objetivo de atender, eficientemente, às demandas de qualificação profissional de um mercado de trabalho progressivamente exigente. Com base nesse princípio norteador, o Curso reduzirá a carência de profissionais habilitados e capacitados para o ensino de Ciências Humanas e Sociais, e com isso incentivar a melhoria da qualidade da educação básica com ênfase nas

escolas da rede pública, de modo que esse profissional procure assegurar princípios éticos de equidade e solidariedade no mundo contemporâneo.

Note-se que se trata de um curso de caráter inovador de caráter interdisciplinar que forma professores na modalidade presencial, pautada no uso de tecnologias digitais e de metodologias ativas e no desenvolvimento de competências empreendedoras e inovadoras. Sua implantação e desenvolvimento provocarão reflexões sobre a oferta de todas as licenciaturas da UFPI. Nesse sentido, contribuirá para o aprimoramento de todas as licenciaturas que obrigatoriamente se adequarão as diretrizes curriculares atuais (Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024) tanto no que tange ao modus operandi como sua adequação à BNCC.

Assim, apresentamos o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) mostrando o contexto, as justificativas e as diretrizes curriculares organizativas para seu desenvolvimento, em atendimento às demandas das políticas públicas para a Educação Integral e das metas do Plano Nacional de Educação.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS FACE ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, NACIONAIS E/OU REGIONAIS E ÀS DEMANDAS

O Projeto Pedagógico do Curso é produto de um trabalho coletivo envolvendo uma equipe de professores de diversas áreas epistemológicas convocados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, cuja pró-reitora integra a equipe de elaboração. A elaboração conceitual deste curso representa mais uma ação inovadora rumo à consolidação da presença da UFPI nas mais diversas áreas do conhecimento que carecem de professores com qualificação e que atendam às necessidades e à organização da atual política curricular da Educação Básica e da formação de professores para atuar nesta etapa de ensino.

Nesse sentido, o curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais, considerando BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos

humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. Para o Ensino Médio, a BNCC propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética na sociedade. Para tanto, define habilidades relativas ao domínio de conceitos e metodologias próprias dessa área.

Isso significa que o curso assume um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira e da sociedade piauiense em especial, na medida em que concebe o processo educativo como tarefa civilizatória baseada na autonomia e emancipação dos sujeitos para atender as exigências do mundo contemporâneo, articulando a formação às necessidades da escola, e da educação integral.

De fato, o contexto atual exige que os professores tenham o domínio de conhecimentos e habilidades que dialoguem com as necessidades dos dias de hoje. Além disso, é necessário que eles tenham competências específicas com vistas a atender a essas demandas, de acordo com o que prevê o Edital do PRILEI (Brasil, 2025, p. 1-2), em alguns dos seus objetivos, a saber:

- a) incentivar a melhoria da qualidade da docência na Educação Básica, com ênfase nas escolas da rede pública;
- b) fomentar a atratividade, a permanência e a conclusão em cursos de licenciatura junto às IES;
- c) ampliar o ingresso de licenciados na carreira docente;
- d) diminuir a carência de professores da Educação Básica nas regiões e nas áreas de conhecimento de maior carência;
- e) reduzir as desigualdades regionais nas redes de ensino da Educação Básica;
- f) assegurar a equidade de oportunidades de desenvolvimento na formação docente e a valorização profissional dos professores;
- g) contribuir para a valorização social da profissão docente, de modo a reconhecer a importância dos professores para o desenvolvimento do País;

- h) induzir a oferta de cursos de licenciaturas inovadoras, que atendam às necessidades e à organização da atual política curricular da Educação Básica e da formação de professores para atuar nessa etapa de ensino;
- i) promover a adequação da Pedagogia e das Licenciaturas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aos currículos e às matrizes estabelecidas pelas redes de ensino, às propostas pedagógicas curriculares das escolas de Educação Básica e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura);
- j) contribuir para o alcance da Meta 15 do PNE, oferecendo, aos professores em serviço na rede pública, oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;
- k) incentivar o desenvolvimento de propostas formativas inovadoras, que considerem as especificidades da formação em serviço para professores da Educação Básica, por meio do uso pedagógico das tecnologias, das metodologias ativas, de ensinamentos híbridos e de empreendedorismo;
- l) estimular a articulação das Instituições de Ensino Superior (pós-graduação, pedagogia e licenciaturas) com as Redes de Ensino, visando ao desenvolvimento da atuação prática de pedagogos e licenciados, por meio do estágio e disciplinas práticas;
- m) estimular o desenvolvimento e a oferta de novos formatos de curso de formação de professores, visando promover licenciaturas interdisciplinares, em rede e com ênfase na vivência prática na escola básica, buscando preencher as lacunas acadêmicas no que concerne à formação interdisciplinar dos professores da Educação Básica.

Notadamente o Piauí tem expressivos indicadores educacionais que o caracterizam como uma região com elevados níveis de desigualdade social marcados pela precariedade da formação profissional e pela oferta restrita de

empregos. Ora, a educação é um dos caminhos para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, há a necessidade de se implantarem novos cursos, de Graduação e de Pós-Graduação, que contribuam efetivamente para o desenvolvimento regional, e contribuir com a fixação de excelentes profissionais na região. Em face desta realidade justifica-se plenamente a iniciativa da UFPI de implantar mais uma Licenciatura Interdisciplinar com foco nas ciências humanas e sociais, assumindo sua função de formadora de competências que possibilitem aos indivíduos o exercício efetivo da cidadania. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso buscou atender às inovações conceituais tanto da BNCC como das diretrizes curriculares nacionais.

3.1 Comprovação da demanda: justificativa da necessidade social e institucional do curso

Apresentamos nesse projeto, como já explicitado anteriormente, a intenção de um curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais, de caráter regular, baseado nas práticas próprias da Pedagogia da Alternância que, de acordo com o Parecer CNE/CEB Nº. 01/2006, se coloca como uma alternativa eficiente para a Educação, pois visa estabelecer a relação entre família, comunidade e escola. Neste caso, o aluno alterna períodos de aprendizagem na família, em seu lócus socioprofissional e em sala de aula, estabelecendo uma sinergia entre escola e trabalho, otimizada pelas práticas pedagógicas.

Com efeito, neste projeto, considera-se as experiências concretas dos educandos pretende-se que o aluno, no decorrer de suas atividades acadêmicas, desenvolva planos de estudo a serem executados em seu meio socioprofissional, durante o tempo-comunidade, exigindo-lhe atitude de pesquisa, reflexão e discussão com seus familiares, colegas e profissionais para entender e propor soluções acerca de temáticas pertinentes ao curso e à sua realidade. Por isso, além das disciplinas escolares básicas, a educação nesse contexto engloba temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico (Gimonet, 1999; Estevam, 2003; Silva, 2005; Begnami, 2006)

Quando o aluno retorna para vivenciar a rotina da sala de aula tradicional, há um momento de socialização destas experiências vividas, o que lhe permitirá (re)elaborar constantemente a leitura de sua realidade, em todos os seus aspectos, por meio de novos saberes que lhe permita explicar, compreender e agir, tomando o conhecimento científico como base para sua ação pedagógica.

Estas duas dimensões, o tempo-universidade e o tempo-comunidade, devem estar estritamente articuladas, possibilitando que as experiências trazidas pelo aluno do meio sociocultural sejam expandidas para o tempo-universidade, constituindo fontes de reflexão e aprendizagem. Isso significa que a formação ocorrerá em ação, na conexão entre teoria e prática, o que gerará aprendizagens significativas e reais.

Sob este enfoque, o curso contempla a diversidade dos aspectos raciais, étnicos, culturais, políticos, econômicos e de gênero, respeitando os artigos 23, 26 e 28 da LDBEN Nº. 9394/96. Também contempla as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores, incorporando conteúdos de basilar importância para a formação de educadores para a Educação Básica.

Como se trata de uma licenciatura interdisciplinar no campo das ciências humanas e sociais – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia está alinhada à BNCC. E nessa perspectiva preconiza o protagonismo do aluno, investindo para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas (BNCC, 2018). Isso quer dizer que o curso se guia por metodologias ativas, nas quais os alunos aprendem fazendo, para ser capaz de ensinar nas escolas de educação básica. Isso quer dizer ainda que a concepção de aprendizagem do curso se assenta na aprendizagem significativa (Ausubel, 1968, p. 37-38) que implica na organização e integração do material na estrutura cognitiva, entendida como “[...] conteúdo total de ideias de certo indivíduo e sua organização; ou conteúdo e organização de suas ideias em uma área particular de conhecimento”. Para que a aprendizagem significativa possa ocorrer o professor deve considerar o contexto social, cultural e econômico em que o sujeito está inserido, dando condições de o indivíduo participar ativamente do processo de aprendizagem e colaborar de forma consciente para as necessidades sociais que passam a perceber (Moreira; Masini, 2001).

Além disso, formar professores para atuar nestas áreas como a UFPI está propondo, significa elevar o índice de escolarização de nossa região, a Nordeste, além de contribuir para o desenvolvimento social economicamente justo e ecologicamente sustentável da região firmado em concepções sociais modernas e valores humanistas. Centra-se no propósito de oferecer, opções de conhecimento que lhe possibilitem a inserção no mercado de trabalho, considerando os diferentes contextos interculturais e sem perder de vista seu compromisso ético e sua responsabilidade socioeducacional.

Efetivamente as necessidades de um Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais está posta pela demanda crescente de carência de professores nesta área.

3.2 Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio

De acordo com o resumo técnico do censo escolar (INEP, 2021) em 2021, foram registrados 2.190.943 docentes na educação básica brasileira. Nos anos iniciais do ensino fundamental, atuam 741.161 docentes. Desses, 86,4% têm nível superior completo (83,4% em grau acadêmico de licenciatura e 3,0%, bacharelado) e 9,2% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 4,4% com nível médio ou inferior (Gráfico 35). Nos anos finais, o percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador de adequação da formação docente) se reduz consideravelmente quando comparado ao dos anos iniciais. As regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste apresentam um menor percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada.

No que tange ao Ensino Médio, um total de 516.484 professores atuaram em 2021. Destes, 97,4% têm nível superior completo (91,6% em grau acadêmico de licenciatura e 5,8%, bacharelado) e 2,6% possuem formação de nível médio ou inferior. De acordo com o indicador de adequação da formação docente para o ensino médio, o pior resultado é observado para a disciplina de Sociologia, em que apenas 40,7% das turmas são atendidas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador).

No Piauí, segundo o INEP (2021) especificamente no ensino fundamental, atuam 27.105 professores, dos quais 15.085 atuam nos anos iniciais e 16.699 atuam nos anos finais. Do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 82,6% têm nível superior completo (78,8% em grau acadêmico de licenciatura e 3,8%, de

bacharelado) e 11,2% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 6,1% com nível médio ou inferior. No ensino médio atuaram 10.695 professores em 2021. Desse total, 93,0% têm nível superior completo (84,5% em grau acadêmico de licenciatura e 8,5%, de bacharelado). Em se tratando da adequação da formação docente para a etapa de ensino em questão, o pior resultado é observado para a disciplina de sociologia, em que 8,5% das turmas são atendidas por docentes com formação adequada. O melhor resultado do indicador de adequação da formação docente é observado para a disciplina de língua portuguesa, com percentual de 83,0%.

Pode-se depreender destes dados que cerca de 5 mil dos professores da Educação Básica no Piauí não possuem curso superior no Ensino Fundamental. Esta realidade aponta para a necessidade urgente de formação em nível superior para estes docentes, atendendo à prerrogativa legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394, de 1996, em seu Art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Brasil, 1996).

Quando a análise foca a questão da adequação entre formação e exercício, os dados apontam a precariedade de formação de docentes na área de Sociologia no Ensino Médio. Considerando que o Piauí foi o estado que teve o maior crescimento de matrículas de tempo integral entre 2022 e 2024 das redes estaduais, com um aumento de mais de 160%, alcançando o segundo lugar em percentual de matrículas de tempo integral na rede pública, com 31,4% de acesso a universalização do tempo integral nas escolas de ensino médio da rede estadual em 2025 (SEDUC, 2025), torna urgente a qualificação de professores sobremodo para a área de Sociologia.

Por esta razão torna-se imprescindível que a Universidade Federal do Piauí continue atuando na superação deste quadro, sobremodo no atendimento às escolas que ofertam educação em tempo integral, carentes de políticas próprias de formação, que pensem o professor sendo formado a partir e para o espaço no qual atua, possibilitando-lhe não somente o acesso, mas a permanência na academia. Esse objetivo será alcançado pela implementação deste Projeto Político Pedagógico e pelas

possibilidades de Ensino, Pesquisa e Extensão que estão abertas aos docentes e discentes do curso.

4 PERFIL DO EGRESSO

O Curso preparará professores de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia para atuarem nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio; capazes de lidar, de forma crítica, com as questões humanas e sociais, em diversos contextos da Educação Básica além de fazerem a gestão de processos educativos e desenvolverem estratégias pedagógicas impulsionadoras da formação de sujeitos autônomos e criativos. Portanto, espera-se que o licenciado possa orientar seus alunos a adquirirem um conhecimento integrado, uma vez que em seu processo formativo pretende-se adotar a sistemática de conteúdos multidisciplinares.

De acordo com o Parecer CNE/CES 492/2001, o profissional habilitado em Ciências Humanas e Sociais deve ter domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência de articulação entre teoria, pesquisa e prática social, bem como compromisso social. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre as questões humanas e sociais, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos de humanidades.

A preocupação também incide em oferecer ao acadêmico, além dos conteúdos curriculares presentes nas disciplinas específicas, bases sólidas para entender a dinamicidade da educação integral, seus aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais. Este conhecimento, acredita-se, possibilitará o desenvolvimento do trabalho pedagógico comprometido com a oferta de educação de qualidade, ou seja, uma educação que de fato lhes possibilitará condições de vida digna.

Além disso, acreditamos ser necessário remontar à Resolução N° 177/12-CEPEX/UFPI (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPI) que corrobora a

definição do perfil do egresso, apontando para a importância de que um profissional da Educação Básica seja capaz de:

I - Atuar na Educação Básica formal e em outros espaços educativos, com o domínio do processo educacional e do conhecimento das condições históricas, sociais, políticas e culturais no contexto de sua atuação;

II - Demonstrar capacidade crítica e de criação no exercício profissional;

III - Articular teoria e prática, saberes da formação e saberes escolares no processo de transposição didática;

IV - Conscientizar-se da necessidade de buscar formas de atualização e aperfeiçoamento de sua formação;

V - Atuar, coletivamente, compartilhando experiências profissionais;

VI - Estabelecer o diálogo entre a área de Ciências Humanas e Sociais e as demais áreas do conhecimento, articulando o saber científico à realidade;

VII - Desenvolver com autonomia, processos investigativos sobre fenômenos educacionais e práticas educativas;

VIII - Planejar, executar e avaliar o processo ensino – aprendizagem; e,

IX - Assumir postura crítica e transformadora, fundamentada em uma visão sócio-histórica da educação e da sociedade.

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 Objetivo geral

A Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais têm como objetivo geral formar docentes com habilidades, competências e autonomia para o ensino e a aprendizagem interprofissional, no campo das Ciências Humanas, Sociais, de maneira abrangente e multidimensional para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

5.2 Objetivos específicos

- Oferecer formação geral humanística, científica e artística no campo das Humanidades, por meio de estratégias metodológicas de base interdisciplinar;
- Possibilitar que os estudantes adquiram competências e habilidades gerais

e específicas para o aprendizado de fundamentos conceituais e metodológicos, que possam, posteriormente, ser utilizados em uma segunda formação profissional e/ou no ingresso em curso de pós-graduação;

- Formar profissionais para atuar, prioritariamente, nas áreas de Geografia, História, Filosofia e Sociologia em escolas de Anos Finais Ensino Fundamental e Médio e disciplinas interdisciplinares em humanidades ofertadas nas escolas de acordo com a BNCC;
- Fomentar e propor experiências de ensino, pesquisa e extensão em ambientes de educação formal e não formal.
- Promover uma sólida formação que propicie o conhecimento dos fundamentos epistemológicos, técnicos e ético-políticos das ciências da educação e da aprendizagem e que permita ao futuro profissional do magistério o desenvolvimento das capacidades de análise e reflexão sobre as práticas educativas e sobre a progressão e os processos de aprendizagem e o aprimoramento constante de suas competências de trabalho;
- Desenvolver o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o desenvolvimento da comunicação efetiva, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;
- Desenvolver o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC, possibilitando o desenvolvimento de competências digitais docente, para o aprimoramento da prática pedagógica, e a ampliação da formação cultural dos professores e licenciandos;

6 CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROCESSO FORMATIVO: METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

O currículo de um curso é o conjunto de atividades, de experiências, de situações de Ensino-Aprendizagem, vivenciadas pelo aluno durante sua formação. É o currículo que assegura a formação para uma competente atuação profissional, assim as atividades desenvolvidas devem articular harmoniosamente as dimensões: humana, técnica, político-social e ética. Nesta perspectiva, no decorrer do curso Ciências Humanas e Sociais ofertado no âmbito – PRILEI/PREG/UFPI, devem ser considerados a seguinte concepção e princípios:

6.1 Aspectos teóricos conceituais: concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana

A UFPI tem o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual dos alunos. Assim espera-se que o professor formado em Ciências Humanas e Sociais por meio do questionamento crítico e atualização permanente contribua para o atendimento das necessidades sociais e educacionais.

6.2 Princípios

I Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente

Considerando a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade, os conhecimentos das Ciências Humanas e Sociais e suas tecnologias atuam contribuindo com ética e respeito para a compreensão do meio ambiente e do ser humano, de forma a responder às diversas questões envolvendo as diversidades e competências e sua relação com a sociedade.

II Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

Este princípio assegura que o ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação e da responsabilidade social como processo de formação para que se possam compreender fenômenos, relações, identificar demandas de diferentes realidades e intervir buscando melhorias e transformações nas realidades.

III Interdisciplinaridade

Este princípio aponta que a integração disciplinar possibilita a análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re)criação do conhecimento. O ensino na área de Ciências Humanas e Sociais possui caráter interdisciplinar em suas diversas subáreas o que permite dialogar

com diversos aspectos das ciências, das artes e das tecnologias, superando as barreiras do isolamento e da fragmentação do saber.

IV Uso de tecnologias de comunicação e informação (TICs)

Para o currículo do Curso foram incluídas algumas das disciplinas que trabalham diretamente com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) de modo que o aluno possa desenvolver seus conhecimentos ligados às tecnologias atuais como forma de recursos didáticos (mídias, ambientes virtuais, fóruns eletrônicos etc.) ou instrumento de ensino (TV digital, computadores, e-books, smartphones etc.)

V Avaliação

Esse princípio prezará pelo acompanhamento contínuo do processo ensino e aprendizagem de modo que sirva como norteador dos aspectos formativos dos alunos, considerando processos quantitativos e qualitativos, com base nos pressupostos teóricos da aprendizagem processual, diagnóstica e reflexiva. Assim, os professores formadores poderão exercer suas atividades de avaliação de forma autônoma e em conformidade com a regulamentação da UFPI, mas respeitando as especificidades dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e as condições e possibilidades da realidade, de modo que a avaliação seja contínua, sistematizada e se constitua como elemento de qualificação/aprimoramento constante do processo de ensino e aprendizagem.

VI Articulação entre teoria e prática

Todo conteúdo curricular do Curso fundamenta-se na articulação teórico-prática, que representa a etapa essencial do processo Ensino/Aprendizagem. Adotando este princípio, a prática estará presente em todas as disciplinas do curso, permitindo o desenvolvimento de habilidades para lidar com o conhecimento de maneira crítica e criativa. Em muitas disciplinas, as práticas se voltarão para a análise dos conhecimentos no contexto das Ciências Humanas e Sociais, constituindo-se a Prática como Componente Curricular. A relação teoria e prática também se volta para a articulação da universidade com os diferentes segmentos sociais, configurando-se nas Atividades de

Extensão como componente curricular obrigatório, conforme determina as Resoluções de No 07/2018 - CNE/MEC e de No 053/2019 CEPEX-UFPI.

VII Flexibilização curricular

A organização curricular permite aos alunos disponibilidade de tempo livre e dessa forma permite outras formas de aprendizagem no decorrer do curso, como a participação do elenco de disciplinas optativas, a diversidade de atividades complementares, atividades de extensão e a pluralidade temática dos trabalhos de conclusão de curso, monitorias e de iniciação científica o que proporcionam grande flexibilidade no currículo.

6.3 Base legal

Os documentos normativos consultados para subsidiar o PPC da Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais (LCHS) foram:

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP n. 03, de 10 mar. 2004. Parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes

Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica
- BRASIL. Ministério da Educação Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. (EF).
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES Nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025.
- BRASIL. Presidência da República LEI nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6

de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

- Resolução CNE/CP N° 04, de 29 de maio de 2024. que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso
- UFPI. Resolução CEPEX 177/12. Institui as normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
- UFPI. Resolução UFPI/CEPEX -053/2019 e Resolução CEPEX/UFPI nº 297, de 20.06.22. Regulamenta o registro e a inclusão das atividades curriculares de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

6.4 Aspectos teóricos metodológicos

Quando lemos os textos oficiais acerca do processo educativo, compreendemos a necessidade de adotarmos práticas mais sociointeracionistas, pois, tal qual afirmado por Vygotsky (1993), é por meio das práticas sociais que o ser humano experimenta uma série de vivências, elaborando seus próprios conceitos, seus valores e suas ideias acerca do mundo em que vive, construindo conhecimentos a partir das práticas de linguagem.

Nesse sentido, o ser humano se constitui e se desenvolve como sujeito ao passo que contribui para a constituição dos outros, age no mundo, transformando e sendo transformado, mediando ações sobre fatores sociais, culturais e históricos.

Pensar as práticas educativas por esse viés implica considerarmos a importância de todos os atores envolvidos nesses processos e viabilizar a construção e a reconstrução de conhecimentos, tão caros ao processo formativo entre pares mais experientes e pares menos experientes.

Quando pensamos o contexto educacional, devemos refletir acerca de dois papéis basilares para sua desenvoltura: o do aluno e o do professor.

Ao considerarmos o papel desempenhado pelo professor, para além de ministrar aulas e de repassar conhecimentos, abandonamos uma visão burocrática e damos espaço para a reflexão acerca da importância de estimular a descoberta, o interesse dos alunos por seu processo de ensino-aprendizagem.

Cabe, ao professor, ser um profissional aberto ao conhecimento e à aprendizagem em seu cotidiano, imerso em constantes atualizações e contínua

inovação, buscando promover um movimento significativo de aquisição e adequação de conhecimentos. (Vygotsky, 1993).

Vale destacar que o processo educativo não pode se distanciar da realidade. Compete, ao docente, refletir criticamente a respeito das informações e conhecimentos que compartilha, considerando as possibilidades de contribuição quanto à diminuição das desigualdades sociais e quanto à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. (Sacristan e Gómez, 1998)

O profissional comprometido com a educação deve sempre preocupar-se em formar seu aluno a partir de uma visão crítica da sociedade, dando-lhe a oportunidade de expressar suas ideias, tornando-o um cidadão ativo e participante na vida social, cultural e política do seu povo. Agindo assim, o professor colocará em prática sua função política, exercendo sua mais importante atividade profissional – a mediação entre o aluno e a sociedade, seus conteúdos e especificidades.

Dessa maneira, o papel do aluno ganhará contornos diferenciados: deixar-se-á de lado a ideia de um ser subestimado, considerado uma simples ‘tábula rasa’, para que se dê vazão a um aluno questionador e participativo.

Tornar estes sujeitos ativos na construção de seu saber possibilita reconstruções sociais, já que superam-se noções anteriormente estabelecidas. A sala de aula passa a ser o local de questionamento e reflexão; um espaço para a socialização do conhecimento (Demo, 1996) e não mais o espaço para certezas e verdades pré-concebidas (Moita Lopes, 1996). Espaço em que equilibram-se as oportunidades de contribuição e discussão oferecidas aos alunos e a produtiva utilização dessas contribuições, a fim de se alcançarem os objetivos educacionais, viabilizando um processo de ensino-aprendizagem realmente significativo.

Ainda sobre a relação professor/aluno, é importante salientar que um olhar crítico e reflexivo sobre a própria prática aponta para possíveis ressignificações e reestruturações das propostas; o aluno compreendido como um indivíduo ativo, reflexivo e crítico contribui para a existência de um ambiente cooperativo, em que se possa aperfeiçoar as práticas educacionais.

6.4.1 Pedagogia da Alternância

Ainda pensando a Metodologia do Processo de Ensino-Aprendizagem, acreditamos ser relevante explicitar nossa escolha da Pedagogia da Alternância como

norte para nossas ações, já que se trata de uma proposta educacional idealizada para o campo, como possibilidade de uma formação para jovens do meio rural centrada na partilha e na interação entre todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Essa modalidade pedagógica surge em uma relação com o movimento da Educação do Campo, sustentada pela luta por legitimidade dos sujeitos que estão no campo e querem pensar suas próprias práticas políticas e pedagógicas.

No Brasil, sua introdução remonta ao final da década de 1960, quando brasileiros conhecem o Programa de Alternância sob o modelo italiano e, assim, fundam as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), por meio da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab) e das Casas Familiares Rurais (CFRs), duas experiências educativas em alternância que marcam o Movimento Maisons Familiales Rurales no Brasil (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Segundo Cordeiro, Reis e Hage (2011), a Pedagogia da Alternância vem sendo usada na formação de jovens e adultos do campo, visto ser esta uma proposta pedagógica e metodológica capaz de atender às necessidades da articulação entre escolarização e trabalho, propiciando a esses indivíduos o acesso à escola sem que tenham que deixar de trabalhar.

Ademais, a Pedagogia da Alternância assume o trabalho como princípio educativo, permitindo aos estudantes oriundos do campo a possibilidade de continuar os estudos e de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outrem, mas como conhecimentos conquistados e construídos a partir da problematização de sua realidade, que passa pela pesquisa, pelo olhar distanciado do pesquisador sobre o seu cotidiano (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Gimonet (2007) defende que esse modelo pedagógico só pode ser posto em prática por meio da construção de um vasto número de relações sociais, muito mais amplas do que aquelas de aluno-professor, já que se trata de uma “pedagogia da partilha” na qual educandos, monitores, pais, mestres, membros de associações e comunidades formam parcerias que tornam viáveis não somente o funcionamento educacional, como também a aplicação dos princípios pedagógicos dessa metodologia.

Esse ideal educativo conta com muitas ferramentas e instrumentos que lhe garantem a sua funcionalidade, a articulação dos tempos e espaços de formação e o estabelecimento das relações entre os vários atores sociais envolvidos nesse processo.

Gimonet (2007) reforça sua preocupação com um ensino que associe experiência à prática e que se baseie em uma ação cooperativa. Se a ideia é levar formação às pessoas do campo, o Curso deverá propiciar o contato direto entre os agentes formadores, os educandos e sua comunidade.

Nessa perspectiva, assumimos em nossa proposta de Curso o planejamento e a interação de elementos que propiciam uma visão geral da formação que se quer oferecer a esse aluno, definindo-se as atividades de tempo-universidade, tempo-comunidade e dos seminários integradores, para que docentes e discentes do Curso movimentem-se em consonância com os parâmetros dessa Pedagogia, chamando sempre a comunidade para participar desse processo, já que é a partir da realidade local que ele deve ser formulado, tendo como enfoque a formação profissional e a articulação dos conteúdos.

6.5 Sistemática de avaliação

6.5.1 Da Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

Para entender as dimensões avaliativas na Pedagogia da Alternância, adotada neste projeto, se faz necessário compreender a avaliação como importante instrumento de apreciação da qualidade e da eficiência do processo de ensino-aprendizagem como um todo, a fim de constatar progressos, dificuldades, limitações, de modo à replanejar o trabalho promovendo as adequações necessárias visando à transformação da realidade avaliada.

É preciso tomar a avaliação não como um fato isolado, mas um processo; uma reflexão complexa sobre o nível de qualidade do trabalho escolar dos atores (educandos e educadores) envolvidos no processo educativo, cumprindo a função pedagógica de “promover a melhoria da realidade educacional e não descrevê-la ou classificá-la” (Hoffmann, 2008, p. 30).

Além disso, Santos (2005, p.21) alerta para o ponto de que a avaliação deve ser encarada como “o julgamento das atividades escolares que acontecem no processo de ensino-aprendizagem”, tendo objetivos, metas e, como finalidade principal, a promoção da transformação da realidade avaliada, pois, consoante Abreu e Masetto (1990), o processo avaliativo deve ser pensando de forma coerente e contínua, acompanhando

o desenvolvimento e permitindo seu constante reiniciar, até que sejam alcançados os objetivos desejados.

Nesse sentido, tomamos a avaliação como uma prática educativa, não tendo apenas como foco o aluno, mas também o sistema de ensino e os demais atores envolvidos. Assim, buscamos desenvolver uma prática avaliativa que fuja do atual modelo classificatório e se caracterize como diagnóstico.

Versando mais propriamente sobre a avaliação naquilo que tange aos alunos, utilizaremos as atividades do processo de ensino-aprendizagem como forma de subsidiá-la. Assim, ela terá caráter diagnóstico, formativo e também somatório. Neste caso, será fundamentada pela Resolução nº 177/12 do CEPEX/UFPI e será feita por disciplina e semestralmente. No início do curso será fornecida ao aluno esta resolução.

A avaliação do processo formativo na dimensão tempo-universidade será feita no decorrer das aulas presenciais. Sendo que, no final do tempo-universidade será realizada também a avaliação somativa. A avaliação do tempo-comunidade de cada disciplina será feita em encontros com os professores, por meio de sua socialização. Vale lembrar que caso o aluno não atinja a média 7,0 (sete), estipulada pela Resolução acima, lhe será dada a chance de realizar um exame final, determinado pelo professor.

A prática docente será constantemente avaliada por meio de encontros pedagógicos realizados entre o grupo de professores, para que percepções sejam socializadas e possíveis adequações possam ser feitas durante o semestre letivo. Ademais, ao término de cada disciplina, os alunos terão a oportunidade de formalizarem suas opiniões acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do Curso, contribuindo significativamente para a detecção de eventuais necessidades de mudança e adequação.

7 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS PERCURSOS FORMATIVOS

7.1 Dimensões do processo formativo

O processo formativo do curso articula-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, assegurando que o desenvolvimento profissional docente se dê de maneira integrada, contextualizada e socialmente referenciada.

Nessa perspectiva, a formação inicial é compreendida como processo contínuo, que envolve a construção de saberes científicos, pedagógicos, éticos e culturais, tendo como eixo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O curso privilegia a articulação entre a sólida base teórico-conceitual, o domínio de conteúdos específicos e a prática pedagógica, de modo a possibilitar a compreensão crítica e a intervenção qualificada nas realidades educacionais. Esse alinhamento está em consonância com o princípio da unidade teoria-prática, orientando que o licenciando vivencie, desde o início de sua trajetória acadêmica, experiências formativas em diferentes contextos da educação básica.

A dimensão pedagógica está ancorada no compromisso com a aprendizagem dos estudantes da educação básica, no domínio de metodologias ativas, recursos tecnológicos e estratégias inovadoras que favoreçam a inclusão, a equidade e a qualidade social da educação. A formação contempla, ainda, o desenvolvimento de competências voltadas para o trabalho colaborativo, a gestão de processos educativos e a análise crítica das políticas públicas, reconhecendo as múltiplas diversidades e realidades socioeducacionais do país.

Inspirada nos princípios da formação integral, a proposta promove a valorização da cultura, da pesquisa e da extensão como meios de produzir e socializar conhecimentos, estimular a reflexão crítica e fortalecer a identidade docente. Busca-se ainda formar profissionais capazes de articular os conhecimentos pedagógicos, científicos e culturais, promovendo aprendizagens significativas e contribuindo para a transformação das realidades em que atuam.

Ao incorporar os referenciais da Resolução CNE/CP nº 4/2024, o curso reafirma seu compromisso com uma formação docente que reconhece a complexidade do ato de ensinar, integra múltiplos saberes e se orienta pela ética, pelo compromisso social e pela busca da qualidade na educação básica brasileira.

7. 2 Alinhamento do curso à BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) introduz inovações significativas para a educação brasileira, com ênfase em aspectos essenciais para a formação integral dos alunos. Entre as principais inovações, destacam-se o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a preparação para o mundo do trabalho, a valorização da diversidade e a integração de tecnologias digitais. Além disso, a BNCC propõe uma abordagem da aprendizagem como um processo contínuo e integral, promovendo a

autonomia e a participação ativa dos alunos, bem como o desenvolvimento de competências que vão além do conhecimento técnico.

Entende-se que neste processo, o licenciado reconheça a importância de continuamente seguir aprendendo e, para tanto, utilize-se de estratégias e dinâmicas de acesso ao conhecimento aprendidas ao longo de sua formação. Espera-se ainda que seja hábil tecnicamente, sem prescindir dos requisitos humanísticos, éticos e solidários para o trabalho e a vida em sociedade. Ao compreender e aplicar, durante sua formação universitária, conhecimentos sobre as questões socioculturais, o estudante terá uma prática social mais rica e efetiva.

Competências que serão desenvolvidas pelo egresso da LICHS envolvem:

- a) Atuação na docência nos componentes curriculares da área de Ciências Humanas e Sociais nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
- b) Elaboração, análise e produção de material didático;
- c) Produção de pesquisa em educação, tendo como princípio a integração entre as áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias;
- d) Desenvolvimento de habilidade crítica e reflexiva no âmbito profissional das áreas das Ciências Humanas e Sociais;
- e) Comunicação clara na língua de ensino, oralmente e por escrito, nos diversos contextos ligados à profissão docente;
- f) Promoção de situações de aprendizagem centradas nos alunos e no desenvolvimento de suas competências;
- g) Desenho e aplicação de processos avaliativos que visem acompanhar o desenvolvimento de competências e habilidades dos/as estudantes a partir da interação destes com diferentes objetos de conhecimento;
- h) Integração de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para a preparação e condução de atividades de ensino-aprendizagem e desenvolvimento profissional bem como para promoção dessas tecnologias enquanto recursos úteis à prática da cidadania na contemporaneidade;
- i) Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social e compromisso social;
- j) Capacidade de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento; de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política;
- k) Percepção da integração necessária entre Ciências Humanas e Sociais e a produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político;
- l) Capacidade de relacionar o exercício da crítica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos;

- m) Domínio das diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- n) Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a mediação do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;
- o) reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;
- p) a compreensão crítica de questões socioambientais, éticas, estéticas, políticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural e o reconhecimento dos princípios de equidade como organizador do tratamento dessas questões nos contextos de exercício profissional;

7.3 Alinhamento do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica

A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 trata das diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de profissionais do magistério da educação escolar básica no Brasil, apresenta princípios e objetivos da formação, incluem a promoção de uma educação que articule teoria e prática, assegurando que os futuros educadores estejam preparados para enfrentar as realidades e desafios da prática docente na Educação Básica.

O referido documento, expressa que os cursos de licenciatura são estruturados para garantir uma base comum nacional e suas orientações curriculares, com um mínimo de 3.200 horas, distribuídas ao longo de pelo menos quatro anos. Esses cursos incluem atividades de formação geral, aprofundamento de conhecimentos específicos, atividades acadêmicas de extensão e estágio curricular supervisionado.

A estrutura curricular é organizada em quatro núcleos de formação. O Núcleo I, Estudos de Formação Geral (EFG), foca em conhecimentos científicos e pedagógicos gerais com mínimo de 880 horas. O Núcleo II, Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (ACCE), envolve conteúdos específicos das áreas de atuação, com mínimo de 1.600 horas. O Núcleo III, Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE), compreende práticas vinculadas aos componentes curriculares, realizadas em instituições de Educação Básica, com mínimo de 320 horas. Por fim, o Núcleo IV, Estágio Curricular Supervisionado (ECS), oferece atividades práticas em instituições de

Educação Básica para conectar teoria e prática, com mínimo de 400 horas.

Desse modo, em consonância Resolução CNE/CP nº 4/2024, a presente proposta apresenta o eixo da formação teórico Metodológico composto por três componentes curriculares que visam o debate teórico metodológico dentro das Ciências Humanas e Sociais, visando uma apropriação e aproximação epistemológica interdisciplinar na área.

No Quadro 1 e Quadro 2 estão expostos os Componentes Curriculares de Formação Geral: compostos pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas, articulando teoria e prática.

Quadro 1: Eixo de Componentes Curriculares de Formação Geral:

Componentes curriculares da Formação Geral	Carga Horária	Créditos
Metodologia Científica	60	4
Estratégias de leitura em Língua Inglesa	45	3
Ética em educação	45	4
Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	60	4
Políticas Públicas Educacionais e Gestão Escolar	60	4
Libras	60	4
Educação Inclusiva	45	3
Educação e Direitos Humanos	45	3
TOTAL CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS	420	

Quadro 2: Eixo dos Componentes Curriculares do Eixo de Formação Pedagógica

Componentes curriculares do Eixo de Formação Pedagógica	Carga Horária	Créditos
Bases Epistemológicas da Educação	60	4
Introdução ao curso	15	1
Filosofia da Educação	60	4
Psicologia da Educação	60	4
Sociologia da educação	60	4
Metodologia de Ensino de Ciências Humanas e Sociais	60	4
Pedagogias Ativas	60	4
Avaliação da Aprendizagem	60	4
História da Educação	60	4
Didática	60	4
Legislação e Organização da Educação	60	4
TOTAL CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS	615	

Estão presentes nesse eixo componentes curriculares voltados à abordagem de temas transversais. O eixo de Formação Pedagógica totaliza 615 horas de componentes específicos que somados às 420 horas da Formação Geral, totalizando 1.035 horas aula

No Quadro 3 encontram-se os Componentes Curriculares Específicos correspondem à Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE: composto pelos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos, totalizando em 1.620h.

Quadro 3: Eixos dos Componentes Curriculares Específicos

Componentes Curriculares do Eixo Teórico Metodológico de formação específica	Carga Horária	Créditos
Introdução aos Estudos Históricos	60	4
Introdução à Sociologia	60	4
Introdução à Ciência Política	60	4
Iniciação à Antropologia	60	4
Introdução à Filosofia	60	4
Introdução aos Estudos Geográficos	60	4
Organização Espacial do Brasil I	60	4
Sociologia Brasileira	60	4

Estado, Cidadania e Democracia	60	4
Organização Espacial do Nordeste	60	4
Prática de Pesquisa e Extensão no Ensino Fundamental (AF)	60	4
Prática de Pesquisa e Extensão no Ensino Médio	60	4
Práticas intertransdisciplinares de pesquisa em ciências humanas e sociais	60	4
Pensamento Social e Político no Brasil	60	4
Ciências humanas e Sociais e Tecnologias Digitais	60	4
Seminários integrador (de 01 a 08) cada uma com 15h	120	6
Arte e Território	60	4
Territórios, Políticas Públicas e Participação	60	4
Filosofia e Linguagem	60	4
TCC I e II	105	7
Memória, discurso e sociedade	60	4
Meio Ambiente e Relações Sociais	60	4
Patrimônio Histórico e Cultural	60	4
Sistema de produção e sistema de reprodução econômica, cultural e social	45	3
Educação e Trabalho	30	2
TOTAL CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS	1620	35

7.4 Alinhamento do curso às normativas da Educação Integral

A proposta formativa do Curso de Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias está alinhada às normativas nacionais que orientam a implementação da Educação Integral no Brasil, entendida como processo que visa ao desenvolvimento pleno do estudante em suas dimensões intelectual, física, social, emocional e cultural. O curso integra conhecimentos interdisciplinares, articulando Filosofia, Sociologia, História e Geografia com enfoque em competências cognitivas, sócio emocionais e éticas, conforme previsto na BNCC. Além disso, adota metodologias ativas – como projetos interdisciplinares e aprendizagem baseada em problemas – para conectar teoria e prática, incentivando o protagonismo estudantil e a aplicação do conhecimento em contextos reais.

O projeto adota uma perspectiva de avaliação formativa e contínua, utilizando instrumentos diversificados (portfólios, seminários, participação em projetos) para acompanhar o desenvolvimento integral dos estudantes. O curso também promove a

integração com a comunidade e o território, por meio de ações extensionistas e temas como direitos humanos, sustentabilidade e democracia, reforçando o compromisso social. Dessa forma, a proposta assegura uma formação ampla e participativa, em conformidade com as políticas públicas educacionais e as demandas contemporâneas por uma educação que vá além da dimensão cognitiva, abrangendo também a formação humana e cidadã.

O curso incorpora as diretrizes estabelecidas na Resolução CNE/CP nº 4/2024, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, reforçando a necessidade de preparar docentes aptos a planejar, executar e avaliar práticas educativas integradoras, articulando conhecimentos, linguagens, tecnologias e experiências socioculturais para promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

Além disso, a proposta se ancora nos princípios da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), que orienta para uma formação integral comprometida com o protagonismo dos estudantes, a contextualização dos conhecimentos e a valorização da diversidade, articulando competências cognitivas, sócio emocionais e éticas.

No âmbito institucional, a Universidade Federal do Piauí reafirma, com este curso, seu compromisso com políticas públicas voltadas à educação integral, fortalecendo sua atuação nas redes públicas estaduais e municipais. O desenho curricular assegura experiências formativas integradas entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo que os licenciandos tenham vivências em contextos escolares que adotam a educação em tempo integral e que sejam capazes de responder às especificidades dessa modalidade com rigor acadêmico e compromisso social.

Ao adotar esse alinhamento normativo, o curso não apenas atende às legislações vigentes, mas também assume papel ativo na consolidação da educação integral como política de Estado, formando professores preparados para lidar com os desafios e potencialidades dessa abordagem no contexto da educação básica brasileira.

7.5 Inclusão do uso pedagógico das tecnologias e "inovação", de forma explícita, bem como de metodologias ativas e empreendedorismo

Na graduação, é fundamental que haja um princípio educativo que contemple o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa e do contato com a realidade. Nesse contexto, a inclusão do uso pedagógico das tecnologias e da inovação se torna essencial para a formação dos estudantes. A integração de ferramentas tecnológicas no processo de ensino-aprendizagem não só enriquece as experiências acadêmicas, mas também prepara os futuros educadores para o uso desses recursos em suas práticas pedagógicas, ampliando suas capacidades e competências.

O Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais propõe um processo de formação centrado no tripé ensino-pesquisa-extensão. Este modelo possibilita que estudantes e orientadores compartilhem o complexo exercício da prática reflexiva, permeado por múltiplas buscas e inquietações, contribuindo para a formação de novas gerações de professores-pesquisadores. A utilização de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, o aprendizado cooperativo e a sala de aula invertida, permite que os alunos sejam protagonistas de seu aprendizado, estimulando a autonomia e a capacidade de resolução de problemas.

Vale destacar, em termos de pesquisa, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma atividade de integração curricular obrigatória que consiste no trabalho final do curso sob orientação de um professor responsável. O TCC tem como objetivo estimular a produção científica, proporcionando experiências de pesquisa que relacionem teoria e prática, aprimorando a reflexão sobre questões voltadas à área de conhecimento do curso e seu viés educacional. Nesse sentido, é crucial que os alunos tenham a oportunidade de testar hipóteses e experimentar metodologias e materiais didáticos, o que contribui significativamente para sua formação como licenciados.

O ensino proposto deve ocorrer em sintonia com a questão científica ao longo do curso, de maneira interdisciplinar, sempre baseado na Pedagogia da Alternância. Essa abordagem cria condições de ensino em função de relações dinâmicas entre diferentes disciplinas, aliando-se às questões sociais contemporâneas. Além dos conteúdos específicos, busca-se ampliar os conhecimentos oferecidos aos graduandos, especialmente aqueles voltados para a prática educacional e as habilidades necessárias para a atuação nas áreas de Ciências Humanas e Sociais.

A extensão se apresenta, nesse contexto, com o propósito de buscar o equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Considerando esse propósito, serão elaborados programas, projetos e

cursos de extensão diversificados que articulem ensino e pesquisa, promovendo uma educação continuada e prática. Tais iniciativas buscam não apenas a formação teórica, mas também a aplicação do conhecimento em contextos reais, estimulando o desenvolvimento de habilidades empreendedoras nos alunos.

A inserção de práticas empreendedoras no currículo é essencial para preparar os graduandos para os desafios do mercado de trabalho e para a promoção de inovações sociais. Atividades que estimulem o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de desenvolver projetos são fundamentais para formar profissionais que possam contribuir de maneira significativa para a sociedade. Além disso, por meio de parcerias com instituições e empresas locais, os estudantes terão a oportunidade de vivenciar experiências práticas que reforçarão suas competências e habilidades de liderança.

O uso de tecnologias digitais e ferramentas de colaboração online nas metodologias de ensino também facilita a inclusão e a diversidade, permitindo que todos os alunos tenham acesso a diferentes formas de aprendizado e interação. A adoção de plataformas digitais para discussões, apresentações e avaliações pode fomentar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e acessível, promovendo a participação ativa dos estudantes.

Além disso, a instituição deve reforçar a importância de compreender a educação além dos limites da sala de aula. A participação efetiva da instituição na comunidade em que está inserida é um aspecto crucial para o desenvolvimento de um ensino que realmente faça a diferença. Projetos sociais e ações comunitárias não apenas enriquecem a formação dos alunos, mas também fortalecem os laços entre a academia e a sociedade, criando um ciclo virtuoso de aprendizado e transformação social.

Por fim, a ênfase na formação de professores-pesquisadores deve ser acompanhada de um compromisso com a inovação e a adaptação às novas demandas educacionais, garantindo que o curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais esteja sempre alinhado com as necessidades do século XXI. Essa abordagem holística não só prepara os graduandos para serem educadores competentes, mas também cidadãos engajados e inovadores, prontos para enfrentar os desafios contemporâneos com criatividade e responsabilidade.

7.6 Articulação entre teoria e prática, por meio da residência docente, de estágios, de disciplinas e de práticas, desde o início da formação

A articulação entre teoria e prática constitui eixo estruturante do Curso de Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias, configurando-se como princípio pedagógico e metodológico que orienta todas as etapas do processo formativo. Em consonância com a Resolução CNE/CP nº 4/2024, essa integração visa a assegurar que a construção do conhecimento profissional docente se dê de forma contínua, contextualizada e situada, desde o ingresso do licenciando no curso.

Desde os primeiros períodos, os estudantes participam de experiências formativas em contextos reais da educação básica, por meio de atividades supervisionadas, observação e regência, projetos de extensão e práticas pedagógicas integradoras. Essa imersão inicial possibilita que o licenciando compreenda as dinâmicas escolares, desenvolva sensibilidade para as demandas do contexto e estabeleça vínculos com a realidade educacional em que atuará.

A residência docente, ofertada nos períodos finais, aprofunda essa experiência, promovendo a inserção prolongada e orientada do licenciando nas escolas-campo, favorecendo a compreensão dos processos pedagógicos em sua totalidade e a consolidação de competências profissionais. Esse espaço formativo é pensado como momento privilegiado de síntese, no qual os conhecimentos teóricos, construídos ao longo do curso, encontram aplicação e ressignificação nas práticas educativas.

Os estágios supervisionados, distribuídos progressivamente ao longo da formação, cumprem dupla função: aproximar o futuro docente das realidades escolares e oportunizar a análise crítica das práticas pedagógicas, com base em referenciais teóricos sólidos. Articulados com disciplinas e demais componentes curriculares, os estágios possibilitam ao licenciando desenvolver a capacidade de planejar, executar, avaliar e refletir sobre o trabalho docente em diferentes níveis e modalidades da educação básica.

A organização curricular do Curso de Ciências Humanas e Sociais foi estruturada de forma a garantir a articulação contínua entre teoria e prática, desde o início da formação até a conclusão do curso. Essa integração é viabilizada por meio de práticas como componente curricular, estágios supervisionados, residência docente, atividades de extensão e projetos integradores, assegurando que o licenciando desenvolva competências profissionais de forma progressiva e contextualizada. O

quadro a seguir apresenta, de maneira sistematizada, a distribuição das experiências formativas ao longo dos períodos, evidenciando as atividades desenvolvidas e os objetivos formativos em cada etapa do percurso acadêmico.

Quadro 4 - Integração Teoria e Prática no Curso

Período	Atividades de Integração Teoria-Prática	Objetivos Formativos
1º ao 2º	Práticas como Componente Curricular (PCCs) introdutórias; Observação de aulas; Projetos de extensão iniciais; Atividades de sensibilização para a realidade escolar.	Introduzir o estudante na cultura escolar; Desenvolver percepção crítica inicial; Articular teoria e contexto real desde o início da formação.
3º ao 4º	PCCs articuladas a componentes curriculares específicos; Observação participante; Início de atividades de regência em turmas de apoio; Projetos de extensão vinculados à comunidade escolar.	Aprofundar a compreensão das dinâmicas escolares; Desenvolver habilidades de observação e análise; Ensaiai práticas de ensino com acompanhamento.
5º ao 6º	Estágio Supervisionado em anos finais do Ensino Fundamental; Regência compartilhada; Residência docente preparatória; Atividades integradoras interdisciplinares.	Consolidar competências pedagógicas básicas; planejar e executar práticas de ensino; Integrar metodologias e recursos pedagógicos.
7º ao 8º	Estágio Supervisionado no Ensino Médio; Residência docente plena; Regência autônoma sob supervisão; Projetos integradores de conclusão; Socialização de práticas inovadoras.	Assumir responsabilidades docentes plenas; sistematizar e avaliar experiências; Produzir e socializar conhecimentos sobre a prática docente.

A sistematização apresentada no quadro evidencia que a articulação entre teoria e prática no curso não se restringe a momentos pontuais, mas constitui um eixo formativo contínuo e integrado. A progressão das atividades, do contato inicial com a

realidade escolar à atuação autônoma em contextos de residência docente e estágio supervisionado, assegura que o licenciando construa saberes de forma reflexiva e contextualizada, fortalecendo sua identidade profissional. Essa estrutura curricular contribui para que o egresso esteja apto a enfrentar os desafios da educação básica, fundamentando sua prática em princípios éticos, pedagógicos e científicos, e comprometendo-se com a promoção de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

As práticas como componente curricular (PCC), presentes desde o início do curso, operam como pontos de conexão entre a base teórica e o exercício pedagógico, garantindo que cada área de conhecimento contribua para a formação integral do futuro professor. Dessa forma, teoria e prática deixam de ser dimensões isoladas e passam a se alimentar mutuamente, fortalecendo a identidade profissional e o compromisso social do docente.

Essa articulação assegura que o egresso seja capaz de compreender, analisar e intervir de forma qualificada na realidade educacional, fundamentando suas ações em princípios éticos, pedagógicos e científicos. Ao integrar residência docente, estágios, disciplinas e práticas desde o início da formação, o curso reafirma seu compromisso com a formação inicial de professores aptos a enfrentar os desafios contemporâneos da educação básica com competência, sensibilidade e visão crítica.

Além disso, o Brasil está envelhecendo, dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022) revelam que a parcela idosa da população brasileira, com 60 anos ou mais, representou 15,8% da população total, observando-se um crescimento de 46,6% em relação aos dados do Censo de 2010, em que esse grupo etário correspondia a 10,8% da população brasileira. No Piauí, essa transição demográfica também reflete as diversas formas de se envelhecer, marcadas por profundas desigualdades sociais, sejam elas regionais, de classe, gênero e/ou raça. A coexistência dessas desigualdades que permeiam a vida de muitas pessoas idosas as tornam cada vez mais vulneráveis e as expõem a constantes violações de direitos humanos, principalmente para as pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais. Diante disso, torna-se urgente a formação de profissionais nas áreas de Ciências Humanas e Sociais que entendam essas novas demandas e estabeleça o diálogo com as memórias dos nossos ancestrais, com o objetivo de conscientizar as gerações atuais e futuras da

importância da luta e preservação de Povos e Comunidades Tradicionais do Piauí, sendo este um dos objetivos centrais da Graduação em Ciências Humanas e Sociais.

Segundo tentativas de definição por parte do Governo Federal, são oficialmente considerados Povos e Comunidades Tradicionais: Indígenas, Andirobeiras; Apanhadores de Sempre-vivas; Caatingueiros; Caiçaras; Castanheiras; Catadores de Mangaba; Ciganos; Cipozeiros; Extrativistas; Faxinalenses; Fundo e Fecho de Pasto; Geraizeiros; Ilhéus; Isqueiros; Morroquianos; Pantaneiros; Pescadores Artesanais; Piaçaveiros; Pomeranos; Povos de Terreiro; Quebradeiras de Coco Babaçu; Quilombolas; Retireiros; Ribeirinhos; Seringueiros; Vazanteiros e Veredeiros. (GOVERNO FEDERAL, 2025)

Dentro desse vasto universo de tentativas de definição de Povos e Comunidades Tradicionais, os trabalhos realizados pelos licenciandos buscarão uma aproximação com tais parcelas da população piauiense, a partir de seus saberes afro-indígenas, pessoas idosas, lideranças políticas e religiosas das diversas comunidades locais, de notório reconhecimento, e que precisam ter suas trajetórias registradas para que sejam conhecidas em vida e respeitadas pelas atuais e gerações futuras.

A seguir apresentamos a organização curricular incluindo a matriz curricular por período, considerando as disciplinas, os créditos e a carga horária total.

7.7 Organização curricular

O curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais caracteriza-se por ter uma formação específica para professores que atuam/atuarão em escolas de Educação Básica nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Assim, as disciplinas estão voltadas para esta realidade, para que se evidencie a vida nas escolas e a educação integral destacando-se, prioritariamente, suas organizações sociais; além de um eixo de disciplinas de formação básica em sociologia, história, filosofia, geografia e educação.

Nesse sentido, as disciplinas específicas, os temas transversais e os conteúdos de formação de professores que constituem a matriz do curso foram articulados para que os graduandos compreendam o processo, as bases epistemológicas das Ciências

Humanas e Sociais articuladas com as respectivas tecnologias, como os textos e contextos e discursos e dos sujeitos, sempre articulando a teoria à prática.

Atendendo à proposta do PRILEI, do qual o referido curso faz parte, algumas disciplinas se voltam para uma formação interdisciplinar e empreendedora, a fim de que a formação dos profissionais seja adequada àquilo que o Curso prevê e em consonância com a concepção de educação integral e dos conteúdos da BNCC no que tange às ciências humanas e sociais aplicadas.

A carga horária total do Curso compreende 3.335 horas, das quais, 2.280 horas (152 créditos) distribuídas entre disciplinas obrigatórias e optativas. O estágio supervisionado obrigatório terá duração de 405 horas (27 créditos). As atividades complementares deverão perfazer 200 horas. O Trabalho de Conclusão de Curso terá como carga horária 105 horas. E a carga horária referente à curricularização da extensão é de 345 horas, conforme quadro abaixo:

COMPONENTES CURRICULARES	Carga horária (h)
Disciplinas Obrigatórias	2.160
Disciplinas Optativas	120
Trabalho de Conclusão de Curso	105
Atividades Complementares	200
Estágio Supervisionado Obrigatório	405
Atividades Curriculares de Extensão	345
TOTAL	3.335

Serão oferecidas 40 vagas com entrada prevista para o primeiro semestre de 2026. O curso será oferecido em período diurno e utilizará o período noturno para a realização de atividades pedagógicas e extracurriculares, já que se trata de um curso em regime de alternância, ou seja, vale-se de uma metodologia que diferencia os espaços pedagógicos.

Sendo assim, será realizada uma divisão entre os espaços educativos, tendo como base O Tempo-Comunidade (TC) e o Tempo-Universidade (TU), além de uma interligação entre estes dois momentos. No TU, o estudante estará na Universidade para cursar as diferentes disciplinas oferecidas pela UFPI. Enquanto, no TC, haverá a realização de atividades no espaço de vivência do estudante.

Assim, semestralmente, após cursar as disciplinas, o estudante sairá da universidade e permanecerá no território que atua, desenvolvendo atividades que interliguem estes dois tempos. Caberá aos professores do curso acompanhar e

vivenciar juntamente com os estudantes o TC, em que serão realizadas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, nas múltiplas áreas de atuação dos estudantes.

Caracterização do Tempo-Universidade:

1. **Disciplinas.** Serão montadas aulas expositivas e dialogadas, além da realização de visitas e diálogos com sujeitos sociohistóricos locais.
2. **Estudos Individuais.** Estes estudos serão orientados pelos professores e serão base para as práticas de pesquisa e extensão em escolas do campo e junto aos movimentos sociais e sindicais. Sobre cada estudo individual orientado, o educando deverá produzir um roteiro de apresentação das questões, que será discutido, avaliado e aplicado considerando-se as áreas de vivências dos estudantes.
3. **Oficinas.** As oficinas priorizarão a atenção aos processos de socialização e de produção coletiva do conhecimento, enfatizando a criação de materiais pedagógicos que congreguem as tecnologias educacionais disponíveis. A produção de materiais pedagógicos terá como base a observação da realidade educacional do campo durante o tempo-comunidade, respeitando-se, assim, a realidade dos territórios nos quais se localizam os assentamentos.
4. **Linhas de Pesquisa.** Cada aluno apresentará, já na segunda etapa do curso, uma carta de intenções acerca de um projeto de pesquisa. A partir dos interesses apresentados pelos educandos, serão construídas as Linhas de Pesquisa do curso. Os projetos de pesquisas serão acompanhados por uma orientação coletiva de profissionais a serem indicados pelo Colegiado de Curso a cada etapa de estudos. No final do Curso, o educando apresentará um trabalho de conclusão baseado nas pesquisas desenvolvidas nas etapas anteriores. Este trabalho terá um cunho participativo e emancipador quanto às comunidades envolvidas.
5. **Práticas de planejamento de pesquisa e/ou extensão.** No final de cada etapa do Tempo-Universidade, os educandos realizarão um trabalho integrado a partir de uma questão-problema própria ao seu projeto de extensão/pesquisa, oportunizando a integração e relação dos eixos temáticos desenvolvidos ao longo da etapa do Tempo-Universidade.
6. **Seminários Integradores (120h).** Os seminários de Integração terão como base a socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas

pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Nestes seminários, serão apresentados os resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade.

7. **Trabalho de Conclusão de Curso (105).** Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso a partir dos resultados obtidos nos projetos de extensão/pesquisa e práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo das etapas do curso.

8. **Excursões duplamente emancipatórias.** Realização de visitas às escolas dos territórios envolvidos no projeto, bem como a apresentação das diferentes dependências da universidade como eixo integrador do desenvolvimento das atividades pedagógicas.

9. **Estágio curricular supervisionado (405h).** A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais da Educação no Campo, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Ressalte-se que em conformidade com as

Caracterização do tempo-comunidade:

1. **Estudos da Realidade/Pesquisa e Práticas Pedagógicas no território onde vivem os alunos.** Nos estudos desenvolvidos em ambiente real, o educando acentuará sua formação como educador-pesquisador, realizando, portanto, pesquisas e práticas pedagógicas. Neste sentido, a reconstrução histórica de seu lócus, bem como de seu município é a base da metodologia de pesquisa, reconstruindo a totalidade das relações sociais historicamente produzidas, abrangendo a Memória Social, o Patrimônio Imaterial e Físico, a dinâmica das Escolas, recuperando histórias, objetos e territórios que vão se perdendo, além de reconstruir dados socioeconômicos e análises políticas. No retorno de cada tempo-comunidade, os educandos apresentarão oralmente suas percepções e entregarão um registro escrito acerca de suas observações e aprendizados. Estes estudos serão utilizados na construção do trabalho final a ser apresentado para uma banca examinadora e para a comunidade envolvida.

2. **Construção de dados para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso.** Neste tempo os estudantes realizarão pesquisas e

atividades que darão suporte à construção do Trabalho de Conclusão de Curso, que deverá obrigatoriamente estar calcado em seu projeto de extensão/pesquisa. As comunidades serão envolvidas de acordo com as necessidades e demandas apresentadas pelos grupos sociais envolvidos na formação. Assim, relatos, fotografias, depoimentos, observação e acompanhamento do cotidiano dos sujeitos sociais serão utilizados na elaboração da pesquisa que obrigatoriamente será apresentada na universidade e no assentamento ou escola envolvida.

3. **Excursões didático-pedagógicas.** Serão realizadas visitas para o acompanhamento de atividades desenvolvidas por assentados da reforma agrária ou sujeitos vinculados aos diversos movimentos sociais. Além das visitas aos assentados, também serão alvo dessas ações povos e comunidades tradicionais, de uma forma geral, grupos de assalariados rurais no estado do Piauí e em outros estados vizinhos.

4. **Estágio curricular supervisionado.** A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais da Educação nas escolas de educação básica, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Importante destacar que no âmbito do PRILEI a articulação entre teoria e prática, ocorre também por meio da residência docente, pois os alunos com bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que integram o curso, assumem o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa. Trata-se de uma ação valiosa que supera o estágio pois consiste na imersão do aluno na escola que promove o aperfeiçoamento da formação de professores nos cursos de licenciatura.

7.7.1 Matriz Curricular

1º. Semestre – Bloco I

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	Total
Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	-	-	-	15
Metodologia Científica	3.1.0	45	15	-	-	60

ACE1 - Ética em educação	0.0.0.3	-	-	-	45	45
Bases Epistemológicas da Educação	3.1.0	45	15	-	-	60
Introdução aos Estudos Históricos	3.1.0	45	15	-	-	60
Introdução à Sociologia	3.1.0	45	15	-	-	60
Introdução à Filosofia	3.1.0	45	15	-	-	60
Estágio Curricular Supervisionado I				15	-	15
Seminário Integrador I	0.0.1	-	-	15	-	15
Total	16.5.1.3	240	75	30	45	390

2º. Semestre – Bloco II

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				Total
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	
Sociologia da Educação	3.1.0	45	15	-		60
Filosofia da Educação	3.1.0	45	15	-		60
ACE 2 - Educação e Direitos Humanos	0.0.0.3				45	45
História da Educação	3.1.0	45	15	-		60
Iniciação à Ciência Política	3.1.0	45	15	-		60
Introdução aos Estudos Geográficos	3.1.0	45	15	-		60
Estágio Curricular Supervisionado II	0.0.1	-	-	30		30
Seminário Integrador II	0.0.1	-	-	15		15
Total	15.5.1.3	225	75	45	45	390

3º. Semestre – Bloco III

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				Total
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	
Iniciação à Antropologia	3.1.0	45	15	-		60
Legislação e Organização da Educação	3.1.0	45	15	-		60
ACE 3 - Educação Inclusiva	0.0.0.3				45	45
Organização Espacial do Brasil I	3.1.0	45	15	-		60
Estratégias de leitura em Língua Inglesa	2.1.0	45	15	-		45
Educação e Tecnologias Digitais	3.1.0	45	15	-		60
Estágio Curricular Supervisionado III	0.0.2	-	-	60		60
Seminário Integrador III	0.0.1	-	-	15		15
Total	14.5.1.3	225	75	75	45	420

4º. Semestre – Bloco IV

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				Total
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	
Didática	3.1.0	45	15	-		60
Psicologia da Educação	3.1.0	45	15	-		60
Sociologia Brasileira	3.1.0	45	15	-		60
Estado, Cidadania e Democracia	2.1.0	30	15	-		45

ACE 4 - Práticas intertransdisciplinares de pesquisa em ciências humanas e sociais	0.0.0.3				45	45
Organização Espacial do Nordeste	3.1.0	45	15	-		60
Estágio Curricular Supervisionado V				60		60
Seminário Integrador IV	0.0.1	-	-	15		15
Total	14.5.1.3	210	75	75	45	405

5º. Semestre – Bloco V

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				Total
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	
Avaliação da Aprendizagem	3.1.0	45	15	-		60
Metodologia de Ensino de Ciências Humanas e Sociais	3.3.0	45	45	-		90
ACE 5 - Meio Ambiente e Relações Sociais	0.0.0.3			-	45	45
Pensamento Social e Político no Brasil	3.1.0	45	15	-		60
Filosofia e Linguagem	2.1.0	30	15	-		45
Estágio Curricular Supervisionado V	0.0.5	-	-	60		60
Seminário Integrador V	0.0.1	-	-	15		15
Total	11.6.6.3	165	90	75	45	375

6º. Semestre – Bloco VI

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				Total
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	
Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	2.1.0	30	15	-		45
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	2.2.0	30	30			60
Libras	3.1.0	45	15	-		60
ACE 6 - Prática de Pesquisa e Extensão no Ensino Fundamental (Anos Finais)	0.0.0.4			-	60	60
Pedagogias Ativas	2.1.0	30	15	-		60
Tecnologias aplicadas ao ensino de Ciências Humanas e Sociais	2.1.0	30	15	-		45
Estágio Curricular Supervisionado VI	0.0.2	-	-	60		60
Seminário Integrador VI	0.0.1	-	-	15		15
Total	11.6.3.4	165	90	75	60	390

7º. Semestre – Bloco VII

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	Total
ACE 7 - Prática de Pesquisa e Extensão no Ensino Médio	0.0.0.4			-	60	60
Educação e Trabalho	1.1.0	30	15	-		30
Arte e Território	2.1.0	30	15	-		60
Trabalho de Conclusão de Curso I	1.3.0	15	45	-		45
Optativa I	3.1.0	45	15	-		60
Optativa II	3.1.0	45	15	-		60
Estágio Curricular Supervisionado VII	0.0.4	-	-	60		60
Seminário Integrador VII	0.0.1	-	-	15		15
Total	10.7.5.4	165	105	75	60	405

8º. Semestre – Bloco VIII

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	Total
Memória, discurso e sociedade	2.1.0	30	15	-		45
Territórios, Políticas Públicas e Participação	2.1.0	30	15			45
Patrimônio Histórico e Cultural	3.1.0	45	15			60
Sistema de produção e Sistema de reprodução econômica, cultural e social	2.1.0	30	15			45
História e Cultura africana/afro-Brasileira	4.0.0	60				60
Trabalho de Conclusão de Curso II	1.3.0	15	45	-		60
Estágio Curricular Supervisionado VIII	0.0.4	-	-	60		60
Seminário Integrador VIII	0.0.1	-	-	15		15
Total	14.7.5	150	105	75		390
CARGA HORARIA TOTAL DOS COMPONENTES CURRICULARES		3.135 horas				

Importante destacar que no curso há o componente curricular que favorece, além da formação geral, o desenvolvimento da autonomia do aluno - as atividades Acadêmico-Científico-Culturais, ou seja, as Atividades Complementares.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	
Componente curricular	Carga Horária

Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200h
---	------

Ressalte-se que em atendimento à Resolução CNE. Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação PNE 2014+-2024 e dá outras providências e as Resolução UFPI/CEPEX -053/2019 e Resolução CEPEX/UFPI nº 297, de 20.06.22 que regulamenta o registro e a inclusão das atividades curriculares de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFPI, as disciplinas que, obrigatoriamente terão natureza extensionista estão listadas no quadro a seguir, totalizando 345 horas aula. Isso não implica que outras disciplinas possam realizar atividades de extensão. Como o curso guia-se pelo princípio de articulação entre teoria e prática desde o início do curso, os professores têm autonomia para definir suas atividades pedagógicas.

COMPONENTES CURRICULARES REFERENTES A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	Carga horária (h)
ACE 1 - Ética em educação	45
ACE 2 - Educação e Direitos Humanos	45
ACE 3 - Educação Inclusiva	45
ACE 4 - Práticas intertransdisciplinares de pesquisa em ciências humanas e sociais	45
ACE 5 - Meio Ambiente e Relações Sociais	45
ACE 6 - Prática de Pesquisa e Extensão no Ensino Fundamental	60
ACE 7 - Prática de Pesquisa e Extensão no Ensino Médio	60
TOTAL	345 horas

Disciplinas Optativas

OPTATIVAS						
Período de implantação	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-prático	Total
7º	Organização Espacial do Brasil II	3.1.0	45	15	-	60
7º	Geografia Agrária II	3.1.0	45	15	-	60
7º	Gestão e Organização do Trabalho Escolar	3.1.0	45	15	-	60
7º	Educação do Campo e Movimentos Sociais	3.1.0	45	15	-	60
7º	Tecnologias da Informação e Comunicação	3.1.0	45	15	-	60
7º		3.1.0	45	15	-	60
7º	Teorias da Aprendizagem	3.1.0	45	15	-	60
7º	Educação à Distância	3.1.0	45	15	-	60

7º	Temas e Práticas Transversais	3.1.0	45	15	-	60
7º	Antropologia, cultura e sociedade	3.1.1	45	15	-	60
7º	Religiões e Perspectivas em Humanidades	3.1.0	45	15	-	60
7º	Oficina de Textos Acadêmicos	3.1.0	45	15	-	60
7º	Teoria crítica da sociedade/cultura	3.1.0	45	15	-	60

7.7.2 Fluxograma do Curso

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	NÚCLEOS
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO 1 0 0 0 15	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO 3 1 0 0 60	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 3 1 0 0 60	DIDÁTICA GERAL 3 1 0 0 60	AValiação DA APRENDIZAGEM 3 1 0 0 60	PEDAGOGIAS ATIVAS 2 1 0 0 45	EDUCAÇÃO E TRABALHO 1 1 0 0 30	MEMÓRIA, DISCURSO E SOCIEDADE 2 1 0 0 45	
BASES EPISTEMOLÓGICAS DA EDUCAÇÃO 3 1 0 0 60	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO 3 1 0 0 60	INICIAÇÃO À ANTROPOLOGIA 3 1 0 0 60	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO 3 1 0 0 60	METODOLOGIA DE ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS 3 3 0 0 90	LIBRAS 3 1 0 0 60	ARTE E TERRITÓRIO 2 1 0 0 45	TERRITÓRIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO 2 1 0 0 45	NÚCLEO I - FORMAÇÃO GERAL
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS 3 1 0 0 60	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO 3 1 0 0 60	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO BRASIL I 3 1 0 0 60	SOCIOLOGIA BRASILEIRA 3 1 0 0 60	PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO NO BRASIL 3 1 0 0 60	POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO ESCOLAR 3 1 0 0 60	TCC 1 1 3 0 0 60	TCC 2 0 3 0 0 45	NÚCLEO I - FORMAÇÃO PEDAGÓGICA
INTRODUÇÃO À FILOSOFIA 3 1 0 0 60	INICIAÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA 3 1 0 0 60	EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DIGITAIS 3 1 0 0 60	ESTADO, CIDADANIA E DEMOCRACIA 2 1 0 0 45	FILOSOFIA E LINGUAGEM 2 1 0 0 45	RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO E DIVERSIDADE 2 1 0 0 45	OPTATIVA I 3 1 0 0 60	PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL 3 1 0 0 60	NÚCLEO II - COMPONENTES ESPECÍFICOS
INTRODUÇÃO A SOCIOLOGIA 3 1 0 0 60	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS 2 2 0 0 60	ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM LÍNGUA INGLESA 2 1 0 0 45	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO NORDESTE 3 1 0 0 60		FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 2 2 0 0 60	OPTATIVA II 3 1 0 0 60	SISTEMA DE PRODUÇÃO E SISTEMA DE REPRODUÇÃO ECONÔMICA, CULTURAL E SOCIAL 2 1 0 0 45	
METODOLOGIA CIENTÍFICA 3 1 0 0 60							HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA / AFRO-BRASILEIRA 4 0 0 0 60	
ACE 1 ÉTICA EM EDUCAÇÃO 0 0 0 3 45	ACE 2 EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS 0 0 0 3 45	ACE 3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA 0 0 0 3 45	ACE 4 PRÁTICAS INTERTRANSDISCIPLINARES DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS 0 0 0 3 45	ACE 5 MEIO AMBIENTE E RELAÇÕES SOCIAIS 0 0 0 3 45	ACE 6 PRÁTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS) 0 0 0 4 60	ACE 7 PRÁTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO NO ENSINO MÉDIO 0 0 0 4 60		NÚCLEO III - EXTENSÃO
SEMINÁRIO INTEGRADOR 1 1 0 0 0 15	SEMINÁRIO INTEGRADOR 2 1 0 0 0 15	SEMINÁRIO INTEGRADOR 3 1 0 0 0 15	SEMINÁRIO INTEGRADOR 4 1 0 0 0 15	SEMINÁRIO INTEGRADOR 5 1 0 0 0 15	SEMINÁRIO INTEGRADOR 6 1 0 0 0 15	SEMINÁRIO INTEGRADOR 7 1 0 0 0 15	SEMINÁRIO INTEGRADOR 8 1 0 0 0 15	NÚCLEO II - SEMINÁRIO INTEGRADOR
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I 0 0 1 0 15	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II 0 0 2 0 30	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III 0 0 4 0 60	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV 0 0 4 0 60	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V 0 0 4 0 60	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI 0 0 4 0 60	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VII 0 0 4 0 60	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VIII 0 0 4 0 60	NÚCLEO IV - ESTÁGIOS
17 5 1 3 390 1º Período	15 6 2 3 390 2º Período	15 5 4 3 405 3º Período	15 5 4 3 405 4º Período	12 6 4 3 375 5º Período	13 6 4 4 405 6º Período	11 7 4 4 390 7º Período	14 7 4 0 375 8º Período	

NÚCLEOS DE FORMAÇÃO	Nº	CARGA HORÁRIA
NÚCLEO I - FORMAÇÃO GERAL	6	330
NÚCLEO I - FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	11	630
NÚCLEO II - COMPONENTES ESPECÍFICOS	20	1185
NÚCLEO II - SEMINÁRIO INTEGRADOR	8	120
ATIVIDADE COMPLEMENTAR		200
OPTATIVAS	2	120
NÚCLEO III - EXTENSÃO	7	345
NÚCLEO IV - ESTÁGIOS	8	405
TOTAL		3335

CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES CURRICULARES	
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	2.160
DISCIPLINAS OPTATIVAS	120
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	405
ATIVIDADES COMPLEMENTARES - AC	200
ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE	345
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	105
TOTAL	3.335

7.7.3 Ementas e bibliografias básica e complementar

1º SEMESTRE

DISCIPLINA: Seminário de Introdução ao Curso
EMENTA: Abordagem do Currículo do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias /Ciências Humanas e Sociais. Apresentação das instâncias da unidade gestora, da UFPI e de suas competências.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. UFPI. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias / Ciências Humanas e Sociais. 2. UFPI. Resolução CONSUN/UFPI nº21/00. Regimento Interno da UFPI, 2000. 3. UFPI. Resolução CEPEX nº177/12. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí, de 05 de novembro de 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. UFPI. CEPEX. Resolução nº017/2011. Guia acadêmico do Aluno 2011. UFPI. Resolução CONSUN/UFPI nº032/05. Estatuto da Universidade Federal do Piauí , de 10/10/2005. 2. UFPI. Relatório de Autoavaliação da UFPI, 2012. 3. UFPI. Resolução Conjunta nº002/2010 – Conselho Diretor/ Conselho Universitário , de 26 de maio de 2010. Projeto de Desenvolvimento Institucional 2010/2014. 4. UFPI. Resolução conjunta nº 002\2010 – Conselho Diretor\Conselho Universitário , 26 de maio de 2010. Projeto de Desenvolvimento Institucional 2010\2014. Disponível

<http://www.ufpi.br/arquivos/PDI>

5. BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

DISCIPLINA: Metodologia Científica

EMENTA:

Metodologia de estudo e do trabalho acadêmico. Elaboração de projeto e trabalho científico. Problemas e formas de conhecimento. Origem e evolução da ciência e do método científico. Tipos de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
3. MATTAR NETO, J. A. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 3.ed. São Paulo:Saraiva, 2013.
4. BERVIAN, P. A.; CERVO, A. L.; SILVA, R. da. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo. Prentice Hall Brasil, 2006.
5. FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação no campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação no campo e pesquisa. Questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

DISCIPLINA: Ética na Educação

EMENTA:

Concepções de Ética. Ética moral e direito. Ética e cidadania. Ética e Relações Étnico-Raciais. Ética ambiental. Ética profissional. A ética na formação do professor. Reflexões sobre a ética na prática pedagógica. Relação entre indivíduo, Natureza, Sociedade, Educação e Ética

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BEHRENS, M. A.B. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2005.
2. MAZZOTTI, T. B.; OLIVEIRA, R. J. de. **Ciência(s) da educação**. Rio de Janeiro: DPA, 2000.
3. PEGORARO, O. **Ética através dos maiores mestres da história**. Petrópolis: Vozes, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARBOSA, R. L. L. B. (org.). **Trajetória e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: UNESP, 2004.
2. HERMANN, N. **Pluralidade e ética em educação**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.
3. CRIPA, Marcos. **Entrevista e Ética**. São Paulo: Educ, 1998.
4. LOPARIC, Z. **Ética e finitude**. São Paulo: Educ, 1995.

5. WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, Pioneira, 1998.

DISCIPLINA: Bases epistemológicas em Educação

EMENTA:

Definições de Epistemologia e de Educação. Produção do conhecimento e os paradigmas da ciência moderna. Principais abordagens teóricas dos processos educativos, destacando princípios e conceitos constitutivos do pensamento educacional contemporâneo. Esboço geral das configurações histórico-epistemológicas da educação escolar e não escolar na contemporaneidade. Educação Integral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Epistemologia e educação: Bases conceituais e racionalidades científicas e históricas**. Editora Vozes. 2016.
2. MOREIRA, Marco Antonio; MASSONI, Neusa Teresinha. **Epistemologias do século XX: Popper, Kuhn, Lakatos, Laudan, Bachelard, Toulmin, Feyerabend, Maturana, Bohm, Bunge, Prigogine, Mayr**. São Paulo: EPU, 2011.
3. VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: Livraria da Física, 2010.
2. CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
3. FAZENDA, Ivani (org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001 (Coleção Práxis).
4. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.
5. GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**.
6. 8. ed. (rev. ampl.). São Paulo: Ática, 2004. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/2794>
7. MORIN, Edgar (org.). **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

DISCIPLINA: Introdução aos Estudos Históricos

EMENTA:

Conhecimento científico e prática historiográfica. A História como ciência. Principais correntes historiográficas contemporâneas. Principais correntes historiográficas brasileiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. JOLY, F. D. **História e retórica**. Ensaio sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007.
2. MOMIGLIANO, A. **As origens clássicas da historiografia moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.
3. REIS, J. C. **As identidades do Brasil I**. São Paulo, Rio de Janeiro, FGV, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARR, E. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
2. DOSSE, F. **A história**. Bauru: EDUSC, 2003.
3. ARENDT, H. **Entre o Passado e Futuro**. São Paulo: Ed Perspectiva, 1992.
4. BLOCH, M. **O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro, Editor. Jorge ZAHAR, 2001.
5. HOBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DISCIPLINA: Introdução à Sociologia**EMENTA:**

Sociologia e Ciência. Análise científica da realidade social. A Sociedade de classes: estrutura, reprodução e transformações. Sociologia e História. Sociologia e sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARTINS, C. B. **O que é sociologia**. Rio de Janeiro Brasiliense, 2001.
2. OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2004.
3. VIANA, N. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Autêntica, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. VILA NOVA, S. **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Atlas, 2004.
2. BAUMMAN, Z.; MAY, T. **Aprendendo a Pensar com a Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
3. COULSON, M. A.; RIDDEL, D. S. A. **Introdução crítica à sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
4. DEMO, P. **Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social**. São Paulo: Atlas, 2002.
5. ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

DISCIPLINA: Introdução à Filosofia**EMENTA:**

Origens do pensamento filosófico: do mito à razão. As relações homem–mundo como tema fundamental do conhecimento. O senso comum, a ciência e a Filosofia como saber reflexivo e crítico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LUCKESI, C.; PASSOS, E. S. **Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar**. São Paulo: Cortez, 2002.
2. MARITAIN, J. **Elementos de Filosofia I: introdução geral à filosofia**. 18. ed. São Paulo: Agir, 2001.
3. MORRA, G. **Filosofia para todos**. São Paulo: Paulus, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHAUI, M. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
2. ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2003.
3. ABRANTES, P. **Imagens da natureza, imagens de ciência**. São Paulo: Papyrus, 1998.
4. CHAUI, M. **Convite à filosofia**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995.
5. CHAUI, M. et. al. **Primeira filosofia**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado I
EMENTA: Abordagem do processo de formação e a trajetória da profissionalização docente. Aproximação do aluno ao ambiente escolar.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática . 16. ed. Campinas: Papirus, 2004. 2. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador . In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer . 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. 3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores . 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001. 2. ZOBOLI, G. Prática de ensino . São Paulo: Editora Ática, 2004. 3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar . São Paulo: Cortez, 1991. 4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula . São Paulo: Summus, 1996. 5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica . São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINA: Seminário Integrador I
EMENTA: Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2006. 2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa . São Paulo: Atlas, 2008. 3. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . São Paulo : Cortez, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais . São Paulo: Cortez. 2006. 2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2007. 3. HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na sociologia . Petrópolis: Vozes, 1990. 4. MILL, J.S. A lógica das ciências sociais . São Paulo: Iluminuras, 2001. 5. SANTOS, M. Pensando o espaço do homem . 5.ed. São Paulo, 2004.

2º SEMESTRE

DISCIPLINA: Sociologia da Educação
EMENTA: Estudo do surgimento e das correntes teóricas da sociologia da educação, assim como da função da escola e dos sistemas de ensino na sociedade contemporânea, analisando sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. RODRIGUES, A. T. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.
2. PILETTI, N.; PRAXEDES, W. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Ática, 2010.
3. HAECHT, A. V. **Sociologia da Educação**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARRERE, A. ; SEMBEL, N. **Sociologia da Escola**. São Paulo: Editora Loyola, 2006.
2. KRUPPA, S. M. P. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
3. SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo, Cortez, 1992.
4. PINSKY, J. **Cidadania e educação**. São Paulo: Contexto, 1999.
5. BERGER, P.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DISCIPLINA: Filosofia da Educação

EMENTA:

Estudo da Filosofia e Filosofia da Educação, suas concepções e especificidades. Abordagem das concepções específicas ao âmbito educacional, bem como da compreensão do papel da educação e de sua relação entre pedagogia e ensino. Teorias e práticas educacionais, dimensões ético-políticas e estéticas, além da abordagem argumentativa da práxis educativa e da formação do professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ARANHA, M. L. de A. ; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia**. 3. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2003.
2. ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da Educação**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
3. GHIRALDELLI JR, P. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Editora Ática, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2006.
2. LUCKESI, C.C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2011.
3. ARANTES, P. et al. **A Filosofia e seu ensino**. São Paulo: Educ, 1996.
4. CHAUI, M. de S. **Ideologia e educação**. Educação e sociologia. São Paulo: Cortez, 1980.
5. SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1987.

DISCIPLINA: ACE 2 - Educação e Direitos Humanos

EMENTA:

Direitos humanos: conceitos e histórico. educação em direitos humanos. políticas públicas sobre direitos humanos. Direitos humanos e a formação de professores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

6. SCHILLING, Flávia. **Educação e direitos humanos: percepções sobre a escola justa**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
7. BITTAR, Carla Bianca. **Educação e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2014.
8. CASTILHO, Ricardo. **Educação e direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BELTRAMELLI NETO, Silvio. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Atlas, 2021.
2. SCARANO, Renan Costa Valle; DORETO, Daniella Tech. **Direitos humanos e diversidade**. São Paulo: SAGAH, 2018.

3. BRANDÃO, Cláudio. **Direitos humanos e fundamentais em perspectiva**. São Paulo: Atlas, 2014.
4. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 15. Ed. São Paulo: Saraivar, 2016.

DISCIPLINA: História da Educação

EMENTA:

Compreensão da história da educação, seus fundamentos teórico-metodológicos e sua importância para a formação do educador. Estudo das principais teorias práticas educacionais desenvolvidas ao longo da história da humanidade, além de uma visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ARANHA, M.L.A. **História da educação**. 3.ed.São Paulo: Moderna, 2006.
2. BRITO, I.S. **História da educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.
3. RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 17. ed. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. 25.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
2. LOPES, E. M. T.; FARIAS FILHO, L. M. & VEIGA, C. G. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
3. HILSDORF, M. L. S. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.
4. SOUZA, N. M. M. de. **História da Educação**. Campinas: AVERCAMP, 2006.
5. GUEDES, E. M. **Curso de Metodologia Científica**. Curitiba: HD Livros, 2000.

DISCIPLINA: Iniciação à Ciência Política

EMENTA:

A interpretação dos fenômenos políticos. Teorias políticas. A emergência da forma de estado e suas variações. As motivações políticas e a estrutura econômica e social em transformação. Política e Trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
2. BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
3. CARNOY, M. **Estado e Teoria Política**. 16.ed. Campinas: Editora Papyrus, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FERES JUNIOR, J.; POGREBINSCHI, T. **Teoria Política Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2010.
2. MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2002.
3. MASCARO, A. L. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
4. PRADO JUNIOR, C. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
5. REMOND, R. **Por uma História Política**. São Paulo: Editora FGV, 2003.

DISCIPLINA: Introdução aos Estudos Geográficos

EMENTA: Análise do desenvolvimento do pensamento geográfico, inclusive no Brasil. Discussão das perspectivas atuais da Geografia.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. MAGNOLI, D. Projeto de Ensino de Geografia - Naturezas, Tecnologias, Sociedades - Geografia Geral. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2004. 2. SANTOS, M. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica . 6.ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 3. TEIXEIRA, TOLEDO, FAIRCHILD e TAIOLI. Decifrando a Terra - São Paulo: Oficina de Textos, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. MOREIRA, R. O círculo e a espiral: para a crítica da Geografia que se ensina . 2.ed. Niterói: AGB-Niterói, 2004. 2. ROSS, J. Geografia do Brasil . 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2001. 3. ANDRADE, M. C. de. Uma Geografia para o século XXI . Recife: CEPE, 1993. 4. ANDRADE, M. C. de. A Geografia e a questão social . Maceió: Edufal/UFPE, 1997. 5. SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal . Rio de Janeiro: Record, 2000.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado II
EMENTA: Abordagem do processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas, imersão na escola, para analisar seu projeto político pedagógico.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática . 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004. 2. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador . In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer . 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. 3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. ZOBOLI, G. Prática de ensino . São Paulo: Editora Ática, 2004. 2. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar . São Paulo: Cortez, 1991. 3. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula . São Paulo: Summus, 1996. 4. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica . São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINA: Seminário Integrador II
EMENTA: Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2006. 2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa . São Paulo: Atlas, 2008. 3. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . São Paulo : Cortez, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais . São Paulo: Cortez. 2006.

2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
3. HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
4. MILL, J.S. **A lógica das ciências sociais**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
5. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo, 2004.

3º SEMESTRE

DISCIPLINA: Iniciação à Antropologia

EMENTA:

Antecedentes da Antropologia. O objeto da Antropologia como ciência. A identidade da ciência antropológica através de conceitos como cultura, raça, alteridade, diferença, desigualdade, etnocentrismo, relativismo cultural etc. Campos e divisões acadêmicas da antropologia: antropologia social, cultural, física, etnografia, etnologia, arqueologia etc. Introdução às teorias da cultura. Métodos e técnicas. Principais temáticas (parentesco, mito, religião, arte, economia, política, organização social, representações coletivas, gênero, saúde).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
2. MARCONI, M. de A., PRESOTTO, Z. M. N. **Antropologia: uma introdução**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
3. PINTO, V. N. **Comunicação e cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
2. MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
3. CANEVACCI, M. **A cidade polifônica: ensaios sobre antropologia e comunidade urbana**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
4. GEERTZ, C. **Saber local: novos ensaios em Antropologia Interpretativa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 7.ed., 2004.
5. GELLNER, E. **Antropologia e política: revoluções**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

DISCIPLINA: Legislação e Organização da Educação Básica

EMENTA:

Legislação da Educação Básica e política de formação de professores. O plano Nacional e educação. A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. A BNCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRASIL. **Diretrizes Complementares da Educação Básica**. Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica no. 2/ 2008.
2. MACHADO, L. Diferenciais inovadores na Formação de Professores para a Educação Profissional. *In: Portal do MEC/Educação profissional e tecnológica*. Outubro de 2008.
3. BRASIL. Ministério da Educação . Resolução CNE/CEB N° 7, de 1º de agosto de 2025 **Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025**.
- 4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ABREU, M. **Organização da Educação Nacional na Constituição e a LDB**. Ijuí-SC:UNIJUI. 1999.
2. CASTRO, M. H. G. de. **As Desigualdades Regionais no Sistema Educacional Brasileiro**. Brasília, INEP/ MEC, 1999.
3. CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez,

EDUFF/ FLASCO, 2000.
4. BRASIL. Presidência da república, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2024.

DISCIPLINA: Organização Espacial do Brasil I
EMENTA: O espaço brasileiro. Bases lito-estruturais. Gênese e evolução das formas de relevo brasileiro. Quadro climático, vegetacional e hidrográfico. Relação clima x solo x vegetação: os grandes domínios morfoclimáticos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2003. 2. BECKER, B. R. (Org.) Geografia e Meio Ambiente no Brasil. SP: Hucitec, 1995. 3. ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil. São Paulo, Editora Edusp, 1995.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. VESENTINI, J. W. Sociedade e Espaço: Geografia Geral e do Brasil. 41.ed. SP: Ed. Ática, 1999. 2. VESENTINI, J. W. Novas geopolíticas: as representações do Século XXI. SP: Ed. Contexto, 2000. 3. BEZERRA, M. do C.de L.(org). Agenda 21 Brasileira - Resultados da Consulta Nacional. Brasília: MMA/PNUD, 2002. 4. FURTADO, Celso. O Longo Amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 5. ANDRADE, M. C. de A. Globalização e Geografia. Recife: Ed. UFPE, 1996.

DISCIPLINA: Estratégias de leitura em Língua Inglesa
EMENTA: Técnicas e estratégias de leitura de textos em língua inglesa e compreensão de estruturas linguísticas básicas com vistas ao desenvolvimento de habilidades interculturais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. NASH, G. M.; FERREIRA, W. R. Real English. Vocabulário, gramática e funções a partir de textos em inglês. Barueri, SP: Disal, 2010. 2. PASSWORD – English Dictionary for Speakers of Portuguese. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 3. SOUZA, A. G. F. et al. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental. 2ª edição atualizada. Barueri, SP: DISAL, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. CIRANDA CULTURAL. Dicionário Escolar Português- Inglês/ Inglês-Português. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015. 2. LOPES, M. C. (coord.) Dicionário da Língua Inglesa. Inglês-Português, PortuguêsInglês. São Paulo: Rideel/Bicho Esperto, 2015. 3. MORAES, R. De C. B. T. de. Ler para compreender textos em inglês: algumas

- estratégias. São Carlos, SP: UAB-UFSCar, 2014.
4. THOMPSON, M. A. **Inglês instrumental**: estratégias de leitura para informática e internet. São Paulo: Érica. 2016.
 5. TORRES, N. **Gramática prática da língua inglesa**: o inglês descomplicado. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DISCIPLINA: Educação e Tecnologias Digitais

EMENTA:

Processos, tendências e paradigmas comunicacionais. Linguagens e apropriações pedagógicas das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Mediação digital e informacional. Interfaces, estudos, pesquisas e experiências de incorporação das TDIC em cenários formativos da educação básica. Planejamento e experimentação das implicações de TDIC em ações educativas na sala de aula. Educação Aberta e Práticas Educacionais Abertas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BONILLA, Maria Helena; PRETTO, Nelson De Luca. Inclusão Digital: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/qfgmr> | Número de chamada: 303.4833 I37 2011 (BPF) (BSC) (BJA).
2. SANTOS, Edméa. Mídias e tecnologias na educação presencial e à distância. Rio de Janeiro LTC 2016 1 recurso online ISBN 9788521630890.
3. SANTAELLA, Lucia. Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013. 376 p. (Comunicação). ISBN 9788534936378. | Número de chamada: 303.4833 S231c 2013 (BJA) (BSC) (BPF)., 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. OLIVEIRA, Édison Trombeta de. Como escolher tecnologias para educação a distância, remota e presencial. São Paulo Blucher 2022 1 recurso online ISBN 9786555061192.
2. TAJRA, Sanmya Feitosa. Desenvolvimento de projetos educacionais mídias e tecnologias. São Paulo Erica 2014 1 recurso online ISBN 9788536522203.
3. REES, Martin. Sobre o futuro perspectivas para a humanidade: questões críticas sobre ciência e tecnologia que definirão a sua vida. Rio de Janeiro Alta Books 2021 1 recurso online ISBN 9786555200065.
4. ALMEIDA, Nanci Aparecida de. Tecnologia na escola abordagem pedagógica e abordagem técnica. São Paulo Cengage Learning 2014 1 recurso online ISBN 9788522116454.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado III

EMENTA:

Vivências dos diferentes espaços na escola (Diretoria, Secretaria, refeitório, sala de aula, dentre outros). Observação participante das ações da escola. Elaboração do Plano de atividade de intervenção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

4. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
5. FREITAS, L. C. **Neotecnicismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
6. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?**

7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

5. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
6. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
7. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
8. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
9. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINA: Seminário Integrador III

EMENTA:

Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
3. HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
4. MILL, J.S. **A lógica das ciências sociais**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
5. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo, 2004.

4º SEMESTRE

DISCIPLINA: Didática

EMENTA:

Compreensão dos fundamentos epistemológicos da didática, de seu papel na formação do professor, da sua importância para o planejamento didático e a organização do trabalho docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LIBANEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2007.
2. GHIRALDELLI JR, P. **Didática e teorias educacionais**. Rio de Janeiro: DPA, 2002.
3. GHIRALDELLI JR, Paulo. **Que é pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da Didática**. Campinas: Papirus, 1995.
2. FREITAS, L. C (org.) **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.
3. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
4. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
5. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992.

DISCIPLINA: Psicologia da Educação

<p>EMENTA: Abordagem da ciência psicológica quanto à constituição da subjetividade, do desenvolvimento, da aprendizagem, da transformação e das dificuldades de aprendizagem.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. DAVIDOFF, L. L. Introdução à Psicologia. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2006. 2. TELES, M. L.S. Que é psicologia. São Paulo: Brasiliense, 2006. 3. NYE, Robert D. Três psicologias: ideias de Freud, Skinner e Rogers. 6. ed. São Paulo: Thompson, 2005. <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ARÍES, P. Psicologia Sócio Histórica. São Paulo: Cortez, 2001. 2. MOLON, S. I. Psicologia Social: Subjetividade e construção do sujeito em Vygotsky. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 3. CARVAJAL, G. Tornar-se Adolescente: A aventura de uma metamorfose. Uma Visão psicanalítica da adolescência. São Paulo: Cortez, 1998. 4. FLAVELL, J. H. A Psicologia do Desenvolvimento de Jean Piaget. São Paulo: Pioneira, 1996. 5. MACEDO, L. de (Org). Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa de Psicólogo, 1996.

<p>DISCIPLINA: Sociologia Brasileira</p>
<p>EMENTA: Fundamentos das Ciências Sociais. Análise da sociedade. Grupos sociais. Estrutura de classes e processos de mudanças. Cultura. Ideologia. Participação e poder nas organizações. Organização e relação interativa com o meio ambiente. Formação do pensamento social no Brasil. Relação entre o Estado e a sociedade no Brasil. Tendências atuais da sociologia Brasileira.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ANDERSON, P. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 2. BAUMAN, Z. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 3. FREITAS, L. C. de. Uma pós-modernidade de libertação. Campinas: Autores Associados, 2005. <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CARDOSO, F. H. O modelo político brasileiro: contos ensaios. 5ed. RJ: Bertrand Brasil, 1993. 2. IANNI, O. A ideia de Brasil moderno. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 3. BERGER, P. e LUCKMAN, T. A construção social da realidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. 4. BÓGUS, L. et alii. Desigualdade e a questão social. São Paulo: Educ, 1997. 5. BOUDON, R. ; BOURRICAUD, F. Dicionário crítico de sociologia. São Paulo: Ática, 1993.

<p>DISCIPLINA: Estado, Cidadania e Democracia</p>
<p>EMENTA: O Estado: elementos essenciais – soberania, território, povo. Formas do Estado: unitário e federativo. Governo: conceito. Formas e sistemas de governo. Democracia: formas e características. Representação política. Organizações políticas e sociais contemporâneas.</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BENEVIDES, M. V. **Cidadania ativa: Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular**. São Paulo: Ed. Àtica, 2003.
2. BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
3. CARVALHO, J. M. **História da Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARNOY, M. **Estado e Teoria política**. São Paulo: Papirus, 2004.
2. PONT, R. **Democracia, participação, cidadania: uma visão de esquerda**. Porto alegre: Palmarinca, 2000.
3. CHAUI, M. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Cortez, 2011.
4. KONDER, L. et al. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
5. MORAES, A. de; KIM, R. P. **Cidadania**. São Paulo: Atlas, 2013.

DISCIPLINA: ACE 4 - Práticas intertransdisciplinares de pesquisa em ciências humanas e sociais**EMENTA:**

Introdução aos problemas e questões que compõem as práticas interdisciplinares e transdisciplinares para a construção de conhecimento nas ciências humanas e sociais. Transdisciplinaridade, complexidade e humanidades. Pensamento complexo e pesquisa. Estratégias metodológicas nas práticas transdisciplinares. Panorama de problemas de pesquisa contemporâneos em humanidades e suas abordagens. Diálogos entre o local e o global na pesquisa em ciências humanas e sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MORIN, Edgar (org.). **A religação dos saberes**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
2. PHILIPPI, Arlindo; FERNANDES, Valdir (Eds.) **Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa**. Barueri: Manole. 2015
3. CARNEIRO, ANA et. al, **Estado e Sociedade sob olhares interdisciplinares: experiências participativas, disputas narrativas, território e democracia**. Salvador: Edufba, 2020. **Brasil: o longo caminho**. 11.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALVARENGA, Augusta Thereza de et al. **Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade nas tramas da complexidade e desafios aos processos investigativos**. Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa. Tradução . Barueri: Manole, 2015.
2. MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2011.
3. CARNOY, M. **Estado e Teoria política**. São Paulo: Papirus, 2004.
4. SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2010. PHILIPPI, Arlindo; SILVA NETO, Antônio. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri: Manole, 2011
5. JAPIASSU, H. O sonho transdisciplinar. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

DISCIPLINA: Organização Espacial do Nordeste**EMENTA:**

Estrutura ambiental do Nordeste. Políticas de intervenção governamental no espaço nordestino. Organização do espaço nordestino ao longo de sua história.

<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ALBUQUERQUE, Jr. D. M. de. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN. Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999. 2. ALBUQUERQUE, R. C. de. Nordeste: sugestões para uma estratégia de desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002. 3. CORRÊA, R. L. (Org). Brasil: questões atuais da organização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. DOWBOR, L.; PORCHMAN, M. Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo: Expressão popular, 2010. 2. SAQUET, M. A. Geografia agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão popular, 2009. 3. ROSS, J. Geografia do Brasil. São Paulo: Edicon/Edusp, 2000. 4. FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1986. 5. IBGE. Atlas do Brasil. Rio de Janeiro, 2002.

<p>DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado IV</p> <p>EMENTA: Acompanhamento do planejamento escolar junto com o professor orientador na escola. Desenvolvimento de atividades de Monitoria (levantamento das dificuldades no ensino e na aprendizagem junto aos estudantes das escolas.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 7. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004. 8. FREITAS, L. C. Neotecnismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. 9. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <ol style="list-style-type: none"> 10. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001. 11. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004. 12. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991. 13. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996. 14. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992

<p>DISCIPLINA: Seminário Integrador IV</p> <p>EMENTA: Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2006. 5. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008. 6. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo : Cortez, 2002. <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <ol style="list-style-type: none"> 6. CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez. 2006. 7. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São

Paulo: Atlas, 2007.
8. HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na sociologia . Petrópolis: Vozes, 1990.
9. MILL, J.S. A lógica das ciências sociais . São Paulo: Iluminuras, 2001.
10. SANTOS, M. Pensando o espaço do homem . 5.ed. São Paulo, 2004.

5º SEMESTRE

DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem
EMENTA: Abordagem do processo de Avaliação na Educação Básica, em nível teórico e prático, bem como da prática avaliativa e dos mecanismos de exclusão: reprovação, repetência e evasão.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. HAIDT, R. C. C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem . São Paulo: Editora Ática, 1994.
2. HOFFMANN, J. Avaliar para promover: as setas do caminho . 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.
3. HOFFMANN, J. Contos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação . Porto Alegre: Mediação, 1998.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. ARELARO, L. R. G. ; KRUPPA, S. M. P. Educação de Jovens e adultos . In: OLIVEIRA, R. P. ; ADRIÃO, T. (orgs.). Organização do Ensino No Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB . São Paulo: Xamã, 2002.
2. BREZENZISKI, I. (org.). LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam . São Paulo: Cortez, 1997.
3. HOFFMAN, J. Avaliação Mito & Desafio – uma perspectiva construtivista . Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991.
4. SOUSA, C. P. de (org.). Avaliação do Rendimento Escolar . Campinas: Papyrus, 1991.
5. DEPRESTITERIS, L. O Desafio da Avaliação da Aprendizagem: Dos fundamentos a uma proposta inovadora . São Paulo: EPU, 1989.

DISCIPLINA: Metodologia do Ensino de Ciências Humanas e Sociais
EMENTA: Conhecimento e metodologia de ensino. O espaço escolar: conhecimento e socialização. Ensino e aprendizagem: continuidades e rupturas. Sociologia e Filosofia: institucionalização das disciplinas e propostas oficiais. Ciências Humanas: história, geografia e temas transversais no ensino fundamental e o campo de atuação do licenciado. Cultura e sociedade: as ciências sociais no ensino médio. Recursos didáticos: o uso da literatura e do cinema como recursos didáticos no ensino das Ciências Humanas. O uso do livro didático: limites e possibilidades.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. DEMO, P. Pesquisa como princípio educativo . São Paulo: Cortez, 2000.
2. RIOS, T. A. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade . São Paulo: Cortez, 2003.
3. MEKSENAS, P. Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas . São Paulo: Loyola, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. MICHEL, M. H. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais . São Paulo: Atlas, 2000.
2. CHIZZOTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais . 7.ed. São Paulo: Cortez ,

- 2005.
3. SOUZA, T. N. de; **SILVA, S. C.; BATISTA, E. L.** Desafios e Perspectivas das Ciências Humanas na Atuação e na Formação Docente. São Paulo: Paco Editorial, 2013.
 4. VEIGA, I. P. A. **Técnicas de Ensino: Para que são?** São Paulo: Ed. Papyrus, 1997.
 5. MALUF, S. D. (Org). **A Prática Pedagógica em Questão.** Maceió: Ed. Cantavento, 2000.

DISCIPLINA: ACE 5 - Meio Ambiente e Relações Sociais

EMENTA:

Relações entre ambiente e sociedade no mundo contemporâneo. Críticas ecológicas à lógica consumista e de maximização produtiva das sociedades modernas. Ética e desenvolvimento sustentável. Relações entre o ambiente e atores sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HANNIGAN, J. A. **Sociologia Ambiental.** Rio Janeiro: Editora Vozes, 2009.
2. **MORAN, E. F. Meio Ambiente e Ciências Sociais.** São Paulo: SENAC, 2011.
3. **SILVA, E. Saúde Ambiental: o meio ambiente e o homem.** São Paulo: All Print, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. **CASTRO, R. S. de; LAYRARGUES, P.P.; LOUREIRO, C.F. B. Sociedade e Meio Ambiente.** São Paulo: Cortez, 2012.
2. REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
3. CARVALHO, I. C. de M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
4. DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e praticas.** 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.
5. GUIMARAES, M. (org.). **Caminhos da educação ambiental: da forma a ação.** 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

DISCIPLINA: Pensamento social e político no Brasil

EMENTA:

História das Ciências Sociais no Brasil sob três aspectos: 1) o desenvolvimento institucional a partir da década de 30; 2) a produção do conhecimento científico sobre a realidade brasileira, com as contribuições relevantes que marcaram gerações; 3) o estudo de trabalhos que exemplificam a produção das gerações mais recentes. Pensamento político no Brasil. Utopias fundadoras das matrizes liberais, positivistas, marxistas, populistas e autoritárias. O debate político institucional ao longo da história brasileira. Visões da teoria política brasileira na atualidade: cientistas políticos e meio universitário e acadêmico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SOUZA, J. **A Modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
2. ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2003.
3. WEFFORT, F. **Formação do pensamento político brasileiro.** São Paulo: Editora Ática, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SANTOS, W. G. **Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática.** Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1998.
2. SOARES, G. A. D. **A Democracia Interrompida.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.
3. OUTHWAITE, W. **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
4. PAIVA, V. P. **Pensamento Social Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2005.
5. SILVA, L. F. da. **Pensamento Social Brasileiro.** São Paulo: Sundermann, 2003.

DISCIPLINA: Filosofia e Linguagem
EMENTA: Discussão da linguagem como o universo dos signos e o lugar da constituição da ideologia, a partir de orientações do pensamento filosófico a respeito do estudo da linguagem. Ao tomar a linguagem como uma questão filosófica, busca-se recolocar as discussões sobre sujeito, sociedade e língua, e refletir sobre as teorias das interações verbais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem . São Paulo: Hucitec, 1986. 2. AUROUX, S. A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências . Campinas, SP: Editora RG, 2008. 3. AUROUX, S. Filosofia da Linguagem . São Paulo: Parábola, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. AUSTIN, J. Quando dizer é Fazer . Porto Alegre: Editora vozes/ Artes Médicas, 1993. 2. FREGE, G. Lógica e filosofia da linguagem . São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978. 3. COSTA, C. F. Filosofia da Linguagem . Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 4. GRANGER, G. G. Filosofia, Linguagem e Ciência . São Paulo: Ideias e Letras, 2013. 5. GRACIOSO, L. de S.; SALDANHA, G. S. Ciência da Informação e Filosofia da Linguagem . Araraquara-SP: Junqueira e Marin, 2012.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado V
EMENTA: Participação em aula; elaboração de sequências didáticas, realização de aulas assistidas, acompanhamento das atividades da escola, planejamento, avaliação, reunião de pais e mestres, dentre outras.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática . 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004. 2. FREITAS, L. C. Neotecnismo e formação do educador . In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer . 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. 3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade Teoria e Prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores . 2.ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001. 2. ZOBOLI, G. Prática de ensino . São Paulo: Editora Ática, 2004. 3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar . São Paulo: Cortez, 1991. 4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula . São Paulo: Summus, 1996. 5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica . São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINA: Seminário Integrador V
EMENTA: Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 7. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2006. 8. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa . São Paulo: Atlas, 2008. 9. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

11. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.
12. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
13. HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
14. MILL, J.S. **A lógica das ciências sociais**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
15. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo, 2004.

6º SEMESTRE**DISCIPLINA: Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade****EMENTA:**

Educação e Diversidade Cultural. O racismo, o preconceito e a discriminação racial e suas manifestações no currículo da escola. As diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais. Diferenças de gênero e Diversidade na sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ABRAMOVAY, M.; GARCIA, M. C. (coord.). **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília-DF: UNESCO; INEP; Observatório de Violências nas Escolas, 2006.
2. ROCHA, R. M. de C.; TRINDADE, A. L. da (orgs.). **Ensino Fundamental. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.
3. PERRENOUD, P. **A Pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. e (org.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
2. MEYER, D. E. **Alguns são mais iguais que os outros: etnia, raça e nação em ação no currículo escolar**. In: A escola cidadã no contexto da globalização. 4.ed. São Paulo: Vozes, 2000.
3. FRANCO, S. C. **Cultura, Inclusão e Diversidade**. São Paulo: Moderna Editora, 2013.
4. CUNHA, E. **Práticas Pedagógicas para inclusão e diversidade**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
5. COELHO, M. C. **Trajetórias da Diversidade na Educação**. São Paulo: Física Editora, 2012.

DISCIPLINA: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos**EMENTA:**

A educação de jovens e adultos como direito. Concepções teórico-metodológicas de educação de jovens e adultos. A diversidade da educação de jovens e adultos. Os fundamentos legais da educação de jovens e adultos como modalidade de educação. A história da Educação de Jovens e Adultos. As diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. As políticas e programas de educação de jovens e adultos no Brasil e Piauí.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MASAGÃO, V. M. R. **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras.** Campinas: Ação Educativa, 2001.
2. PAIVA, V. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos.** 6.ed. São Paulo: Loyola, 2003.
3. KLEIN, L. R. Alfabetização de jovens e adultos: questões e proposta para a prática pedagógica na perspectiva histórica. 4. ed. Brasília: Universa, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FREIRE, P. **Professora sim, tia não-Cartas a quem ousa ensinar.** SP: Cortez, 1995.
2. FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
3. LOPES, A.; MACEDO, E. Currículo e Conhecimento: a contribuição das teorias críticas. São Paulo: Cortez, 2002.
4. ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
5. MOREIRA, A. F. B. (Org.). **Currículo: Políticas e Práticas.** Campinas: Papirus, 1999.

DISCIPLINA: Libras**EMENTA:**

Aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe. Tradução em Libras/Português. Desenvolvimento da expressão visual-espacial. Noções básicas da Língua Brasileira de Sinais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GOES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação.** Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 1996.
2. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira, estudos linguísticos.** Porto Alegre: Ed. Artmed, 2004.
3. SKLIAR, C. (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Ed. Mediação, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão.** MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>
2. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira.** São Paulo: Editora EDUSP, 2006.
3. FALCAO, L. A. **Surdez, Cognição Visual e Libras.** São Paulo: Luiz Alberico, 2012.
4. CARMOZINE, M. M.; NORONHA, S. C. C. **Surdez e Libras.** São Paulo: Hub Editorial, 2012.
5. PEREIRA, M. C. da C. **Libras – conhecimentos além dos sinais.** São Paulo: Pearson Brasil, 2011.

DISCIPLINA: ACE 6 - Prática de Pesquisa e Extensão no Ensino Fundamental (Anos Finais)**EMENTA:**

Estudo de questões ligadas à educação e à escola de educação básica. Investigação e análise das pesquisas e ações de extensão junto à comunidade escolar. Estudo sobre educação integral e escola em tempo integral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARVALHO, Iracilda Pimentel; ABREU, Fabrício Santos Dias de (Org.). **Diversidade no contexto escolar: problematizações a partir dos marcadores de gênero, sexualidade e raça.** Curitiba: Appris, 2016
2. ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.
3. BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** . Brasília: Ministério da Educação, 2018.
DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa.** 10. ed. Campinas: Autores associados, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. REVISTA DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA. **Formação Integral.** Brasília: Ed. CEFFAs. 2007.
2. CALIARI, R. O. **Pedagogia da Alternância e desenvolvimento local.** Lavras, MG: Ed. UFLA, 2002.
3. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** 23. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2016.
4. .MORIN, Edgar (dir.). **A religação dos saberes: o desafio do século XXI.** 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

DISCIPLINA: Pedagogias Ativas**EMENTA:**

Estudo das concepções de pedagogia e de pedagogia ativa: história e produção do conhecimento. Modelos e modalidades de pedagogia ativa: Pedagogia de Projetos; Arco de Menguerez; Estudo de Caso; Estudo do Meio; Trabalho de Campo X Aula de Campo; Visita Técnica etc. Análise de propostas de intervenção e produção de intervenções: projetos, planos e ações, a partir da realidade local. Práticas de ensino com base na pedagogia ativa para a educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARON, Dan. **Alfabetização Cultural**, a luta íntima por uma nova humanidade. Santo André, Alfarrábio, 2004.

PACHECO, José. **Para os filhos dos filhos dos nossos filhos.** Campinas, Papyrus, 2006.

ROBINSON, Ken. **O Elemento Chave.** São Paulo, Ediouro, 2003.
Vol.1, São Paulo, Editora 34, 1995.

1. RATHS, Louis E. Arnold M. ROTHSTEIN, Artur Jonas . Ensinar a pensar –teoria e aplicação . São Paulo, EPU,1977OLINTO, B. A.; MOTA, M. M.; OLIVEIRA, O. (org.). **História Agrária: propriedade e conflito.** Paraná: UNICENTRO, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MAESTRI, M.; AMARO, L. C. **Afro-brasileiros: história e realidade.** Porto Alegre: EST, 2005.
2. SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850.** Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2008.
3. ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil.** São Paulo-Recife: Hucitec/lpespe, 1995.
4. ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no nordeste.** 5.ed., São Paulo:Atlas, 1995.
5. GRAZIANO DA SILVA, J. **Estrutura agrária e produção de subsistência na**

agricultura brasileira. São Paulo: Hucitec, 1980.

DISCIPLINA: Tecnologias aplicadas ao Ensino de Ciências Humanas e Sociais

EMENTA:

Fundamentos teórico-práticos que servem de base ao uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC). Estudo da utilização das NTIC nas variadas práticas educacionais. Apresentação de softwares, seus usos e estudo prático de exemplos de atividades voltadas à prática educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRITO, G. da S. & PURIFICAÇÃO, I. da. **Educação e Novas tecnologias: um repensar**. Curitiba: IBPEX, 2008.
2. OLIVEIRA, M. A. M. & COSTA, J. W. da. **Novas Linguagens e Novas Tecnologias – Educação e Sociabilidade**. Petrópolis: Vozes, 2004.
3. SILVA, M. L., KOPP, R. & LEIVAS, M. **Novas Tecnologias – Educação e Sociedade na Era da Informação**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARAÚJO JUNIOR, C. F. & SILVEIRA, I. F. **Tecnologia da Informação e Educação: pesquisas e aplicações**. São Paulo: ANDROSS EDITORA, 2006.
2. ALMEIDA, F.J. **Educação e Informática: os computadores na escola**. São Paulo: Cortez Editores, 2005.
3. LOPES, A.; MACEDO, E. **Currículo e Conhecimento: a contribuição das teorias críticas**. São Paulo: Cortez, 2002.
4. SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
5. MOREIRA, A. F. B. (Org.). **Currículo: Políticas e Práticas**. Campinas: Papyrus, 1999.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado VI

EMENTA:

Abordagem do Projeto de Estágio, ficando a regência no Ensino Fundamental (anos finais).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
2. FREITAS, L. C. **Neotecnismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) *Formação de Professores: pensar e fazer*. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
3. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
2. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
3. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
4. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
5. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINA: Seminário Integrador VI

EMENTA:

Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

10. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
11. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
12. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

16. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
17. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
18. HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
19. MILL, J.S. **A lógica das ciências sociais**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
20. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo, 2004.

7º SEMESTRE**DISCIPLINA: ACE 7 - Prática de Pesquisa e Extensão em Escolas da Educação Básica (Ensino Médio)****EMENTA:**

Estudo de questões referentes à educação e à escola de educação básica de ensino médio. Investigação e análise das pesquisas e ações de extensão junto à comunidade escolar. Estudo sobre educação integral e escola em tempo integral. Compreensão das especificidades da Educação integral, integrada e profissional e tecnológica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARVALHO, Iracilda Pimentel; ABREU, Fabrício Santos Dias de (Org.). **Diversidade no contexto escolar: problematizações a partir dos marcadores de gênero, sexualidade e raça**. Curitiba: Appris, 2016
2. ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
3. BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (Ensino Médio)**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_Ensino_Medio_embaixa_site_110518.pdf

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 23. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. REVISTA DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA. **Formação Integral**. Brasília: Ed. CEFFAs. 2007.
2. CALIARI, R. O. **Pedagogia da Alternância e desenvolvimento local**. Lavras, MG: Ed. UFLA, 2002.
3. DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 10. ed. Campinas: Autores associados, 2015.
4. LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente**. 13. São Paulo Cortez 2015

5. MORIN, Edgar (dir.). **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

DISCIPLINA: Educação e Trabalho

EMENTA:

O Trabalho como uma construção histórico-cultural. O trabalho como elemento de transformação na vida do homem. A relação trabalho-educação. A revolução científica e tecnológica: o mundo globalizado em foco. A relação entre trabalho e cultura

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. KUPSTAS, Márcia. (org.) Educação em debate. São Paulo: Moderna, 1998. . Trabalho em debate. São Paulo: Moderna, 1997. . Ciência e Tecnologia em debate. São Paulo: Moderna, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LEITE, Márcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
2. MARQUES, Ademar (org). **História Contemporânea através de textos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1991.
3. DOWBOR, L. **A Formação do Capitalismo no Brasil**. 2.ed.São Paulo: Brasiliense, 2009.
4. BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. 2.ed. São Paulo, Hucitec, 1999.
5. COUTO, J. A **Construção do Brasil**. Portugal: Cosmos, 1997.

DISCIPLINA: Arte e Território

EMENTA:

Discussões em torno dos conceitos de arte, território e paisagem. Modos de atuação das artes na paisagem contemporânea, tendo como enfoque as relações territoriais tratadas pela geografia humana. Presença das artes na investigação acadêmica, na educação, nos saberes e práticas dos povos tradicionais e dos povos marginais ao campo urbano e em pesquisas das humanidades de modo geral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CAUQUELIN, A. **A invenção da paisagem**. Trad. M. Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
2. SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- GOMBRICH, E. H. **A história da arte**. Trad. A. Cabral. 16ª ed. São Paulo: LTC, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AUGÉ, M. Não-lugares: **introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad. M. L. Pereira. 9ª ed. Campinas: Papyrus, 2012.
2. NAVARRO, L.; FRANCA, P. (org.). **Concepções contemporâneas da Arte**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
3. PEIXOTO, N. B. **Intervenções urbanas: arte/cidade**. 2ª ed. São Paulo: SENAC, 2012.

4. LAGROU, E. **Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação**. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso I

EMENTA: Método e Técnicas de pesquisa. Pesquisa bibliográfica. Elaboração de projeto de pesquisa. Normas da ABNT. Elaboração de TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6.ed São Paulo: ATLAS, 2007.
3. SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica: a Construção do Conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
2. DUSILEX, D. **A Arte de investigação criadora: introdução à Metodologia da Pesquisa**. Rio de Janeiro: JERP, 2000.
3. CASTRO, N.; OLIVEIRA, M. Como fazer um projeto de Pesquisa. Juiz de Fora/MG.EDUFJF. 1994.
4. INÁCIO, G. **A Monografia na Universidade**. Campinas-SP: Papyrus, 1995.
5. GUEDES, E. M. **Curso de Metodologia Científica**. Curitiba: HD Livros, 2000.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado VII

EMENTA:

Abordagem do programa de estágio focando a regência para o Ensino Médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

10. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
11. FREITAS, L. C. **Neotecnicismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) **Formação de Professores: pensar e fazer**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
12. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

15. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Revedo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
16. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
17. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
18. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
19. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINA: Seminário Integrador VII

EMENTA:

Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas,

2006.

2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
3. HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
4. MILL, J.S. **A lógica das ciências sociais**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
5. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo, 2004.

8º SEMESTRE

DISCIPLINA: Memória, Discurso e Sociedade

EMENTA:

Linguagem, memória, discurso e identidade. Práticas discursivas institucionais e não institucionais. Embates sócio-históricos nas construções discursivas. Os discursos como locus de lutas dos sujeitos/instituições e projetos sócio-culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PÊCHEUX, M. **O Discurso. Estrutura ou acontecimento**. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.
2. ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 2007.
3. ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira (org.). **Sentido e Memória**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1998.
2. ORLANDI, E. P. (org.) **Discurso Fundador: a Formação do País e a Construção da Identidade Nacional**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
3. FOUCAULT, M. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2005.
4. BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.
5. AUROUX, S. **Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Parábola, 2009.

DISCIPLINA: Territórios, Políticas Públicas e Participação

EMENTA:

Declinações do conceito de território e abordagem territorial. Elementos de definição das políticas públicas: racionalidades, sujeitos e poderes; visão estadocêntrica ou sociocêntrica. Emergência das instâncias participativas no planejamento, políticas públicas, gestão do território. Princípios, conceitos, paradoxos e desafios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
2. MENDES, Gilmar. **Políticas públicas no Brasil uma abordagem institucional**. São Paulo Saraiva 2017. (disponível no sistema Pergamum online)
3. MORAES, Alexandre de; KIM, Richard Pae (Coord.). **Cidadania: o novo conceito jurídico e a sua relação com os direitos fundamentais individuais e coletivos**. São Paulo:

Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FARHAT, Eleide Margarethe Pereira; DITTRICH, Maria Glória (Org.). Educação e saúde: políticas públicas e vivências dialógicas. Itajaí: Edu, 2012.
2. SANTOS, Boa ventura; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.
3. TENÓRIO, G.G. **Descentralização Político Administrativa, Gestão Social e Participação Cidadã**. In DALLABRIDA, V. R. (org.) Governança territorial e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2011.

DISCIPLINA: Patrimônio Histórico e Cultural

EMENTA:

Instituição de Memória e a Formação da Identidade e Nacional. Patrimônio Material e Imaterial no Brasil e no mundo. Processos de patrimonialização e musealização. Políticas de preservação do patrimônio no Brasil. Reparação Histórica. Museus Comunitários

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
2. ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009.
3. CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Liberdade & Unesp, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARLOS, A. F. A. CRUZ, R. C. A. Da. **Turismo e espaço, paisagem e cultura**. São Paulo, Hucitec, 1999.
2. GASPAS, Madu. **Sambaqui**: arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
3. FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ/IPHAN, 1997.
4. TAMAZO, Isabela. **A expansão do patrimônio**: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. In: Série Antropologia, Brasília: UnB, 2002.

DISCIPLINA: Sistema de produção e Sistema de reprodução econômica, cultural e social

EMENTA:

Sistema de produção e Sistema de reprodução (econômico, cultural, social). Sistema de ensino e reprodução. Espaço social e campos sociais: campo cultural, campo científico, campo intelectual, campo religioso. Os Capitais: capital econômico, capital social, capital cultural, capital simbólico, capital científico. Poder simbólico, violência simbólica e dominação simbólica. A dominação masculina. Condição de classe e Posição de classe. *Habitus* de classe e Distinção social. A Economia das trocas simbólicas. *Habitus* linguístico e a economia das trocas linguísticas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sérgio (org.). **A economia das trocas simbólicas**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
2. BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2017.
3. BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.
2. BOURDIEU, Pierre; NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
3. BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
4. BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DISCIPLINA: História e Cultura Africana/afro-brasileira**EMENTA:**

As reflexões sobre a definição de parâmetros para o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira. Identidades, etnicidades e segregações: a construção social da África e dos(as) africanos(as) no contexto brasileiro. As diversidades culturais africanas/afro-brasileiras: aspectos linguísticos, simbólicos, artísticos, literários. As religiosidades africanas: perdas, continuidades, (re)criações e interpenetrações. Outros saberes e ofícios: projetos, programas, movimentos sociais e comunidades negras no Brasil. A cultura afro-brasileira e o cotidiano do ensino de História na escola básica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

PEREIRA, Amilcar Araujo & MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.) **Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amilcar Araujo. **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOVEJOY, Paul e BOWSER, Benjamin (eds.). **The transatlantic slave trade and slavery: new directions in teaching and learning**. Trenton, NJ: Africa World Press, 2013.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das Raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II

EMENTA: Desenvolvimento do projeto. Prática de coleta de dados, experimentação e análise. Elaboração e Apresentação de Monografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6..ed São Paulo: ATLAS, 2007.
3. SANTOS, A. R.dos. **Metodologia Científica: a Construção do Conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
2. DUSILEX, D. **A Arte de investigação criadora: introdução à metodologia da pesquisa**. Rio de Janeiro: JERP, 2000.
3. CASTRO, N.; OLIVEIRA, M. **Como fazer um projeto de Pesquisa**. Juiz de Fora/MG.EDUFJF. 1994.
4. INÁCIO, G. **A Monografia na Universidade**. Campinas-SP: Papyrus, 1995.
5. GUEDES, E. M. **Curso de Metodologia Científica**. Curitiba: HD Livros, 2000.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado VIII

EMENTA:

Elaboração de relatório final de Estágio Supervisionado a partir dos estudos de referenciais teóricos e práticas didático-pedagógicas vivenciadas nas etapas anteriores. .

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

13. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
14. FREITAS, L. C. **Neotecnismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) **Formação de Professores: pensar e fazer**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
15. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

20. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
21. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
22. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
23. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
24. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINA: Seminário Integrador VIII

<p>EMENTA: Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2006. 2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008. 3. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo : Cortez, 2002. <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez. 2006. 2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007. 3. HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis: Vozes, 1990. 4. MILL, J.S. A lógica das ciências sociais. São Paulo: Iluminuras, 2001. 5. SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. 5.ed. São Paulo, 2004.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

<p>DISCIPLINA: Organização Espacial do Brasil II</p>
<p>EMENTA: A produção do espaço no Brasil e a sua inserção no capitalismo mundial. Industrialização e meio ambiente. Os recursos minerais e energéticos: aproveitamento e meio ambiente. A dinâmica populacional brasileira e urbanização.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ANDRADE, M. C. de A. Uma Geografia para o Século XXI. Campinas: Papyrus, 1994. 2. ANDRADE, M. C. de A. Globalização e Geografia. Recife: Ed. UFPE, 1996. 3. BECKER, B. K. (org). Geografia e Meio Ambiente no Brasil .São Paulo: HUCITEC,1995. <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BEZERRA, M. do C.de L.(org). Agenda 21 Brasileira - Resultados da Consulta Nacional. Brasília: MMA/PNUD, 2002. 2. FURTADO, Celso. O Longo Amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 3. AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2003. 4. ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil. São Paulo, Editora Edusp, 1995. 5. VESENTINI, J. W. Sociedade e Espaço: Geografia Geral e do Brasil. 41.ed. SP: Ed. Ática, 1999.

<p>DISCIPLINA: Geografia Agrária II</p>
<p>EMENTA: Objeto e método. Os elementos internos e externos do sistema agrário. Relações jurídicas e sociais no meio rural. A população rural e o uso do solo. Teorias da renda da terra. A política agrária</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BERGAMASCO, S.M.; NORDOR, L.C. **O que são Assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
2. BORGES, M. S. L. **Terra – Ponto de Partida, Ponto de chegada**. São Paulo: Anita LTDA., 1997.
3. FERREIRA, D. A. de **O. Mundo Rural e Geografia: Geografia Agrária no Brasil – 1930-1960**. São Paulo: EUNESP, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
2. FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
3. ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec/Ipespe, 1995.
4. ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no nordeste**. 5.ed., São Paulo:Atlas, 1995.
5. GRAZIANO DA SILVA, J. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.

DISCIPLINA: Educação do Campo e Movimentos Sociais**EMENTA:**

Protagonismo da sociedade civil. Movimentos sociais no campo. Mobilização social. Políticas educacionais no campo e o papel das organizações sociais. Conquistas históricas dos movimentos sociais urbanos e do campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BEZERRA NETO, Luiz. **Sem Terra aprende e ensina: Um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – 1979-1998**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1998.
2. ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs). **Por uma Educação do Campo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
3. FERNANDES, Bernardo Mançano. Préfácio. *In*: SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.
2. SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.
3. ALVES, G. L.(org). **Educação no Campo: recorte no tempo e no espaço**. Campinas: Autores Associados, 2009.
4. ANTUNES, M. I.; MARTINS, A. A. **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. São Paulo: Autentica ebook, 2009.
5. PALADIM JUNIOR, H. A. **Educação do Campo: a territorialização e espacialização do MST**. São Paulo: Annablume Editora, 2010.

DISCIPLINA: Teorias da Aprendizagem**EMENTA:**

Fundamentos teóricos, características e análise crítica das teorias da aprendizagem. A relação entre aprendizagem e desenvolvimento. O desenvolvimento das funções psíquicas superiores. A perspectiva sócio-histórica e suas implicações na compreensão dos processos de aprendizagem. O contexto escolar como espaço de aprendizagem e desenvolvimento humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BOCK, A. M. B. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**.

- 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
2. HILGARD, E.R. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: Ed. Herder., 1969.
3. MALUF, M.I. **Aprendizagem: tramas do conhecimento do saber e da subjetividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.
2. PERRENOUD, P. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.
3. DIDONET, V. FUNDEB: **Dilemas e Perspectivas**. Brasília: edição independente, 2001.
4. DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (org.). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
5. GENTILI, P.; MCCOWAN, T. (orgs.). **Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DISCIPLINA: Educação à Distância

EMENTA:

Abordagem do histórico e das perspectivas do ensino à distância, bem como das formas e características da EaD, além de seus potenciais, limites e restrições. Compreensão das relações entre comunicação, tecnologia e educação, assim como, os requisitos educacionais e tecnológicos para a EaD, os conceitos básicos, os aspectos legais, as experiências brasileiras, o cenário atual e os estudo de casos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LANDIM, C.M.F. **Educação à distância: algumas considerações**. Petrópolis: Vozes, 1997.
2. MEHEDFF, N.A. **Educação à distância, alternativa para elevação da escolaridade e das competências básicas do trabalhador**. In: The Fifth Anglo-Brazilian Seminar On Distance Education In Brazil. Institute Of Education, Londres, Nov.1997.
3. NISKIER, A. **Educação à distância: a tecnologia da esperança; políticas e estratégias; a implantação de um sistema nacional de educação aberta e à distância**. São Paulo: Loyola, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LUCENA, M. **Um modelo de escola aberta na Internet: kidlink no Brasil**. Rio de Janeiro: Brasport, 1997.
2. PRETI, O. (org.). **Educação à distância: inícios de um percurso**. Cuiabá: UFMT, 1996.
3. DIDONET, V. FUNDEB: **Dilemas e Perspectivas**. Brasília: edição independente, 2001.
4. DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (org.). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
5. GENTILI, P.; MCCOWAN, T. (orgs.). **Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DISCIPLINA: Temas e Práticas Transversais

EMENTA:

Importância do significado e implicações que os Temas Transversais têm para a Educação. Abordagem dos conceitos de transversalidade e interdisciplinaridade. Estudo teórico-prático das contribuições que essa proposta traz para a construção de uma realidade educacional transformadora, voltada para aspectos políticos, sociais e culturais de interesse da sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALVARES, M. N. et al. **Valores e temas transversais no currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
2. BUSQUETS, M. D. et al. **Temas Transversais em Educação: bases para uma formação integral**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1999.
3. YUS, R. **Temas Transversais: em busca de uma nova escola**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRASIL. M1NISTERIO DA EDUCACAO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCACAO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução dos temas transversais e ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997, Meio ambiente e saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997, Pluralidade cultural e Orientação sexual. Brasília: 1vIEC/SEF, 1997.
2. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCACAO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCACAO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
3. DIDONET, V. FUNDEB: **Dilemas e Perspectivas**. Brasília: edição independente, 2001.
4. DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (org.). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
5. GENTILI, P.; MCCOWAN, T. (orgs.). **Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DISCIPLINA: Religiões e Perspectivas em Humanidades**EMENTA:**

As grandes religiões mundiais. Religião, emergência da modernidade e diversidade religiosa contemporânea. Novas configurações do cristianismo, orientalismo, religiões étnicas e novas experimentações religiosas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
2. ASSIS, Angelo Adriano Faria de; PEREIRA, Mabel Salgado (Org.). Religiões e religiosidades: entre a tradição e a modernidade. São Paulo: Paulinas, 2010.
3. JUNG, C. G. Espiritualidade e transcendência. Petrópolis: Vozes, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LUCKMANN, Thomas. A religião invisível. Rio de Janeiro, Edições Loyola, 2014.
2. BERGER, Peter. O dossel sagrado. Editora Paulus, 2008.
3. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Pioneiras Sociais, 1983.
4. TEIXEIRA, Faustino (org.). Sociologia da religião: enfoques teóricos. Petrópolis, Vozes, 2003.
5. VELHO, Otavio (org.) Circuitos infinitos: movimentos religiosos no mundo contemporâneo. São Paulo: Attar Editorial, 2008.

DISCIPLINA: Oficina de Textos Acadêmicos**EMENTA:**

Integridade na pesquisa e na escrita científica. Estudos sobre construção frasal, paragrafação, coesão e coerência textuais com base na leitura e produção de gêneros acadêmicos:

fichamento, resumo e resenha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO, A. R. (coord.); LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S.

1. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
2. MACHADO, A. R. (coord.); LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S.
3. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.
3. MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.
4. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
5. RESENDE, V. de M.; VIEIRA, V. Leitura e produção de texto na universidade: roteiros de aula. Brasília: EdUNB, 2014.
6. WEG, R. M. Fichamento. São Paulo: Paulistana Editora, 2006..

8 REQUISITOS LEGAIS

8.1 Prática como componente curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC) no curso de Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias é um eixo fundamental na formação docente, integrando teoria e prática desde o primeiro até o último período. Conforme a Resolução CNE/CP nº 4/2024, a PCC deve totalizar pelo menos 400 horas, distribuídas de forma progressiva e articulada com os demais componentes do currículo. Desde o início, os licenciandos vivenciam atividades como observação em escolas, participação em projetos de extensão e análises de contextos educacionais, desenvolvendo habilidades reflexivas e pedagógicas, articuladas às diferentes áreas de conhecimento e integrando-se aos componentes curriculares teóricos e metodológicos.

Ao longo do curso, essas práticas se ampliam, incorporando metodologias ativas, tecnologias educacionais e abordagens inclusivas, sempre em diálogo com as demandas regionais e socioculturais. Nos períodos finais, a PCC atinge seu ápice com a residência docente e os estágios supervisionados, onde os futuros professores consolidam sua

autonomia e repertório didático. Essa estrutura garante uma formação interdisciplinar e coerente, preparando os licenciandos para os desafios da educação básica, com capacidade de articular conhecimentos científicos, pedagógicos e sociais em sua prática profissional.

Essa abordagem fortalece o compromisso institucional com a formação de professores capazes de responder aos desafios contemporâneos da educação básica, articulando saberes científicos, pedagógicos e socioculturais em sua atuação profissional. Dessa forma, a PCC não apenas cumpre exigências legais, mas também fortalece o compromisso do curso com uma docência crítica, inovadora e contextualizada.

8.2 O estágio supervisionado obrigatório

O estágio curricular supervisionado, definido por Lei, deve ser realizado na escola de Educação Básica, mais propriamente, nas que desenvolvam atividades de Ensino Fundamental e Ensino Médio, respeitando-se o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, tal qual expresso no Art. 211 da Constituição Federal.

Consoante o Art.13, § 5º, inciso I, da Resolução CNE/CP 4, de 29 de maio de 2024, I - ter suas horas distribuídas ao longo do programa de formação, iniciando desde o primeiro semestre do curso.

A prática como estágio supervisionado é componente curricular e coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais das mais variadas unidades escolares dos sistemas de ensino, supondo uma relação pedagógica entre um profissional já reconhecido em um ambiente institucional e um aluno estagiário.

Sobre isso, é importante ressaltar que o estágio curricular supervisionado é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino-aprendizagem que tornar-se-á concreto e autônomo quando da formação deste estagiário.

A operacionalização do Estágio Curricular Supervisionado, toma, ainda, como base a Resolução CNE/CP 4, de 29 de maio de 2024, que aponta para a necessidade de que a carga horária dedicada a essa atividade não seja inferior a 400 (quatrocentas) horas. Em nossa proposta, atentando para a indispensabilidade de adequação ao sistema de cômputo

de horas-atividades da Universidade, subdividimos a carga horária total em quatro etapas, totalizando 405 (quatrocentas e cinco horas).

Considerando as diretrizes curriculares nacionais o estágio supervisionado deverá ocorrer desde o início do curso, considerando uma progressão cuidadosa das atividades desenvolvidas, iniciando com atividades de observação acompanhadas de protocolos claros e, progressivamente, incorporando atividades nas quais o licenciando assumirá ações docentes conforme preconiza a Resolução nº 04 de 29 de maio de 2024).

Nessa perspectiva a organização dos estágios no âmbito do curso corresponde a três ciclos bem definidos em (oito) componentes curriculares. Ao passarem pelas diferentes etapas, espera-se que os/as estudantes desenvolvam diferentes habilidades/experiências, como a seguir estão descritas:

I - Ciclo básico (compreende os componentes curriculares Estágio Supervisionado I (15h), II (30h) e III (60h) totalizando – 105 horas): consistem em atividades que possibilitem a introdução de estudos de referenciais teóricos importantes para a compreensão da cultura e das geografias escolares e do fazer docente, aproximação com o ambiente escolar da educação básica, estudo de seu Projeto Político Pedagógico e do regimento interno, refletindo sobre os processos de elaboração desses documentos; discussão sobre o funcionamento de órgãos e instâncias organizacionais da escola, a exemplo de colegiados, conselhos de classe, atividades complementares de planejamento; observação participante de atividades desenvolvidas no ambiente escolar (aulas, projetos, planejamentos, eventos de natureza diversa, dentre outros).

II - Ciclo intermediário (integra os componentes curriculares dos Estágio Supervisionado IV, V, VI e VII, cada um com 60h, totalizando 240 horas): compreende atividades de vivência na lócus profissional que fomentem o protagonismo dos licenciandos, incentivando sua participação ativa em interações com a instituição de Educação Básica; requer a elaboração de projeto de intervenção pedagógica, a ser desenvolvido nas escolas, elaboração de planos de aula e/ou atividades didático-pedagógicas, produção de materiais didáticos para o trabalho em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, considerando as disposições da Base Nacional Comum Curricular, as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada modalidade da educação e a organização dos itinerários formativos das escolas, e regência pedagógica, privilegiando a atuação em diferentes etapas (Anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) e a

pluralidade de modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola e Educação a Distância).

III - Ciclo final (componente curricular Estágio Supervisionado VIII realizado no último período do curso com carga horária de 60 horas): compreende atividades de sistematização e compartilhamento das experiências vivenciadas nas etapas anteriores, de modo a reconstruir os percursos vividos e a refletir sobre os impactos do vivido na formação e no fazer docente. Trata-se de uma atividade de escrita que se constitui fundamentalmente pela produção de relatório das experiências de estágio, contando com a mediação e orientação docente.

3 Trabalho de Conclusão de Curso

Para a obtenção do título de Licenciado(a) em Ciências Humanas e Sociais será exigida a realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Este se constituirá no desenvolvimento de artigo que será avaliado em sessão pública por uma comissão examinadora composta por três docentes, sendo o orientador o presidente. Será considerado aprovado o candidato com média igual ou superior a 7,0 (sete), computadas as notas dos membros da comissão examinadora.

O aluno deverá eleger uma linha de pesquisa dentre as propostas pelos professores e escrever seu projeto durante o 7º período do curso, devendo matricular-se na disciplina TCC I. No 8º período, o aluno deverá entregar as versões solicitadas de seu artigo e participar da defesa oral pública de seu trabalho – atividades da disciplina TCC II.

Importa mencionar que o regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso está regulamentado (ANEXO II) e será aprovado posteriormente pelo Colegiado de Curso e pela CAMEN.

8.4 Atividade Curricular Complementar

As atividades complementares fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, e, entre a pesquisa básica e a aplicada. Estas atividades incluem um conjunto de vivências acadêmicas previstas pela IES para a integralização do curso. Como atividades acadêmicas, consideram-se aquelas relevantes para que o estudante adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação e que contemplem processos avaliativos.

As atividades complementares de aprofundamento em áreas específicas de interesse do PRILEI devem perfazer 200 horas e são de natureza acadêmico-científico-culturais. A UFPI, visando organizar a realização e o registro dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº 9.394/1996, incluiu na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI, Seção VI, dispõe sobre as atividades complementares em seus cursos de graduação.

São consideradas atividades integrantes da formação do aluno de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias - PRILEI, além das disciplinas e do estágio supervisionado, participação em: eventos, discussões temáticas, projetos de pesquisa e extensão, além de outras atividades acadêmicas a juízo do Colegiado do Curso e previstas na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e no Anexo III deste PPC. Estas poderão ocorrer em qualquer etapa do curso desde que seus objetivos sejam claramente explicitados. Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – realizadas a partir do ingresso do aluno no Curso;

II – compatíveis com o PPC do PRILEI;

III – variadas em pelo menos duas categorias entre os critérios estabelecidos no Anexo III deste PPC.

No calendário acadêmico é estipulado o período para solicitação de registro de atividades complementares de graduação junto à Coordenação do Curso. Cabe ao Coordenador avaliar o desempenho do aluno nas atividades complementares de graduação, de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico, emitindo a decisão do deferimento ou não.

Os casos de alunos ingressantes no curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de atividades complementares de graduação, serão avaliados pela coordenação do curso, que poderá computar o total ou apenas parte

da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem. Os alunos ingressantes como portadores de curso superior deverão desenvolver normalmente as atividades complementares requeridas pelo PRILEI. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à PREG para serem homologados pela CAMEN e CEPEX.

Para a integralização do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais - PRILEI, o discente deverá apresentar certificados de 200h de Atividades Complementares, desenvolvidas durante o período do Curso, nas diversas modalidades disponibilizadas, até o último semestre, e constando no histórico escolar. Serão consideradas como atividades acadêmico-científico-culturais, em suas devidas categorias e pontuações o que se expõe nas dez tabelas de Atividades Complementares (AC) seguintes, delineadas por categoria, conforme a Resolução CEPEX-UFPI n.177/12.

A UFPI, visando organizar a realização e o cômputo dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, aprovou, por meio do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Resolução 177/12, que dispõe, dentre outras coisas, sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais (Atividades complementares) em seus cursos de Graduação.

Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Serem realizadas a partir do primeiro semestre;
- II – Serem compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais;
- III – Serem compatíveis com o período cursado pelo aluno ou o nível de conhecimento requerido para a aprendizagem;
- IV – Serem realizadas durante a realização do Curso e/ ou no período letivo, em horário diferenciado das aulas, bem como no período de matrícula institucional;
- V – Serem integralizadas até o período anterior ao período de conclusão do curso.

O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de integralização de Atividades Complementares de Graduação junto à coordenação do curso, até 60 (sessenta) dias antes do prazo para a colação de grau do aluno. O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de registro de Atividades Complementares de Graduação junto às Coordenações de Curso, a cada período letivo.

A Coordenação do Curso avaliará o desempenho do aluno nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório estipulando a carga horária a ser aproveitada conforme Tabela 2, e fará registro no sistema acadêmico de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico ou encaminhará à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para as providências cabíveis quando o sistema estiver indisponível.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação para serem homologados pela Câmara de Ensino de Graduação e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX.

Tabela 2 - Quadro de atividades Complementares

ATIVIDADE DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA E A PESQUISA: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA CADA ATIVIDADE			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Ensino	Participação em projetos institucionais, PIBID, PET.	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
2 Iniciação a pesquisa	Participação em projetos de pesquisa, projetos institucionais PIBIT, PIBIC	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
3 Grupo de pesquisa	Participação em grupo de pesquisa liderado por docentes da UFPI.	30(trinta) horas	60(sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
ATIVIDADE DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60 (sessenta) horas
2 Organização de eventos técnico-científicos.	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60(sessenta) horas
3 Participação em eventos técnico-científicos.	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, defesa de TCC, de dissertação de mestrado e tese de doutorado, fórum, semanas acadêmicas.	01(uma) hora	60(sessenta) horas
TOTAL			60

Certificação: Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.			
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Docente	Experiência profissional como docente por um período mínimo de um semestre;	30(trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			120
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
ATIVIDADES DE EXTENSÃO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Projeto de extensão com bolsa.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 12 a 20h.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Projeto de extensão voluntário.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 06 a 20 h.	30 (trinta) horas	30 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
TRABALHOS PUBLICADOS E APROVAÇÃO EM CONCURSOS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Publicações em anais de eventos nacionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Publicações em anais de eventos locais e/ ou regionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
3 Publicações em periódicos nacionais.	Publicações em periódicos especializados comprovados com apresentação de documento pertinente (declaração, cópia dos periódicos).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
VIVÊNCIAS DE GESTÃO: ATÉ 40 (QUARENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Representação estudantil.	<ul style="list-style-type: none"> • Participação anual como membro de entidade de representação político – estudantil. • Participação anual como membro de diretoria de entidade de representação político – estudantil 	10 (dez) horas	40 (quarenta) horas
TOTAL			40
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade			

competente.			
ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Atividades Artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas	Participação em grupos de artes, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos	Premiação recebida em evento artístico culturais, acadêmicos ou por órgãos afins e aprovação de concursos públicos na área de Ciências Humanas e Sociais	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
DISCIPLINA ELETIVA INTEGRALIZADA EM OUTRO CURSO DESTA INSTITUIÇÃO OU EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ATÉ 60 (SESENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Disciplina Eletiva	Ofertada por outro curso desta IES ou por outras Instituições de Educação Superior.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Histórico Escolar.			
ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, DIFERENCIADO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Estágios não obrigatório	Programas de integração empresa-escola ou de trabalhos voluntários, com dedicação semanal de 5 a 20 horas para o aluno.	30 (trinta) horas	90 (noventa) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
VISITAS TÉCNICAS: ATÉ 10 (DEZ) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Visitas técnicas	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovada por um prof. responsável, consultado previamente.	01 (uma) hora	10 (dez) horas
TOTAL			10
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Essas atividades, quando desenvolvidas pelo aluno, serão integralizadas ao currículo a cada bloco de 15 horas, que corresponde a um (01) crédito acadêmico, até o limite mínimo de 08 (oito) créditos para os cursos de graduação, bacharelado, e o limite

mínimo de 200 horas para os cursos de graduação, licenciatura; atendendo ao que dispõe a Resolução N° 177/12 (CEPEX/UFPI) que também versa sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais.

8.5 Atividades Curriculares de Extensão

O Capítulo VI do Regimento Geral da UFPI, em seu Artigo 123, define que a “extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável [que] viabiliza a integração da Universidade com setores da comunidade local ou regional” (UFPI, 1999).

A Atividade de Extensão compreende um conjunto de ações interdisciplinares educativas, culturais, científicas e de intervenção social envolvendo os discentes na universidade e em diversos setores da sociedade. Está previsto no Programa Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, bem como na Resolução nº 07 do CNE/CES, 2018, o mínimo de 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares dos cursos de graduação em atividades de extensão, por meio de programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; e prestação de serviços em áreas sociais pertinentes.

No Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais - PRILEI as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) serão realizadas conforme as normatizações do Conselho Nacional de Educação e da UFPI, que compreende:

Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Art. 3º Resolução 07 - CNE/CES, 2018).

Ainda, segundo a referida Resolução, são consideradas atividades de extensão as Intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos da citada Resolução, e conforme normas institucionais próprias (Art. 7, Resolução CNE/CES, 2018).

Ressalte-se que as Atividades Curriculares de Extensão enquanto componentes curriculares obrigatórios são relevantes no processo de formação acadêmica por

promoverem qualidade na formação integral dos estudantes universitários e possibilitar a formação de sujeitos críticos e responsáveis na sociedade.

Diante disso, a Universidade Federal do Piauí – UFPI aprovou a Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição. De acordo com a mencionada Resolução, as Atividades Curriculares de Extensão – ACE objetivam:

- Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;
- Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para cidadania e o seu papel social;
- Proporcionar a busca de novos objetos de investigação e inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedades;
- Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e práticas no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

O Projeto Pedagógico do Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI/UFPI, com o intuito de atender o que é imposto na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e na Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI, destina a carga horária de 000 horas para a realização das Atividades Curriculares de Extensão – ACE. Tal carga horária compreende 10% da carga horária total do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais - PRILEI, conforme Matriz Curricular exposta neste PCC.

Vale ressaltar que as atividades de extensão para serem integralizadas como componentes curriculares obrigatórios (ACEs) deverão ter os estudantes como executores das ações a serem realizadas presencialmente, diferindo assim das atividades de extensão a serem integralizadas como "atividade complementar" que pode ter o aluno como público e ser realizada na modalidade à distância.

A regulamentação das ACEs para o Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais - PRILEI será melhor descrita no Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão, em anexo IV.

Neste PPC, as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) são definidas como componentes curriculares, ofertados em forma de disciplina na matriz curricular dada a especificidade do PRILEI, abrangendo atividades desenvolvidas por discentes, relacionadas a cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, incluindo os previstos em programas institucionais e de natureza governamental que atendam às políticas municipais, estaduais ou federais, destinadas à comunidade externa à UFPI.

Desse modo, o quadro a seguir, demonstra os eixos temáticos das ACEs semestrais, e constitui-se como referência para o curso Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais - PRILEI. Para sua formulação, baseamo-nos nos temas contemporâneos transversais, buscando trazer discussões que sejam de interesse dos estudantes e relevantes para sua formação.

9 OUTRAS OPÇÕES DE APOIO À APRENDIZAGEM

O apoio pedagógico aos discentes é realizado pela Coordenação do Curso, auxiliada pelos professores do Curso, notadamente por meio de ações que possam favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos matriculados no curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais e contribuirá para sua permanência no curso.

9.1 Acessibilidade e Atendimento às pessoas com Necessidades Especiais

No âmbito da UFPI, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), que através de sua Coordenadoria de Assistência Comunitária – CACOM, gerencia as ações de política de Assistência Social à Comunidade Universitária, oferecendo, inclusive ao apoio psicopedagógico. Esta Pró-Reitoria dispõe de um Serviço Psicossocial, formado por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, que prestam atendimento individual ou coletivo aos alunos da UFPI que buscam soluções para os mais diversos problemas, orientando e encaminhando, quando necessário para os recursos disponíveis na comunidade interna e/ou externa.,

A PRAEC ainda supervisiona a concessão de benefícios de permanência (bolsas e auxílios) exclusivamente oferecidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade

socioeconômica, tais como: a Bolsa de Apoio Estudantil (BAE), a Isenção da Taxa de Alimentação (ITA), o Auxílio Creche (AC), a Residência Universitária (REU) e o Auxílio Residência (AR) para alunos dos Campi fora da Sede.

Além disso, a UFPI tem seu trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais pautado pela Resolução nº76/2019 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente aos alunos deficientes. Há ainda o incentivo à participação em programas que oferecem bolsas como o Programa de Monitoria, do PIBID e PIBIC.

Há de se mencionar também que a UFPI desenvolve um trabalho com alunos do público da Educação Especial pautado pela Resolução nº76/2019 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente a eles, tendo, inclusive, um Núcleo de Acessibilidade (NAU), instituído desde 2014. A UFPI promove a divulgação de trabalhos e produção dos alunos a partir de eventos como Seminários, Simpósios e Congressos. Todo o trabalho acadêmico desenvolvido na instituição é feito a partir do SIGAA, o qual permite o acesso de professores, alunos e técnicos administrativos. Na página inicial são divulgadas para a sociedade informações relevantes acerca de ações, programas, projetos e eventos abertos ao público externo.

9.2 Tecnologias de Informação e Comunicação

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) representam, no cenário educacional contemporâneo, um componente estratégico para a inovação pedagógica e a ampliação das oportunidades de aprendizagem. Mais do que recursos técnicos, as TIC configuram-se como ferramentas culturais e cognitivas que, quando mediadas de forma intencional, favorecem a construção do conhecimento, a interação social e o desenvolvimento de competências para o século XXI (Kenski, 2012).

No contexto da formação inicial de professores, a *Resolução CNE/CP nº 4/2024* enfatiza a necessidade de integrar as TIC de forma transversal, garantindo que o licenciando vivencie situações em que essas tecnologias estejam articuladas ao planejamento, à execução e à avaliação de práticas pedagógicas. Essa integração não se restringe ao uso instrumental de ferramentas, mas envolve a apropriação crítica e criativa dos recursos digitais para responder às demandas complexas da educação básica (Brasil, 2024).

De acordo com Moran (2015), as TIC oferecem múltiplas linguagens — textual, visual, sonora e interativa —, possibilitando a diversificação das estratégias de ensino e favorecendo aprendizagens mais significativas. Plataformas virtuais, aplicativos colaborativos e ambientes de gamificação, quando utilizados de forma planejada, ampliam o engajamento dos estudantes e estimulam a produção coletiva de conhecimento.

Em virtude disso, os docentes irão fazer o uso das TIC como forma de potencializar os processos de produção do conhecimento, utilizando-se de práticas de aprendizagem ativa e colaborativa, que possam ampliar as experiências formativas vivenciadas nas atividades presenciais. Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), fóruns de discussão, videoconferências e entre outras atividades digitais permitem a construção de comunidades de aprendizagem que transcendem os limites físicos da sala de aula, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico e da resolução de problemas (Valente, 2018).

Outro aspecto relevante é o papel das TIC na promoção da inclusão educacional. Recursos como leitores de tela, legendas automáticas e aplicativos de tradução contribuem para que estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas tenham maior autonomia, alinhando-se à perspectiva de uma educação para todos defendida pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) e pelas diretrizes da educação inclusiva (Brasil, 2008).

As TIC poderão ser utilizadas também como um suporte valioso para práticas de avaliação formativa. Sistemas de gerenciamento de aprendizagem e ferramentas de feedback em tempo real permitem ao professor monitorar o progresso dos estudantes e intervir de forma mais personalizada, reforçando o vínculo entre ensino e aprendizagem (Bacich; Moran, 2018).

No entanto, o uso das TIC deve estar pautado por uma ética digital que contemple questões como privacidade de dados, direitos autorais e combate a discursos discriminatórios. Cabe ao professor assumir um papel formativo também nesse campo, preparando os estudantes para o uso responsável e crítico das tecnologias.

Assim, a inserção das TIC como apoio à aprendizagem reforça o compromisso do curso com a formação de docentes inovadores, críticos e inclusivos. Ao articular tecnologias, metodologias e objetivos pedagógicos, o licenciando estará preparado para atuar de forma integrada à cultura digital, contribuindo para a qualidade social da educação básica e para a formação de cidadãos plenos na sociedade em rede.

Nesta perspectiva, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) serão utilizadas durante o curso como aliadas dos docentes, potencializando as atividades presenciais e promovendo uma imersão mais crítica na realidade escolar. Ao integrar ferramentas digitais de forma estratégica, os professores podem transformar suas aulas presenciais em espaços mais dinâmicos e significativos, utilizando recursos multimídia como vídeos, infográficos e simulações que tornam conceitos abstratos mais tangíveis. Metodologias como a sala de aula invertida e a gamificação permitem otimizar o tempo em classe, focando em debates profundos e atividades colaborativas que estimulam o pensamento crítico.

Além disso, as TIC facilitam uma imersão no contexto escolar, oferecendo aos docentes ferramentas para analisar dados educacionais, compreender o perfil da comunidade e identificar desafios específicos. Plataformas colaborativas criam redes de compartilhamento de experiências pedagógicas, enquanto tecnologias imersivas como realidade virtual possibilitam trazer para a sala de aula contextos históricos e sociais de forma vivencial. No entanto, esse uso deve ser sempre mediado por uma reflexão crítica, considerando questões éticas e o contexto real da escola, para que as tecnologias não se tornem meros recursos técnicos, mas sim ferramentas de transformação pedagógica e social.

Dessa forma, as TIC serão integradas às atividades do Curso com propósito pedagógico claro, possibilitando tanto o enriquecimento do ensino presencial, quando uma aproximação dos futuros docentes à complexidade do ambiente escolar, permitindo uma atuação mais consciente, contextualizada e transformadora, essencial para a formação de cidadãos críticos na sociedade contemporânea.

9.3 Ingresso e Permanência

O ingresso no curso ocorrerá em consonância com as normativas vigentes do Ministério da Educação (MEC), com o Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e com o sistema de reserva de vagas, estabelecido pela Lei nº 12.711/2012 e suas alterações. O sistema de ações afirmativas contempla subgrupos definidos por critérios de

renda, etnia (pretos, pardos, indígenas e quilombolas), pessoa com deficiência e origem escolar, seja integralmente em escola pública ou em escola comunitária no âmbito da Educação do Campo, assegurando a democratização do acesso ao ensino superior.

No âmbito deste projeto, serão contemplados dois perfis principais de público-alvo, alinhando-se ao princípio da Resolução CNE/CP nº 4/2024 que garante que a formação inicial de professores atenda tanto à demanda por novos docentes quanto à qualificação de profissionais já em exercício. No caso deste projeto, a seleção dos estudantes seguirá dois perfis de público-alvo:

- Docentes das Redes de Ensino para Segunda Licenciatura - Participação mediante edital específico, observando as normas internas da UFPI.
- Análise documental e comprovação de atuação/perfil conforme especificações do edital.
- Comunidade em Geral - estudantes que concluíram o Ensino Médio - Participação mediante edital específico, observando as normas internas da UFPI.
- Seleção pela nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme prevê a Portaria MEC nº 391/2002.
- Serão consideradas as notas dos três anos que antecedem o processo seletivo (2023, 2024 e 2025).
- O candidato poderá indicar, no momento da inscrição, o ano de sua nota do ENEM que deseja que seja utilizado no processo seletivo.

O primeiro perfil corresponde a docentes das redes de ensino que buscam uma segunda habilitação, com ingresso mediante edital específico, incluindo análise documental e comprovação de atuação profissional conforme as exigências estabelecidas. O segundo perfil destina-se à comunidade em geral, formada por candidatos que tenham concluído o Ensino Médio. Para este grupo, a seleção será realizada via edital próprio, utilizando-se das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme previsto na Portaria MEC nº 391/2002. Serão aceitas as notas obtidas nos três anos que antecedem o processo seletivo (2023, 2024 e 2025), ficando a critério do candidato a escolha do ano a ser considerado.

A permanência dos estudantes é tratada como compromisso estruturante da proposta formativa, em consonância com as diretrizes da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que orientam para a criação de condições que assegurem a integralidade da formação e a equidade de oportunidades. Nesse sentido, a UFPI desenvolve políticas articuladas de apoio acadêmico, pedagógico, psicológico e socioeconômico, oferecendo auxílios financeiros, bolsas de iniciação científica, monitoria, extensão e apoio à participação em eventos acadêmicos, de forma a reduzir desigualdades e prevenir a evasão.

Também são implementadas estratégias de acompanhamento pedagógico contínuo, como atendimento individualizado, atividades de nivelamento e reforço acadêmico, além da integração com o Laboratório de Escrita e Leitura Acadêmica, voltado ao desenvolvimento de competências essenciais à prática docente, como leitura, interpretação e produção textual. Essas ações dialogam diretamente com a orientação da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que estabelece a articulação entre teoria e prática e a valorização de experiências formativas diversificadas.

Adicionalmente, a política institucional assegura a inclusão e a acessibilidade, em conformidade com a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019, garantindo recursos, adaptações e formações específicas para atender estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Essa abordagem reafirma o compromisso com a formação de professores capazes de atuar em contextos heterogêneos e de promover uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Assim, as políticas de ingresso e permanência do curso não apenas asseguram o acesso democrático e inclusivo, mas também criam condições concretas para a permanência e o sucesso acadêmico, em estreita consonância com os princípios da Resolução CNE/CP nº 4/2024. Com isso, contribuem para a formação de profissionais reflexivos, críticos e comprometidos com o desenvolvimento integral dos estudantes da educação básica.

10 ESPECIFICIDADE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

10.1 Articulação com a Pós-Graduação

A articulação entre a formação inicial e a pós-graduação constitui um eixo estratégico da proposta deste curso, reforçando o compromisso da Universidade Federal do Piauí (UFPI) com a verticalização da educação superior e a construção de uma trajetória

acadêmica integrada, com a consolidação de uma cultura acadêmica que favoreça a continuidade dos estudos e a produção de conhecimento.

Essa conexão visa estimular a continuidade dos estudos em níveis mais avançados, promovendo uma cultura de pesquisa e inovação desde a graduação. Por meio de projetos conjuntos, orientações compartilhadas e acesso a grupos de pesquisa, os discentes são incentivados a explorar temas de interesse científico ainda durante a licenciatura, facilitando sua transição para programas de mestrado e doutorado. Essa perspectiva não apenas qualifica a formação inicial, mas também fortalece a produção de conhecimento na área, alinhando-se às demandas sociais e educacionais do Piauí e do Brasil.

Dessa forma, a UFPI consolida seu papel como instituição promotora de uma educação superior articulada, capaz de formar professores-pesquisadores comprometidos com o avanço das Ciências Humanas e Sociais em suas dimensões teóricas e práticas.

Em consonância com a Resolução CEPEX/UFPI nº 189/2007, que regulamenta a oferta dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na instituição, esta articulação busca integrar a graduação aos programas de mestrado e doutorado já existentes, ampliando as possibilidades de inserção dos egressos em percursos formativos avançados.

Essa integração se concretiza por meio da participação dos discentes em grupos e linhas de pesquisa vinculados a programas como: o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), o Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB), o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt), entre outros. Tais programas oferecem linhas de pesquisa diretamente relacionadas às áreas de atuação do curso, como formação de professores, práticas pedagógicas inovadoras, educação e diversidade, políticas educacionais, linguagens e tecnologias, favorecendo a inserção dos licenciandos em contextos acadêmicos de alta qualificação.

A aproximação é fortalecida por ações conjuntas, como a realização de seminários integrados, ciclos de debates, oficinas metodológicas e participação em projetos de pesquisa e extensão financiados por agências de fomento. Essas experiências promovem o contato com metodologias de investigação avançadas, estimulam a produção científica e ampliam as oportunidades de publicação e apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos de alcance nacional e internacional.

A interação entre docentes da graduação e da pós-graduação garante o alinhamento temático e metodológico entre disciplinas, estágios, práticas de ensino e projetos de pesquisa. Esse diálogo contribui para que os estudantes compreendam as demandas e requisitos da pós-graduação, tornando mais fluída sua transição para programas de mestrado e doutorado.

Assim, a articulação com a pós-graduação amplia as perspectivas acadêmicas e profissionais dos licenciados, fortalece a produção científica voltada às demandas da educação básica e contribui para a consolidação de uma rede acadêmica integrada, comprometida com a qualidade social da educação e com a inovação pedagógica.

11 INFRAESTRUTURA

11.1.1 Recursos humanos

Os aspectos inerentes aos recursos humanos são necessários para a infraestrutura do curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais, especialmente no contexto de programas como o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei).

11.1.2 Docentes

Os docentes envolvidos nas ações educativas do curso deverão ter formação compatível com os conteúdos a serem ministrados e com a prática pedagógica necessária para a formação do futuro professor. Considerando-se as peculiaridades regionais, os docentes deverão ser capazes de fornecer subsídios pedagógicos para associar os conteúdos programáticos à necessidade e realidade do campo.

Nesse caso, como se trata de um curso ofertado no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei), os professores que ministrarão as disciplinas de cada período serão selecionados por meio de edital específico no âmbito do PRILEI, cujos critérios incidirão sobre a formação (titulação), qualificação e experiência acadêmica e

profissional dos candidatos, priorizando os servidores efetivos da instituição proponente com atuação na graduação e pós-graduação, em projetos de pesquisa e extensão. Não sendo preenchidas as demandas do período abrem-se vagas para candidatos externos, seguindo os mesmos critérios de seleção.

11.1.3 Servidores Técnicos Administrativos

Os cursos de Licenciatura pautados pela prática de em regime de alternância apresentam várias particularidades que exigem da instituição um regime de funcionamento diferenciado, se comparado aos cursos regulares ofertados normalmente. Portanto, considerando as especificidades do curso, serão necessários pelo menos dois técnicos para auxiliar a administração do curso, que será providenciado pela UFPI.

11.2 Recursos Materiais e Auxílio Financeiro para as saídas para a prática

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) assegura suporte logístico e financeiro para viabilizar as experiências práticas e intercâmbios de experiências, bem como, nas atividades do estágio supervisionado, da residência docente e atividades práticas externas previstas no curso, garantindo condições equitativas de aprendizagem e a formação integral dos estudantes.

No âmbito institucional, a universidade disponibiliza transporte próprio e estabelece parcerias com órgãos públicos e instituições parceiras para facilitar deslocamentos e apoio local.

Quanto aos recursos materiais, serão disponibilizados equipamentos e insumos necessários para a execução das atividades, tais como kits pedagógicos, material de registro (cadernos de campo, tablets, câmeras fotográficas), recursos audiovisuais e instrumentos específicos para as áreas de conhecimento abordadas nas práticas. Esses recursos visam possibilitar ao estudante a coleta, sistematização e análise de dados de forma qualificada e alinhada às exigências do projeto pedagógico do curso.

O planejamento dessas saídas contempla a utilização de transporte institucional, fornecido conforme a disponibilidade da frota e a programação de atividades acadêmicas, priorizando a segurança e o deslocamento coletivo. Além disso, quando necessário, serão

firmadas parcerias com órgãos públicos e instituições parceiras para assegurar deslocamento e suporte local, ampliando a integração do curso com as redes de ensino e outras organizações vinculadas à formação docente.

No que se refere ao auxílio financeiro, a UFPI, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) e da Pró-Reitoria de Administração (PRAD), poderá disponibilizar apoio via editais específicos de auxílio para participação em atividades acadêmicas e de campo. Tais auxílios contemplam, entre outros aspectos, despesas com alimentação, hospedagem e material de consumo, garantindo equidade de participação entre os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica.

Os critérios de concessão do auxílio financeiro serão definidos em editais anuais ou semestrais, observando a disponibilidade orçamentária e priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme comprovação por meio de análise documental. Essa política busca minimizar barreiras econômicas que possam limitar a participação nas atividades de campo, assegurando que todos os discentes tenham acesso às experiências práticas essenciais para a consolidação da formação docente.

Além do apoio institucional, serão estimuladas parcerias com secretarias municipais e estaduais de educação, escolas-campo e demais entidades públicas e privadas, que poderão colaborar com recursos materiais, espaços físicos e apoio logístico para a realização das práticas. Essa articulação reforça a integração entre universidade e comunidade escolar, ampliando as possibilidades de vivência e aprendizagem dos licenciandos.

As saídas de campo e práticas externas serão planejadas com antecedência, garantindo que os recursos necessários estejam disponíveis no momento da execução. O acompanhamento e a avaliação dessas atividades serão incorporados aos relatórios acadêmicos do curso, permitindo a verificação da adequação e suficiência dos recursos e subsidiando melhorias para as próximas edições.

Dessa forma, a universidade reforça seu compromisso com uma formação docente de qualidade, assegurando que as práticas externas, indispensáveis à integração teoria e prática, sejam garantidas aos estudantes com equidade, inclusão e excelência acadêmica.

11.3 Espaço físico: sala de aula, laboratórios e salas especiais

Para sua plena execução, o curso demandará salas de aula e laboratórios de ensino para atividades pedagógicas. Por se tratar de um curso em regime de alternância, acreditamos que a implantação do curso resultará na otimização dos espaços físicos do *Campus* Ministro Petrônio Portella, uma vez que as atividades do tempo-universidade ocorrerão nos finais de semana durante período letivo de todos os anos, período em que, normalmente, não são dias letivos para os alunos de cursos de oferta regular.

O *Campus* possui 5 centros de ensino, cada uma com mais de 30 salas de aula climatizadas com capacidade para cinquenta discentes, uma biblioteca central climatizada e informatizada, laboratórios de Informática nos distintos centros com, no mínimo, 30 microcomputadores para atender aos estudantes e outros laboratórios para as mais diferentes áreas. Existem quatro auditórios com capacidades de 240, 120 e 130 e 100 lugares, respectivamente. Estes espaços podem acolher ações conjuntas que podem ser realizadas simultaneamente. Ressaltamos que o *Campus* possui também um Restaurante Universitário, com funcionamento para o horário de almoço e jantar, servindo refeições balanceadas, e que os alunos do PRILEI terão auxílio alimentação.

Todas as dependências do *Campus*, inclusive a Biblioteca, Laboratórios de Informática e o Restaurante Universitário, terão funcionamento normal durante os períodos de tempo-universidade, viabilizando o acesso à alimentação e ao estudo extraclasse, que contribuirão positivamente para o processo de ensino-aprendizagem a ser desenvolvido.

11.4 Biblioteca e acervo bibliográfico

O acervo bibliográfico é vasto e a biblioteca central conta com muitos livros físicos e nas áreas do curso, além de oferecer também de livros digitais, por meio da plataforma “Minha biblioteca”.

11.5 Condições de acessibilidade

As condições de acessibilidade na Universidade Federal do Piauí (UFPI) são sustentadas por uma política institucional sólida, articulada por meio do Núcleo de Acessibilidade (NAU), órgão ligado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC). Criado em 2014 e em atividade plena desde 2016, o NAU cumpre papel

estratégico na implementação de uma cultura inclusiva, respondendo a normas como o Plano de Acessibilidade Institucional e regulamentos internos específicos.

No campo físico e arquitetônico, a universidade vem promovendo obras para eliminar barreiras. Os campi incluem rampas de acesso, sanitários adaptados e trajetos sinalizados para pessoas com deficiência visual, buscando garantir mobilidade e autonomia no ambiente universitário.

Em apoio direto ao estudante público-alvo da educação especial, o NAU coordena o Laboratório de Acessibilidade e Inclusão (LACI), instalado na Biblioteca Central. Ali, estão disponíveis tecnologias assistivas como leitores de tela (NVDA, DOSVOX), teclados adaptados, impressoras e acervo em braille, proporcionando condições reais de aprendizagem e permanência acadêmica na UFPI.

Para além dos recursos físicos, o NAU atua por meio de programas de apoio pedagógico e tecnológico. Editais como a Bolsa de Inclusão Social (BINCS) e o Auxílio Inclusão Digital oferecem suporte financeiro e disponibilizam kits com lupas, gravadores de voz e outros instrumentos que favorecem a inclusão do estudante no processo formativo.

Outro avanço institucional significativo é a Cartilha “Se Liga na Inclusão”, elaborada pelo NAU e PRAEC para orientar coordenadores, docentes e técnicos na implementação de práticas inclusivas. O documento fornece recomendações sobre produção de material acessível, audiodescrição, descrição de imagens e estratégias pedagógicas colaborativas, ampliando o entendimento institucional sobre acessibilidade.

Acrescenta-se ainda o caráter formativo e de sensibilização, com cursos como o “Promoção de Acessibilidade e Inclusão” destinados ao corpo docente e administrativo, bem como encontros e eventos como o “Dia D da Pessoa com Deficiência” e o “Encontro com Estudantes público-alvo da educação especial (PAEE)”, promovendo troca de experiências e fortalecimento institucional nessa área.

As normativas internas reforçam esse arcabouço: a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019 regulamenta o atendimento educacional especializado a estudantes com deficiência na graduação; a Resolução CAD/UFPI nº 62/2022 aprova o estatuto do NAU; e há protocolos para a prestação de apoio através da documentação adequada e modalidades de tecnologia assistiva.

Em síntese, a UFPI constrói uma estrutura inclusiva robusta que passa pela infraestrutura adaptada, pelo apoio técnico e pedagógico, pela formação de servidores, pelo

suporte financeiro e por orientações claras e acessíveis. Esse conjunto de ações assegura que ingressantes e concluintes possam exercer sua trajetória acadêmica com autonomia, respeito e igualdade real de oportunidades.

12 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

A implantação dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI, será realizada em etapas articuladas, garantindo aderência às diretrizes do Edital nº 3/2025 e observando os prazos, procedimentos e metas institucionais.

O processo será conduzido em consonância com o Quadro de Acompanhamento – Implantação PRILEI, que detalha as fases, períodos, ações e responsáveis.

A primeira etapa, de julho a agosto de 2025, corresponde à organização e submissão da proposta, envolvendo a constituição do Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente, a definição dos cursos e da justificativa baseada em diagnósticos territoriais e dados do Censo Escolar/INEP, a elaboração do PPC inicial alinhado à BNCC, às Diretrizes Curriculares Nacionais e à Política de Educação Integral, bem como o registro e submissão da proposta no SIMEC.

A segunda etapa, prevista para setembro a dezembro de 2025, refere-se aos ajustes pós-seleção e planejamento pedagógico. Nela será firmado o Termo de Execução Descentralizada (TED) com o MEC, concluída a elaboração final dos PPCs com incorporação de metodologias ativas, interdisciplinaridade e inserção de estágios desde o início do curso. Essa fase também incluirá a articulação formal com as redes municipais e estadual para definição dos polos de estágio e da Residência Docente, a ser implementada no último ano.

A terceira etapa, de outubro de 2025 a fevereiro de 2026, destina-se à preparação da infraestrutura e recursos humanos. Será realizada a adequação de salas de aula e laboratórios, aquisição de equipamentos e materiais pedagógicos, garantia de acessibilidade física, pedagógica e digital, publicação de editais para seleção de professores (com prioridade para docentes efetivos da UFPI) e capacitação das equipes envolvidas.

A quarta etapa, que ocorrerá entre janeiro e fevereiro de 2026, corresponde à mobilização e seleção de estudantes, com ampla campanha de divulgação, visitas às escolas, divulgação em redes sociais e meios de comunicação, inscrição e seleção de candidatos via SISU/ENEM ou edital específico, observando a legislação de cotas e garantindo a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

A quinta etapa marca o início das atividades acadêmicas em março de 2026, com a realização de aula inaugural, início das disciplinas e implementação das metodologias ativas e dos estágios supervisionados desde o primeiro semestre.

A sexta etapa, de março de 2026 a fevereiro de 2030, envolve o monitoramento e avaliação contínua, com acompanhamento semestral de indicadores como taxa de matrícula, evasão, conclusão, desempenho acadêmico, inserção profissional e impacto comunitário. Relatórios técnicos serão produzidos anualmente e apresentados ao MEC, bem como em eventos como o Congresso Nacional da Rede PRILEI.

Por fim, a sétima etapa, no ano de 2030, compreende o encerramento e avaliação final, com sistematização dos resultados alcançados, análise do impacto territorial e social, elaboração do relatório final e registro das boas práticas para subsidiar novas políticas de formação docente.

Este cronograma, descrito no Quadro de Acompanhamento, assegura a execução planejada das atividades, permitindo controle rigoroso das responsabilidades institucionais e garantindo que os objetivos do PRILEI sejam plenamente atingidos, com formação de professores qualificados, fortalecimento da educação integral e impacto positivo no desenvolvimento educacional do Piauí.

Quadro de Acompanhamento – Implantação PRILEI

Etapa	Período	Ações	Responsáveis
Organização e Submissão da Proposta	Jul/2025 – Ago/2025	Constituir comitê, definir cursos, elaborar justificativas e PPC inicial, alinhar com BNCC, DCNs e Educação Integral, inserir proposta no SIMEC.	PREG, CGRAD, CDAC, Direções de Centro/Campus, PROPLAN, STI
Ajustes Pós-Seleção e Planejamento Pedagógico	Set/2025 – Dez/2025	Assinar TED com MEC, finalizar PPCs, alinhar conteúdos e metodologias ativas, articular com redes públicas e definir polos de estágio e residência.	PREG, Coordenação PRILEI, Colegiados de Curso, CEPEX

Etapa	Período	Ações	Responsáveis
Preparação de Infraestrutura e Recursos Humanos	Out/2025 – Fev/2026	Adequar salas e laboratórios, adquirir equipamentos e materiais, garantir acessibilidade, publicar editais para seleção de professores e capacitar equipes.	Direções de Centro/Campus, PREG, PROAD, STI
Mobilização e Seleção de Estudantes	Jan/2026 – Fev/2026	Executar campanha de divulgação, realizar inscrições via SISU/ENEM ou edital, aplicar política de cotas e garantir inclusão.	PREG, CSPE, Assessorias de Comunicação
Início das Atividades Acadêmicas	Mar/2026	Realizar aula inaugural, iniciar disciplinas e projetos, implementar metodologias ativas e estágios supervisionados.	Coordenações de Curso, Colegiados, PREG
Monitoramento e Avaliação	Mar/2026 – Fev/2030	Monitorar matrícula, evasão, conclusão, desempenho, inserção profissional e impacto comunitário; produzir relatórios técnicos anuais.	Coordenação Institucional PRILEI, Coordenações de Curso, PREG, CEPEX
Encerramento e Avaliação Final	Ano de 2030	Sistematizar resultados, avaliar impacto territorial, produzir relatório final e apresentar boas práticas ao MEC.	PREG, Coordenação PRILEI, MEC

13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DO CURSO

A avaliação do projeto também acontecerá de forma contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta, uma vez que ele servirá de tomada de decisão para continuidade das ações eficientes e mudanças de outras, cujo resultado tenha sido considerado negativo. Assim, ao término de cada disciplina será feita a avaliação do Curso pelo aluno, através de um formulário e também pelo professor. Os coordenadores do Curso serão responsáveis por tratar os dados colhidos destes formulários, complementá-los com conversas estabelecidas com os professores do curso e alunos, julgá-los e tomar a atitude devida. A ideia é tomar os indicadores desta avaliação para melhorar, sempre, a qualidade do ensino.

É relevante destacar que as ações ou atividades desenvolvidas serão continuamente retomadas a partir de núcleos temáticos de estudo, organizados em Bom Jesus, juntos às comunidades parceiras. Nesta perspectiva, a avaliação do Curso exige a avaliação do processo de formação: natureza e objetivos do curso e a avaliação da ação docente do profissional (professor/aluno) envolvido no curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais.

14 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO MONITORAMENTO DE PERMANÊNCIA

O acompanhamento sistemático da permanência estudantil no âmbito dos cursos do PRILEI/UFPI será desenvolvido como estratégia institucional de promoção da equidade, inclusão e qualidade da formação inicial, em conformidade com as diretrizes do Edital nº 3/2025 e com as metas estabelecidas no projeto institucional.

O monitoramento da permanência estudantil na Universidade Federal do Piauí (UFPI) será realizado de forma sistemática, integrando ações pedagógicas, administrativas e de assistência, em conformidade com as normativas institucionais e as diretrizes do Ministério da Educação. O processo utilizará indicadores quantitativos (como desempenho acadêmico, frequência e tempo de integralização curricular) e qualitativos (como perfil socioeconômico e acompanhamento individualizado), permitindo a identificação precoce de riscos de evasão e a implementação de estratégias direcionadas.

A análise dos dados será feita por meio de sistemas institucionais, como o SIGAA, que possibilita o acompanhamento da trajetória dos estudantes, cruzando informações acadêmicas e socioeconômicas para embasar políticas de apoio. Além disso, reuniões periódicas do colegiado servirão para avaliar casos específicos e propor intervenções. Para maior eficácia, sugere-se a inclusão de mecanismos de escuta ativa dos discentes, a definição de metas mensuráveis (como redução de evasão) e a divulgação transparente dos resultados, reforçando o compromisso com a permanência e o sucesso acadêmico.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), em articulação com o Núcleo de Acessibilidade (NAU), o Laboratório de Escrita e Leitura Acadêmica e as coordenações de curso, terá papel estratégico nesse monitoramento, garantindo que estudantes público-alvo da educação especial ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham acesso às políticas de permanência já implementadas, como auxílios financeiros, bolsas, apoio pedagógico especializado e tecnologias assistidas. A PRAEC disponibiliza ainda suporte psicológico e orientação pedagógica, conforme as necessidades dos estudantes.

Os resultados parciais e finais de cada semestre letivo serão apresentados em relatórios de acompanhamento, discutidos em reuniões de colegiado e encaminhados à Direção de Centro e à Pró-Reitoria de Graduação (PREG), de modo a subsidiar ajustes no planejamento pedagógico e nas ações de apoio. A adoção de metas semestrais de redução

da evasão e de elevação da taxa de integralização servirá como parâmetro para medir a efetividade das estratégias adotadas.

Além dos indicadores internos, a permanência será avaliada considerando dados do Censo da Educação Superior e do Sistema e-MEC, possibilitando o alinhamento do desempenho do curso aos parâmetros nacionais de qualidade. Essa análise externa permitirá também identificar tendências e desafios comuns a cursos de perfil semelhante, servindo de referência para o aprimoramento contínuo da gestão acadêmica.

A participação discente será incentivada por meio de espaços de escuta ativa, como questionários de satisfação, assembleias acadêmicas e reuniões abertas, criando um canal permanente para que estudantes possam apontar dificuldades e propor melhorias. Essas contribuições serão incorporadas às estratégias de permanência, fortalecendo o caráter participativo do processo.

A avaliação da permanência será ainda vinculada às ações de acessibilidade, inclusão e equidade, assegurando que as metas de atendimento às ações afirmativas (Lei nº 12.711/2012) e às políticas internas de inclusão sejam acompanhadas de forma integrada. Isso inclui a verificação do cumprimento das condições de acessibilidade física, pedagógica e comunicacional, conforme regulamentações como a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019.

As ações serão implementadas a partir do Bloco 1, gerenciadas pela Coordenação do Curso e pela Coordenação Pedagógica, garantindo acompanhamento individualizado e contínuo até a conclusão da graduação. Esse modelo visa promover um vínculo pedagógico e uma maior proximidade entre os estudantes, fortalecendo a prevenção da evasão e oferecendo suporte integral à trajetória acadêmica. Além disso, a Coordenação do Curso realizará avaliações periódicas e monitoramento da permanência dos alunos, assegurando que as necessidades de cada grupo sejam atendidas e que estratégias de apoio sejam adaptadas conforme necessário.

O acompanhamento terá como objetivos principais:

- Mapear necessidades e desafios: identificar, de forma contínua, dificuldades acadêmicas, socioeconômicas, emocionais e de acessibilidade que possam impactar o desempenho e a permanência dos estudantes, considerando o contexto territorial e social de cada campus.

- Fortalecer a comunicação institucional: criar e manter redes de comunicação eficientes entre discentes, coordenação de curso e a instituição, utilizando ferramentas digitais, encontros presenciais e canais oficiais para agilizar a circulação de informações.
- Garantir acesso a oportunidades e políticas de apoio: orientar e divulgar informações sobre bolsas de pesquisa, permanência, desenvolvimento acadêmico, residência docente e outras iniciativas previstas na política de assistência estudantil da UFPI, assegurando que todos os estudantes elegíveis tenham acesso a esses benefícios.
- Integrar diagnósticos e ações entre campi: consolidar, a cada semestre, o mapeamento das dificuldades e demandas identificadas, socializando-as entre todos os campi envolvidos no PRILEI, de forma a subsidiar a Coordenação Institucional e os Colegiados de Curso na definição de estratégias conjuntas.
- Acompanhar e apoiar o processo de ensino-aprendizagem: atuar de maneira articulada com os docentes responsáveis pelas disciplinas, buscando soluções pedagógicas que favoreçam a aprendizagem, a participação ativa e o desenvolvimento das competências previstas no PPC.
- Promover a inclusão e o atendimento especializado: planejar e executar ações de apoio a estudantes com necessidades educacionais especiais, garantindo acessibilidade física, pedagógica e tecnológica, conforme normativas institucionais e legais.
- Monitorar o desempenho acadêmico: coletar e analisar, de forma sistemática, indicadores de rendimento, frequência, participação em atividades de estágio e residência docente, e conclusão de componentes curriculares, alimentando relatórios de gestão e tomada de decisão.
- Desenvolver estratégias para o sucesso acadêmico: propor ações preventivas e interventivas para reduzir a evasão e aumentar a taxa de conclusão, em alinhamento com a meta institucional de garantir taxa mínima de conclusão de 95% dos ingressantes.

Essa metodologia de acompanhamento, fundamentada na gestão compartilhada e na integração entre teoria e prática, articula-se diretamente às metas do PRILEI e ao compromisso institucional da UFPI com a formação de professores qualificados para a

Educação Básica, em regime de tempo integral, com foco na inclusão e na redução das desigualdades educacionais.

Em síntese, o monitoramento da permanência estudantil será um processo contínuo, integrado e baseado em evidências, cujo foco é garantir que todos os estudantes ingressem, permaneçam e concluam o curso em condições de equidade e qualidade, fortalecendo o compromisso institucional da UFPI com a formação docente e com a democratização do acesso e da permanência na educação superior.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula: prática e princípios teóricos**. São Paulo : Cortez, 1990.

ALMEIDA, Maria Isabel de. (Orgs.). **Pedagogia Universitária: caminho para a formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2011

ANDRÉ, Marli. Formar o professor pesquisador para um novo desenvolvimento profissional. In: ANDRÉ, Marli (Org.). **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas: Papirus, 2016. p. 17-34. (Série Prática Pedagógica).

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Plátano, 2003.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. 2. ed. Bauru: Cá entre nós, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação . **Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025** Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2021: Resumo Técnico**. Brasília, 2021.

BRASIL. Presidência da república, **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 22.mar.2022

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. **A prática como componente curricular na formação de professores**. Educação, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 203-218, maio/ago. 2011.

FERREIRA, F. S.; REBELO, A. S.; KASSAR, M. C. M. **Professores, tecnologias digitais e inclusão escolar**: desafios da política de educação especial em um município brasileiro. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 16, n. esp.2, p. 1307-1324, maio, 2021

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**, Nº. 9394/96.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**. MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>
BRASIL.MEC. **Parecer CNE/CEB/ 1º/2/2006**. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância. Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República LEI nº 14.640, de 31 de julho de 2023. **Institui o Programa Escola em Tempo Integral**; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

CORDEIRO, G.N.K.; REIS, N.da S.; HAGE, S. M. **Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo**. In: **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GATTI, **Bernardete Angelina et al. Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019
GIMONET, J.C **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Editora Vozes; Paris: AIMFR, 2007.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional?** Revista Brasileira de Educação, v. 28, e280081, 2023.

MANZINI, E. J. **Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados**. In: Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, 2005.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C.A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos:

EdUFSCar. 2014. MENDES, Enicéia Gonçalves; SANTOS, Vivian; SEBIN, Bruna Raffaini. Política de educação especial no Brasil: análise da produção de textos de 2004 a 2019. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

MICHELS, Maria. Helena.(Org.). A formação de professores de Educação Especial no Brasil: propostas em questão. Florianópolis: UFSC, CED/NUP, 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, C. R. **Avaliação educacional**: um olhar reflexivo sobre sua prática. São Paulo: Avercamp, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UFPI. **Regimento Interno Institucional**. Teresina, 2008.

UFPI.. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Teresina, 2024 (PDI 2024-2024_.

ROSSATO, Maristela. **O estágio supervisionado como espaço de produção de significados sobre a profissão docente**. Boletim de Conjuntura (BOCA) ano V, vol. 15n. 44, Boa Vista, 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Alternativas pedagógicas para a formação do professor da educação superior. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Maria Quevedo Quixadá (Org.). Docentes para a educação superior: processos formativos. Campinas: Papyrus, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993.

ANEXOS

ANEXO I

REGULAMENTO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Licenciatura Ciências Humanas e Sociais da UFPI, na modalidade presencial é regido em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394/1996, de 20/12/1996, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura voltados à formação de professores da Educação Básica, Resoluções CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, Resolução CEPEX/UFPI nº 220 de 28 de setembro de 2016, na Resolução 177/12 CEPEX/ UFPI de 05/11/2012 e na Lei nº 11.788 de 25.09.2008.

PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais da UFPI observará os seguintes princípios:

I - solidez teórico-científica das disciplinas que ensejam atividades práticas para a consolidação dos conhecimentos por elas abordados;

II - desenho lógico e sequencial das atividades propostas, que possibilitem registro sistemático e, conseqüente formação de portfólio;

III - foco na prática: a partir do que é delineado pelas respectivas teorias de cada disciplina, a vivência do estágio deverá mobilizar o conhecimento adquirido por meio de atividades estruturadas que permitam ao(à) estagiário(a) exercer a docência de maneira supervisionada. Dessa forma, o(a) estagiário(a) irá construir um repertório inicial de práticas docentes que lhe confirmem confiança para o exercício profissional autônomo do magistério, com foco no aprendizado dos alunos;

IV - pluralidade pedagógica: o estágio deve oferecer oportunidade a pluralidade pedagógica tanto por meio da participação em ambientes de aprendizagem diversificados, quanto sob a supervisão de profissionais com perfis variados, que lhe proporcionem flexibilidade, segurança, resiliência e flexibilidade na atuação profissional;

V - processo ativo de aprendizagem: o processo de aprendizagem da docência durante o estágio requer a combinação de solidez teórico-científica das disciplinas e interação de seus conteúdos com as atividades práticas aliadas ao engajamento dos(as) estagiários(as) na vivência, desde o planejamento, durante a execução e no processo contínuo de avaliação das atividades pedagógicas; e

VI - prática reflexiva: o processo de aprendizagem da docência durante o estágio requer o desenvolvimento da capacidade de avaliação do(a) estagiário(a) sobre os objetivos, os componentes, o contexto, a execução e o resultado de cada atividade. Também requer uma autoavaliação contínua, refletindo tanto sobre as consequências da sua atuação, quanto das implicações dessas reflexões sobre sua futura atuação profissional.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais da UFPI observará os seguintes objetivos:

I - formar docentes com mais flexibilidade, segurança, resiliência e flexibilidade para sua atuação profissional, desde o início de sua carreira;

II - valorizar os docentes e fortalecer os vínculos com a carreira docente;

III - engajar docentes com mais experiência na formação de novas gerações de docentes;

IV - integrar a formação e a pesquisa acadêmica com a prática educativa do ambiente escolar;

V - integrar professores(as) supervisores(as), estagiários(as) e demais profissionais da IEB, para formar uma comunidade dinâmica e competente para seu autodesenvolvimento e para o aprendizado dos(as) estudantes da IEB;

VI - garantir parâmetros mínimos de formação docente necessários para o planejamento, a execução e a avaliação de práticas pedagógicas, alinhadas com as demandas da educação contemporânea e com a efetiva aprendizagem dos(das) estudantes; e

VII - promover a indução profissional inicial mediante uma transição lógica e efetiva entre o aprendizado teórico-científico e a materialização de conhecimentos, práticas, valores e atitudes necessários ao exercício competente da docência.

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais da UFPI visa oferecer ao estudante a oportunidade de:

I - atividades que abrangem o “conhecimento curricular”, ou seja, o conhecimento sobre os programas e os materiais disponíveis para o ensino, bem como sobre a sequência lógica de conteúdos em um currículo;

II - atividades que abrangem o “conhecimento pedagógico geral”, ou seja, estratégias gerais de ensino e aprendizagem, independentemente da área de conteúdo, tais como gestão de sala de aula, teorias de aprendizagem e práticas educacionais;

III - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico do conteúdo - CPC”, ou seja, a capacidade de transformar o conteúdo em formas que sejam compreensíveis e acessíveis aos(às) estudantes. Incluem o uso de analogias, exemplos e estratégias de ensino específicas para cada disciplina;

IV - atividades que envolvam o “conhecimento sobre os(as) alunos(as)”, ou seja, a compreensão sobre como os(as) estudantes aprendem, suas características cognitivas, sociais e emocionais, além das diferenças individuais entre eles(elas); e

V - atividades que envolvam o “conhecimento do contexto escolar”, ou seja, o conhecimento sobre o ambiente onde o ensino ocorre, incluindo as políticas educacionais, as legislações, as características da comunidade escolar e os fatores culturais e socioeconômicos.

CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG, em unidades que tenham condições de:

I - proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;

II - dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário;

III - existência de convênio entre a UFPI e as instituições co-formadoras.

Parágrafo único: O termo de compromisso de estágio (TCE) constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a UFPI e a parte concedente.

ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 6º. A gestão do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais envolve:

- . Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG;
- . Coordenação de Estágio Supervisionado;

- . Professor Orientador de Estágio;
- . Supervisor de campo;
- . Estudante Estagiário.

I - COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO (CGE)/PREG;

Art. 7º- A Coordenação Geral de Estágio (CGE) da PREG tem como funções básicas:

- . Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado na UFPI;
- . Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios;
- . Assessorar as coordenações de estágios nos cursos, na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio supervisionado, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- . Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- . Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

II - COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 8º- São atribuições da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais:

- . Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;
- . Informar à CGE/PREG os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;
- . Elaborar a cada semestre, junto com o Professor Orientador, as programações de Estágio Curricular Supervisionado que serão enviadas a CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;

- . Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- . Encaminhar, juntamente com o Professor Orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos) de estágio;
- . Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- . Realizar seminário de integração dos estágios, juntamente com os professores orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas;
- . Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso;
- . Realizar estudos, seminários, encontros de formação e/ou demais atividades que fortaleçam os princípios do Estágio Curricular Supervisionado, em articulação com os professores orientadores.

III - PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Art. 9º- O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado é, preferencialmente, efetivo do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- . Orientar e supervisionar o máximo 15 (quinze) estagiários simultaneamente, por turma;
- . Elaborar, junto ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado do curso, a programação semestral de estágios;
- . Elaborar Plano de Estágio para os discentes;
- . Orientar os alunos, na elaboração dos seus planos de estágio e nos relatórios de estágio;
- . Orientar a execução das atividades dos estagiários;
- . Avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
- . Enviar ao coordenador de estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos alunos sob a sua responsabilidade;
- . Manter diálogo regular com os professores supervisores para integrar a formação acadêmica com a prática profissional.

- . Participar de momentos formativos e encontros de troca de experiências promovidos pela UFPI e instituições parceiras.

Art. 10º- O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado deve assegurar que o Plano de Estágio seja estruturado de forma a garantir que o(a) estagiário(a) tenha a oportunidade de vivenciar:

I - atividades que abrangem o “conhecimento curricular”, ou seja, o conhecimento sobre os programas e os materiais disponíveis para o ensino, bem como sobre a sequência lógica de conteúdos em um currículo;

II - atividades que abrangem o “conhecimento pedagógico geral”, ou seja, estratégias gerais de ensino e aprendizagem, independentemente da área de conteúdo, tais como gestão de sala de aula, teorias de aprendizagem e práticas educacionais;

III - atividades que abrangem o “conhecimento pedagógico do conteúdo - CPC”, ou seja, a capacidade de transformar o conteúdo em formas que sejam compreensíveis e acessíveis aos(às) estudantes. Incluem o uso de analogias, exemplos e estratégias de ensino específicas para cada disciplina;

IV - atividades que envolvam o “conhecimento sobre os(as) alunos(as)”, ou seja, a compreensão sobre como os(as) estudantes aprendem, suas características cognitivas, sociais e emocionais, além das diferenças individuais entre eles(elas); e

V - atividades que envolvam o “conhecimento do contexto escolar”, ou seja, o conhecimento sobre o ambiente onde o ensino ocorre, incluindo as políticas educacionais, as legislações, as características da comunidade escolar e os fatores culturais e socioeconômicos.

Art. 11º Para a realização das atividades descritas nos incisos do artigo anterior, o Plano de Estágio deve prever o uso pelo(a) estagiário(a) de diferentes instrumentos e meios de aprendizagem, tais como:

I - *Observação*: tem como objetivo desenvolver no(a) estagiário(a) um olhar crítico-reflexivo, por meio de protocolos pré-estruturados, que permita a compreensão do ambiente educacional, das práticas pedagógicas e das interações no contexto escolar. Entre os objetos de observação, podem ser incluídos:

- a) Observação das formas de interação entre os(as) estudantes;
- b) Observação da organização do tempo e do espaço escolar/sala de aula;

- c) Observação das estratégias de gestão da sala de aula realizadas pelo(a) professor(a);
- d) Observação das estratégias de ensino realizadas pelo(a) professor(a);
- e) Observação das formas como o(a) professor(a) se comunica com os(as) estudantes;
- f) Observação da resolução de problemas e conflitos inesperados no ambiente de ensino, incluindo horários fora de sala de aula, tais como visitas de campo, recreio, uso de sala de leitura ou de recursos, entre outros.

II - *Entrevista*: deve oportunizar ao(à) estagiário(a) ouvir, de maneira estruturada e planejada, com perguntas relevantes e baseadas no arcabouço teórico-científico da disciplina a que se refere, os diferentes atores do processo educativo, com o objetivo de aprofundar seu entendimento dos elementos observáveis no contexto das instituições de ensino. Poderão ser realizadas, entre outras:

- a) Entrevista com estudantes para compreender suas perspectivas em relação ao processo de aprendizagem, a dinâmica com pares e docentes, a interação com o ambiente de ensino e o seu repertório cultural/social;
- b) Entrevista com professores(as) sobre seu planejamento, sua atuação didática, suas decisões de gestão de sala de aula e seu plano de ensino;
- c) Entrevista com professores(as) após a observação de práticas disciplinares específicas, com o objetivo de compreender decisões pedagógicas;
- d) Entrevista com gestores escolares para compreender como a organização da unidade escolar é pensada para favorecer as aprendizagens.

III - *Análise documental*: a análise de documentos e materiais deve ser descritiva e crítica, referenciada nas leituras e estudos orientados ao tema. Poderão ser realizadas, entre outras:

- a) Análise dos planos de ensino do(a) professor(a);
- b) Análise dos materiais didáticos utilizados em sala;
- c) Análise de documentos curriculares;
- d) Análise do projeto político-pedagógico da escola;
- e) Análise dos instrumentos de avaliação formais e informais.
- f) Análise das produções dos alunos frente a uma comanda didática.

IV - *Planejamento do ensino e aprendizagem*: deve oportunizar ao(à) estagiário(a) refletir e/ou definir sobre os objetivos de aprendizagem a serem trabalhados (de acordo com o arcabouço teórico-científico da disciplina a que se vincula), os instrumentos e critérios

avaliativos a serem utilizados, a forma como as aulas serão conduzidas, a seleção de materiais de ensino, entre outros aspectos relevantes na condução de atividades didáticas. Poderão ser realizados, entre outros: 6

- a) Planejamento de um momento de regência específico dentro de uma unidade de ensino do(a) professor(a);
- b) Planejamento de atividades avaliativas;
- c) Planejamento de aulas;
- d) Planejamento de gestão das aprendizagens.

V - Regência: deve possibilitar ao(à) estagiário(a) estar à frente da condução do processo de ensino e precisa ser precedida pelas atividades listadas acima. Deve ser exercida de forma compartilhada, na qual o(a) professor(a) e o(a) estagiário(a) conduzem conjuntamente atividades de ensino, possibilitando, de forma progressiva, a interação com a classe e um papel mais proeminente do(a) estagiário(a) na regência. Poderá ser realizada, entre outras:

- a) Regência de atividade específica;
- b) Regência de aula;
- c) Regência de unidade de ensino.

VI - *Avaliação das aprendizagens*: deve permitir ao(à) estagiário(a) refletir sobre as avaliações educacionais, incluindo a escolha de estratégias pedagógicas e a definição de instrumentos que possibilitem a entrega de devolutivas aos(as) estudantes.

Art. 12o Para que o estágio curricular supervisionado seja devidamente avaliado, o Plano de Estágio deve prever a entrega de relatórios, realizados pelo(a) estagiário(a), que registrem as percepções de maneira organizada, que relacionem as atividades desenvolvidas com a teoria estudada e que apresentem reflexões críticas, destacando os aspectos positivos, as dificuldades percebidas, o que poderia ser aprimorado ou replicado, dentre outras evidências das aprendizagens do(a) estagiário(a).

Parágrafo único: o conjunto dos relatórios produzidos pelo(a) estagiário(a), registrando a sua vivência prática ao longo de suas atividades do estágio curricular supervisionado, é chamado de “portfólio”.

Art. 13o Na elaboração do seu Plano de Estágio a IES deve levar em consideração os seguintes aspectos:

I - as atividades de estágio ao serem definidas devem seguir uma progressão de complexidade, de acordo com a etapa letiva em que serão exercidas, e em consonância com o desenvolvimento pessoal e a maturidade profissional do(a) estagiário(a);

II - as atividades de estágio devem ser estruturadas de acordo com os períodos letivos, definindo qual é o foco de cada período, como por exemplo, Educação Infantil, Alfabetização, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos etc. e apresentando os objetivos de aprendizagem a serem desenvolvidos pelos(as) estagiários(as) em cada um desses períodos; e

III - a fim de não conflitar com a proposta pedagógica e curricular da rede de ensino ou IEB, as atividades de estágio serão definidas em comum acordo entre o(a) professor(a) orientador(a) e o(a) professor(a) supervisor(a).

IV - SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 14º O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades, tem como atribuições:

- . Acolher o estagiário na escola e na sala de aula, apresentando rotinas e horários;
- . Orientar e supervisionar os estagiários;
- . Avaliar, periodicamente, o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI
- . Promover ambientes de aprendizagem que coloquem o estagiário como protagonista, incentivando reflexões sobre a prática docente.
- . Oferecer oportunidades para que o estagiário pratique a docência, com suporte e orientação formativa.
- . Manter comunicação contínua com o professor orientador para garantir a integração entre teoria e prática.

V - ESTUDANTE ESTAGIÁRIO

Art. 15º São atribuições do estudante estagiário:

- . Cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado;
- . Respeitar as normas regimentais e disciplinares da Instituição na qual o estágio for realizado;
- . Planejar com o professor orientador e supervisor as atividades do estágio;
- . apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;
- . Comparecer aos encontros com o professor orientador;
- . Apresentar um relatório ao final de cada estágio de acordo com as normas institucionais, bem como, socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o estágio, registrando suas percepções, reflexões críticas, e o desenvolvimento de suas práticas docentes.
- . constituir um portfólio que documente a experiência de estágio, destacando aprendizados, dificuldades e propostas de melhorias no percurso formativo do estágio desde o início do curso.

PLANO DE ESTÁGIO DO DISCENTE

Art. 16º O plano de estágio é um documento elaborado pelo discente, com orientação do professor orientador, que deve contemplar as atividades a serem desenvolvidas durante o estágio supervisionado, alinhando-se às diretrizes do curso e às necessidades de formação do futuro docente.

Art. 17º O plano de estágio deve incluir:

I. Objetivos Gerais e Específicos: Definição clara dos objetivos do estágio, tanto gerais quanto específicos, em termos de desenvolvimento de competências docentes e integração teoria-prática.

II. Atividades Planejadas:

- Descrição das atividades de observação, entrevistas e análises documentais a serem realizadas.

- Planejamento de momentos de regência, incluindo a condução de aulas e atividades avaliativas.

III. Cronograma: Estabelecimento de um cronograma que distribua as atividades de estágio ao longo do semestre, garantindo tempo suficiente para preparação, execução e reflexão.

IV. Metodologia: Estratégias e métodos que serão utilizados para alcançar os objetivos do estágio, incluindo recursos didáticos e tecnológicos.

V. Critérios de Avaliação: Definição dos critérios que serão utilizados para avaliar o desempenho do discente durante o estágio, incluindo autoavaliação e feedback do professor supervisor.

VI. Reflexão e Autoavaliação: Espaços dedicados à reflexão crítica sobre as práticas realizadas e ao registro de aprendizados, desafios enfrentados, e estratégias de superação.

Art. 18º O plano de estágio deverá ser aprovado pelo professor orientador antes do início das atividades práticas e poderá ser ajustado conforme necessário, em resposta às experiências vivenciadas durante o estágio.

Parágrafo único: O plano de estágio faz parte do portfólio do discente e será utilizado como um dos instrumentos de avaliação de seu desenvolvimento ao longo do estágio supervisionado.

CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 19º O estágio curricular supervisionado deverá ocorrer nos períodos finais do curso, com carga horária mínima de 405h, em instituições conveniadas da educação básica das redes de ensino público e/ou privado da educação básica, filantrópicas e outros, em conformidade com as diretrizes para formação de professores.

Parágrafo único: A carga horária do estágio curricular supervisionado será distribuída em 8 (oito) estágios a ser realizado de forma presencial, distribuído ao longo do curso, e abranger as áreas de atuação do futuro professor, onde serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- . Observação destinada a propiciar ao aluno, o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno;
- . Participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula; Docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio;
- . Elaboração e execução de projetos de intervenção que visem à melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

AVALIAÇÃO

Art. 20º A Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

Art. 21º A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

Art. 22º Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

- . A avaliação realizada pelo supervisor de campo do estágio, com base no formulário específico encaminhado ao professor orientador, obedecendo ao cronograma da Coordenação de Estágio de cada curso;
- . A avaliação do professor orientador com base no cumprimento do plano de trabalho e relatório final;
- . Além dos instrumentos supracitados poderão ser empregados outros, conforme previsto no PPC de cada curso.

§1º O PPC do curso deverá estabelecer critérios de aprovação para o Estágio Curricular Supervisionado, conforme Resolução CEPEX nº 177/2012.

§2º As atividades de estágio não podem ser realizadas através de atividades domiciliares.

Art. 23º Os estagiários que exercem atividade de docência regulares e comprovadas na educação básica poderão ter redução de carga horária em até 100 (cem) horas do estágio curricular supervisionado na forma da legislação federal em vigor e apresentar documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação, mediante requerimento de redução de carga horária.

§1º Compete à Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado, juntamente com o professor orientador, a análise do pedido e a emissão de parecer que deverá ser encaminhado à CGE e à Câmara de Ensino - CAMEN.

ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO DA INTEGRAÇÃO DO ENSINO NO CURSO DE LICENCIATURA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 24º Um dos aspectos mais relevantes da formação de professores é a estreita relação entre a escola da educação básica e a Instituição formadora. Assim, o curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais deve estabelecer coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, enfatizando:

- a) A compreensão da diversidade de situações concretas em que a escola está inserida, implicando ações efetivas;
- b) A interação entre professores universitários (formadores) e da educação básica, afim de propiciar atualização curricular permanente da escola de educação básica e da instituição formadora;
- c) O conhecimento dos instrumentos normativos da Educação Básica;
- d) A promoção de experiências formativas inovadoras no cotidiano da educação escolar;

- e) A integração da formação pedagógica e dos conteúdos da área de conhecimento;
- f) O estímulo aos processos formativos envolvendo as práticas de gestão e o processo de ensino aprendizagem, por meio de encontros, discussões, seminários com professores da Educação Básica e docentes e licenciandos da UFPI como forma de manter um diálogo aberto entre a Universidade e a Escola;
- g) A divulgação e o debate dos processos desenvolvidos e os resultados alcançados por meio de publicações, participação em eventos científicos e recursos eletrônicos;
- h) Participação dos professores orientadores de estágio em atividades no campo de estágio (ou seja, na escola de educação básica) envolvendo representações em conselhos, participação no planejamento de atividades educativas, etc.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO II

REGULAMENTO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-TCC

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso- TCC do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais é uma produção acadêmica que deve expressar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação.

Art. 2º. O TCC tem carga horária de 105 e será distribuída em 02 períodos, podendo ser realizado nas formas de monografia, memorial, artigo científico para publicação, relato de caso ou outra forma definida pelo colegiado do curso.

OBJETIVOS

Art. 3º O TCC possui como objetivos:

- . Articular os conteúdos curriculares do curso para ampliação do campo de conhecimento;
- . Promover o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante;
- . Ampliar a capacidade do estudante quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- . Consolidar a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico, na organização, na sistematização e no aprofundamento do tema abordado, respeitando o nível de graduação.

ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO

Art. 4º As atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- . Elaboração do projeto de TCC;
- . Desenvolvimento do projeto de TCC, culminando em uma das modalidades: monografia, memorial, artigo científico ou outras categorias a ser definida pelo colegiado de curso;
- . Apresentação pública do TCC.

§ único: Apresentação do TCC deve seguir as formalidades que regem um trabalho acadêmico científico no âmbito desta IES, as exceções devem ser apreciadas pelo colegiado do curso e restritas a comissão avaliadora.

ORGANIZAÇÃO

Art. 5º O curso de Licenciatura em Ciências Humanas terá uma **coordenação** própria para os TCCs, com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do TCC.

Parágrafo único: A Coordenação dos TCCs será exercida por um professor do curso, indicado pela assembleia departamental, por um período de 2 (dois) anos nomeado pelo diretor do campus\centro.

ORIENTAÇÃO

Art. 6º A orientação do TCC é de responsabilidade dos docentes da UFPI.

Art. 7º É preservado o direito ao estudante e ao professor de solicitarem à Coordenação do TCC ou coordenação do curso mudança de orientação, mediante justificativa formalizada, devendo outro docente assumir formalmente a orientação, junto à coordenação.

COMPETÊNCIAS

Art. 8º Compete ao Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

- . Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
- . Elaborar um relatório ao final de cada período letivo contendo informações referentes as atividades desenvolvidas e levantamento de alunos com TCC concluído e/ou com pendências que deverá ser entregue na coordenação do curso;
- . Convocar, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCC;

- . Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisas;
- . Auxiliar os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação;
- . Coordenar agendas de apresentação dos TCCs, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos bem como para a comunidade em geral;
- . A Coordenação do TCC deverá disponibilizará para os alunos manual atualizado de apoio à elaboração dos TCC.

I.

Art. 9º Compete ao professor orientador:

- . Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;
- . Indicar as Comissões Examinadoras/Avaliadoras dos seus orientandos;
- . Participar, na condição de presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC;
- . Contactar com o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho.
- . Disponibilizar repositório na página do Curso para socialização das produções dos alunos

Art. 10º Compete ao orientando:

- . Escolher a linha de pesquisa, conforme disponibilidade do professor;
- . Elaborar e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação de um professor;
- . Cumprir as normas e prazos;
- . Entregar 1 (cópia) impressa para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com 15 dias de antecedência da apresentação;
- . Participar de reuniões e outras atividades relativas ao TCC, para as quais for convocado;
- . Cumprir o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo professor orientador;
- . Acatar outras atribuições referentes ao TCC.

AVALIAÇÃO

Art. 11 A avaliação do TCC compreende dois momentos:

- . Avaliação contínua do processo de realização do TCC pelo professor orientador;
- . Avaliação pela Banca Examinadora.

Art. 12 Após aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso pela banca examinadora/avaliadora o aluno encaminhará cópia digital do TCC ao orientador do TCC, que o encaminhará à coordenação do TCC.

Art. 13 O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser defendido no penúltimo período do curso. No último período deverá ser realizada a revisão final e a entrega da versão final.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14 Art. 15 Os TCC deverão ser encaminhados ao repositório institucional, a fim de dar visibilidade e acessibilidade as produções dos alunos da graduação.

Art. 15 As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em Ciências Humanas e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO III

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES – ACC

As Atividades Curriculares Complementares do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI da

Universidade Federal do Piauí CONSIDERANDO a Resolução N° 177/12-CEPEX e suas alterações, resolve:

Art. 1º. As Atividades Complementares de Graduação fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, constituindo um conjunto de estratégias didático pedagógicas vivenciadas durante o percurso acadêmico, previstas pela Instituição de Ensino Superior (IES), para a integralização curricular, considerando-se aqueles relevantes para que o/a estudante adquira, o saber e as habilidades necessárias à sua formação.

Parágrafo Único. As Atividades Complementares do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI se caracterizam como atividade acadêmica individual no âmbito da UFPI, se configuram como atividades acadêmicas específicas que o/a aluno/a desempenha por livre iniciativa, sem ou com a participação ou orientação de um professor da UFPI e que, no entendimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), contribuem para sua formação e devem ser registradas no histórico escolar.

Art. 2º. São consideradas Atividades Complementares do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI a participação dos/as discentes nas seguintes atividades:

- a) Ensino;
- b) Iniciação à pesquisa;
- c) Grupos de estudos;
- d) Grupo de pesquisa;
- e) Programa de Intercâmbio Interinstitucional;
- f) Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos;
- g) Organização de eventos técnico-científicos;
- h) Participação em minicursos;
- i) Participação em eventos técnico-científicos;
- j) Docência;
- k) Assessoria em comunidades rurais e cooperativas;
- l) Facilitação de curso, minicurso ou oficina;
- m) Extensão;

- n) Publicações em anais de eventos internacionais, nacionais, regionais e locais;
- o) Publicações em periódicos nacionais;
- p) Publicação de livros ou e-book (como organizador, autor ou coautor)
- q) Publicação de capítulo de livro;
- r) Representação estudantil;
- s) Representação de sindicatos e movimentos sociais;
- t) Atividades Artístico-culturais;
- u) Produções técnico-científicas;
- v) Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos;
- x) Participação em disciplina eletiva;
- y) Realização de estágios não obrigatório;
- z) Visitas técnicas.

Parágrafo único. O estágio curricular não obrigatório é aquele previsto no PPC, no âmbito das atividades complementares e, na UFPI está sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) e da Coordenadoria Geral de Estágio (CGE).

Art. 3º. As atividades Complementares do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI são agrupadas nas seguintes categorias:

- a) Iniciação à docência e à pesquisa;
- b) Atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais;
- c) Experiências profissionais e/ou complementares;
- d) Atividades de extensão;
- e) Trabalhos publicados;
- f) Vivências de gestão;
- g) Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas;
- h) Disciplina eletiva;
- i) Estágio não obrigatório;
- j) Visitas técnicas.

Parágrafo Único. Cada atividade está descrita no item 00 do presente PPC e possui uma carga horária mínima e máxima, que podem ser integralizadas no histórico escolar a partir da apresentação dos documentos comprobatórios exigidos pela Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI.

Art. 4º. Para a participação do/a discente nas Atividades Complementares de Graduação, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Realiza-las a partir do seu ingresso no curso;
- II – Ser compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso;
- III – Serem realizadas em pelo menos duas das categorias citadas no artigo 3º;

Art. 5º. O período para registro das atividades complementares no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) pelo/a discente é estabelecido no Calendário Acadêmico de cada período letivo ou por procedimento especial aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN).

Art. 6º. Cabe à Coordenação de Curso avaliar o desempenho do/a discente nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo a decisão deferido/indeferido e estipulando a carga horária a ser aproveitada de acordo com as normas do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI, de modo a ser homologada no SIGAA para que seja incluída no histórico dele/a.

Art. 7º. O período de avaliação das Atividades Complementares de Graduação pela Coordenação de Curso também está previsto no Calendário Acadêmico de cada período letivo, cujo prazo final é de até 60 dias antes do prazo para a colação de grau do/a discente.

Art. 8º. Os casos de discente ingresso do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI por meio de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiver participado de Atividades Complementares de Graduação, serão avaliados pela Coordenação de Curso, que poderá computar total ou parte da carga horária atribuída pela

IES ou curso de origem, em conformidade com as disposições da Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e de suas normatizações internas.

Art. 9º. A carga horária de atividades complementares do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI, condição necessária para conclusão do curso, é de 200 horas, não ultrapassando os 10% da carga horária total do curso.

Parágrafo único. Não pode haver substituição da carga horária de Atividades Complementares de Graduação por outros componentes curriculares obrigatórios ou optativos.

Art. 10º. A Coordenação do Curso é a responsável pelo acompanhamento e avaliação das Atividades Complementares de Graduação.

Parágrafo Único. É responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE) propor as cargas horárias atinentes às Atividades Complementares de Graduação a serem inseridas no PPC do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI e a aprovação das normatizações para a operacionalização delas, com deliberação pelo Colegiado do Curso e, após análise da Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular e da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) será homologado pela Câmara de Ensino (CAMEN), em casos de inclusão de novas ACC's.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO IV

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE

As Atividades Curriculares de Extensão do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI da Universidade Federal do Piauí, obedecerão criteriosamente o que está exposto na Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e a Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição.

Considerando as Resoluções citadas, As Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI seguirão as seguintes normativas:

Art. 1º As ACEs deverão promover a interação dialógica da comunidade acadêmica com os diferentes segmentos sociais, troca de conhecimentos, vivências interprofissionais e interdisciplinar e conhecimento e comprometimento com as demandas sociais e da educação básica, através de ações interventivas;

Art. 2º Os alunos do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI deverão integralizar, até o 8º semestre, **000 horas** de Atividades Curriculares de Extensão – ACEs, como condição de conclusão do curso e obtenção do título de Licenciado(a) em Licenciatura Ciências Humanas e Sociais;

Art. 3º O Curso terá um Coordenador de Extensão que fará o acompanhamento na oferta, execução e integralização das ACEs, buscando alternativas para os problemas surgidos no processo, conforme as atribuições definidas na Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI (§ 3, art. 2);

Art. 4º As horas curriculares de extensão podem ser contabilizadas de três formas, conforme determinação no projeto pedagógico do curso, a saber:

I - disciplinas dedicadas integralmente ou parcialmente às atividades extensionistas;

II - cumprimento do componente curricular denominado “Atividade Curricular de Extensão (ACE)”, assegurado a oferta de, no mínimo, uma ACE a cada semestre letivo do curso ;

III - cumprimento das atividades de extensão previstas no art. 8º da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Art. 5º As atividades de extensão para serem integralizadas como ACEs deverão:

I - Serem cadastradas na PREXC nas seguintes modalidades: programa de extensão, projetos de extensão, cursos de extensão, eventos de extensão ou prestação de serviços à comunidade externa e/ou atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina, mas com ACE.

II - Serem desenvolvidas presencialmente;

III - Terem os alunos como executores, sob a coordenação de docentes;

Art. 6º A Coordenação do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI oferecerá obrigatoriamente, a cada semestre (com exceção do primeiro) no mínimo, uma ACE, conforme resolução vigente;

Art. 7º As ACEs a serem ofertadas pela Coordenação do Curso contemplarão o perfil do profissional que o curso objetiva formar, garantindo a interdisciplinaridade e interprofissionalidade do curso, tendo suas ações voltadas para os seguintes Eixos Temáticos:

- . Ética e Cidadania;
- . Inovação tecnológica;
- . Inclusão socioeducacional;
- . Empreendedorismo;
- . Políticas educacionais;
- . Práticas educativas;
- . Diversidade e educação.

Art. 8º Os alunos não serão obrigados a participarem das ACEs ofertadas pela Coordenação, podendo participar de outras atividades de extensão propostas por outros cursos ou órgãos da UFPI, desde que elas sejam presenciais, estejam cadastradas na PREXC e abordem os eixos temáticos definidos neste PPC;

Art. 9º As atividades de extensão realizada pelos alunos em outras Instituições de Ensino Superior poderão ser aproveitadas como ACEs desde que:

I - As atividades desenvolvidas contemplem um dos eixos temáticos definidos no item 6 deste Regulamento;

II - As atividades tenham sido desenvolvidas presencialmente e o discente tenha sido um dos seus executores;

III - O discente solicite o aproveitamento, junto ao Coordenador do Curso de Extensão, via processo até um ano antes da previsão para a conclusão do curso;

III - O processo esteja instruído com o relatório da atividade de extensão desenvolvida, devendo ser assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração de atividade executada.

Art. 10º Nos casos de transferência interna ou mudança de curso dentro da UFPI, o discente poderá solicitar, junto ao Coordenador do Curso de Extensão, os aproveitamentos das ACEs já integralizadas, ou não, no currículo do curso de origem, o qual será concedido conforme o Art. 17 da Resolução;

Art. 11º A integralização das ACEs no Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI iniciará no segundo semestre do curso, considerando as etapas previstas no artigo 9º da Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.